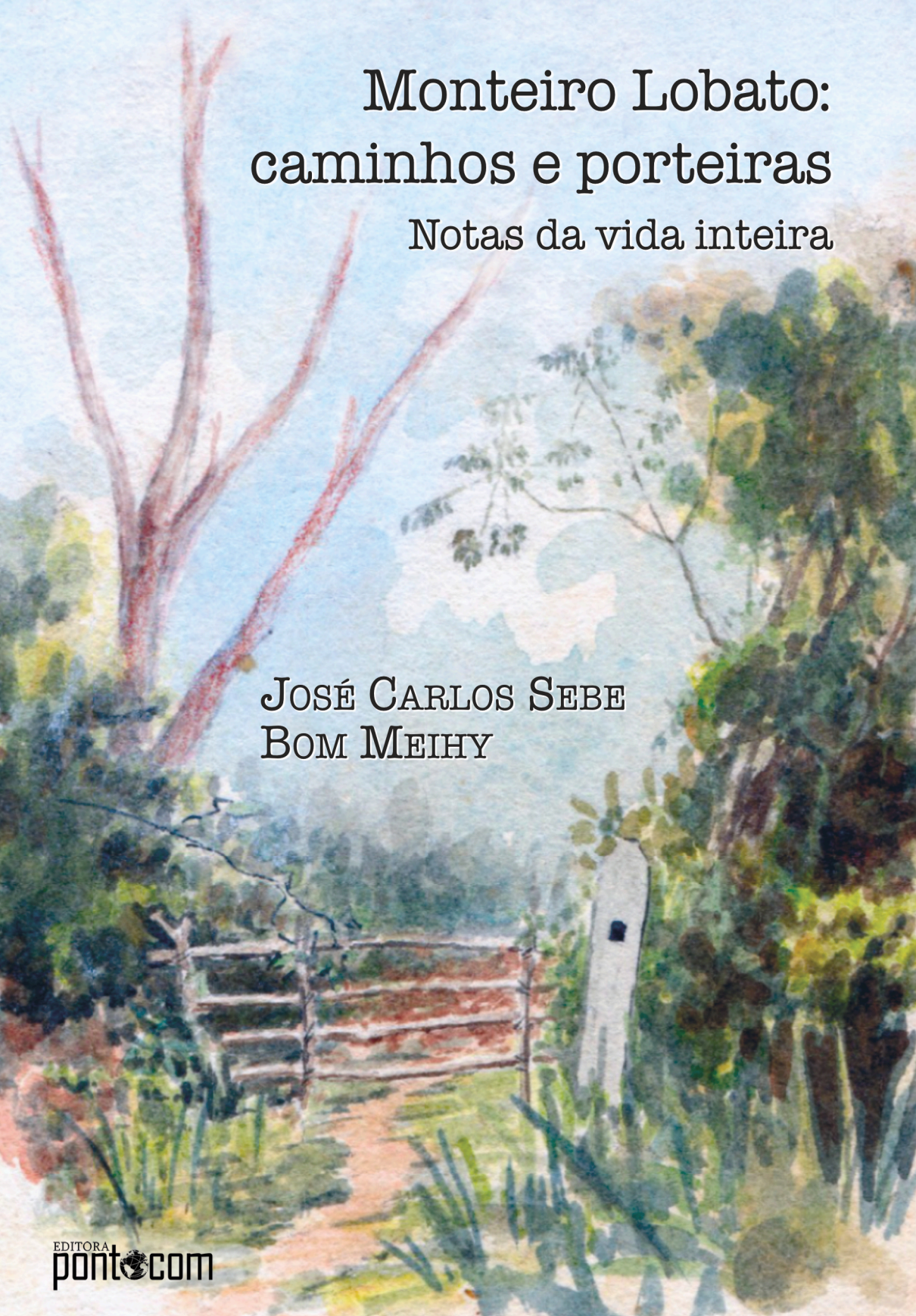


A watercolor illustration of a rural landscape. A dirt path leads from the bottom center towards a wooden fence in the middle ground. To the left of the path is a large, leafless tree with reddish-brown branches. To the right is a dense cluster of green trees and foliage. A small white post with a dark square opening stands near the fence on the right. The background is a soft, hazy blue and white sky.

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras

Notas da vida inteira

JOSÉ CARLOS SEBE
BOM MEIHY

José Carlos Sebe Bom Meihy

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras

Notas da vida inteira

Prefácio de Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Ilustrações de Monteiro Lobato

Copyright © 2025 José Carlos Sebe Bom Meihy
Direitos adquiridos para esta edição
pela Editora Pontocom

Preparação e revisão: André Gattaz
Diagramação e capa: Helena Philip
Ilustrações da capa e internas: Monteiro Lobato
Coordenação: André Gattaz

Editora Pontocom

Conselho Editorial

José Carlos Sebe Bom Meihy

Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães

Zeila de Brito Fabri Demartini

Zilda Márcia Grícoli Iokoi

www.editorapontocom.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Meihy, José Carlos Sebe Bom

Monteiro Lobato : caminhos e porteiras :
notas da vida inteira / José Carlos Sebe Bom Meihy.-
- 1. ed. -- São Paulo : Editora Pontocom, 2025.

ISBN 978-65-89496-18-2

1. Análise literária 2. Lobato, Monteiro
1882-1948 - Crítica e interpretação I. Título.

25-271111

CDD-801.95

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise literária

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Sumário

A arte de abrir porteiras: raízes, visões e (re)leituras de Lobato SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO	9
Meu Lobato: uma introdução confessional	13
1. Breve volta ao mundo de Lobato	19
Desconstruindo Lobato	21
Para ler Lobato hoje: diversidade e pluralismo	24
<i>O avesso da pele</i> de Lobato	27
Um intelectual líquido?	30
Lobato, este desconhecido	33
Lobato e o prisma multidisciplinar	37
A literatura e o projeto de Brasil	41
Mais que editor, estrategista da cultura	45
Sobre o centenário de <i>Velha praga</i>	49
Um Nietzsche tropicalizado	52
A carnavalização de Lobato	55
O que fazer com a obra de Lobato ou A ressurreição do peixinho que morreu afogado	58
2. Lobato doméstico	63
O berço de Lobato	66
Um deslumbrado em Nova York	69
Lobato na fogueira taubateana	71
Monteiro Lobato e Dona Purezinha	74
O Vovozinho Lobato	77
Lobato, o futebolista de Taubaté	80
Lobato “neo-caboclo empresário”	83
O sonhador e os negócios	86
Monteiro Lobato e o petróleo nacional: um legado de luta e visão	89

3. Nas malhas do eugenismo	93
Lobato e a visão histórica do racismo brasileiro	96
O “racismo cordial”, o “racismo recreativo” e o “racismo risonho”	100
<i>Negrinha</i> , Lobato e nosso racismo estrutural	103
O outro lado de <i>O Presidente Negro</i>	106
<i>O Presidente Negro</i> , ficção e racismo	109
Lobato para negros (e também para não negros)	112
Lobato: o racismo genético e o racismo cultural	116
O eugenista Lobato e as fronteiras do racismo	119
Branco de alma negra	123
Lobato e o complexo racista	126
Lobato e o futebol: ensaio de eugenismo?	129
4. Janelas do mundo encantado	133
Caçando as <i>Caçadas de Pedrinho</i>	135
Origem do nome da boneca Emília	138
Minhas memórias das <i>Memórias da Emília</i>	140
Os primeiros passos do Saci	143
A construção do Saci brasileiro	146
(De)cantando o Saci Lobato	149
Acima do bem e do mal, o Saci brasileiro	152
Saci, Boto e Emília: malandragem, machismo e feminismo	155
5. Os outros de Lobato	159
Lobato e Kehl; Lobato X Kehl	161
A igualdade na diferença: Monteiro Lobato e Gilberto Freyre	165
No espelho do Brasil, o Sertanejo e o Jeca: Euclides e Lobato	169
Lobato: Machado de Assis como modelo	172
O fogo amigo: Lobato e Cecília Meireles	175
Morte e vida do Jeca Tatu: Lobato, Cornélio Pires e Cesídio Ambrogi	178
O Caipira de Mazzaropi entre Lobato e Cornélio Pires	181
Sacizando: Monteiro Lobato, Ziraldo e Maurício de Souza	184

6. Pintor da vida inteira	189
O estranho pintor e seu legado	191
<i>O Furacão na Botocúndia</i> e pesquisas fundadoras	194
O pintor, a largada historiográfica e a nova encruzilhada	197
As cores verdadeiras e as telas que ninguém vê	200
As cores da memória traída	203
Pintar, sim, mas para quem?	205
“Eu não sou escritor, nasci pintor”	208
 7. A porteira taubateana	 211
Um clandestino em <i>A barca de Gleyre</i>	213
Monteiro Lobato, o grande inquieto	217
Osni Lourenço Cruz, um personagem lobateano	219

A arte de abrir porteiras: raízes, visões e (re)leituras de Lobato

SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO¹

A obra de uma vida, dessas que apenas a maturidade e a sabedoria permitem. Ensaios de escrita autorizada que trilha caminhos e abre porteiras. Esse é o livro que você leitor está prestes a ter contato.

Nesta coletânea, o professor José Carlos Sebe Bom Meihy explora aspectos da vida e da obra de Monteiro Lobato, dimensionando prismas gerais com especial destaque para suas raízes no Vale do Paraíba. Mas será possível separar vida e obra? Caberia pensar Lobato sem considerar suas origens caipiras? Os leitores logo perceberão que não!

Para compreender seu legado, é essencial analisar sua relação com Taubaté, sua família e sua origem. A importância das raízes no Vale do Paraíba é destacada sob o argumento de que para compreender esse personagem e sua produção é preciso percorrer os caminhos de sua identidade, marcada por regionalismo e universalismo. Assim Lobato vivia entre o sítio em Taubaté e os Estados Unidos da América (ou dando a volta ao mundo), tendo seu pertencimento ao mesmo tempo ligado ao campo e à metrópole, ao caipira e à ciência moderna.

Este livro defende que a produção de Lobato precisa ser compreendida exatamente no limiar rompido de porteiras abertas, pontes criadas, encontros entre mundos distintos. O moderno e o

¹ Mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora auxiliar da Universidade de Taubaté - UNITAU.

tradicional – que são costumeiramente vistos como separados – se encontram em Lobato, pois ele mesmo é parte dessa síntese: herdeiro nobre vivendo em um mundo republicano.

Parte da complexidade desse sujeito se expressa em seu envolvimento com as principais correntes de pensamento de sua época, como a eugenia – tema que esteve presente em uma geração de intelectuais. Dizer que essas ideias eram influências de seu tempo, significa posicionar Lobato como intelectual da ciência moderna, essa também eugênica. A representação da raça em seus escritos, tanto infantis quanto adultos, indica que o escritor audacioso e o crítico conservador coexistiam na mesma pessoa, alternando avanços progressistas com afirmações que indicam valores, classe social e crenças do momento que vivia.

Os sete blocos que compõem esta obra traduzem as polêmicas, nuances e complexidades desse personagem multifacetado, que assumiu diversos papéis ao longo da vida, muitas vezes simultaneamente: escritor, intelectual, empresário, pintor. Essas facetas, juntas, contribuíram para a construção do debate sobre a identidade nacional. Mas o livro apresenta outras discussões relevantes ao buscar explorar aspectos menos conhecidos da vida e obra de Lobato, como sua arte visual, seu papel como editor e seu engajamento com questões sociais e políticas.

O segmento intitulado “Breve volta ao mundo de Lobato” oferece uma visão desconstruída, diversa e plural da obra do escritor. Discute sua habilidade de dar significado a figuras díspares, suas ligações com a eugenia e seu impacto na literatura e no mercado editorial, seu projeto de Brasil e de cultura nacional. De forma contemporânea estabelece diálogo com polêmicas enfrentadas por livros como *O avesso da pele* e o conceito de “liquidez” dos tempos modernos.

“Lobato doméstico” é seção que explora a vida pregressa do escritor, em Taubaté, sua história familiar e as influências que moldaram suas visões, ao entrar em contato com o mundo. Mostra um Lobato esposo, pai e avô. Mas também empreendedor e sonhador, cujas paixões perseguiram a busca pela exploração do petróleo no Brasil.

Em “Nas malhas do eugenismo” o autor investiga a relação de Lobato com uma visão histórica do racismo brasileiro, abordando o enredo de textos como *Negrinha* e *O presidente negro*, examinando as complexidades e contradições de suas visões sobre raça e progresso social.

Em “Janelas do mundo encantado” se concentram as contribuições de Lobato para a literatura infantil. Esta é seção onde aparecem a criação de personagens icônicos como Pedrinho, Emília e Saci. Nesta parte o autor explora o significado cultural desses personagens e seu apelo duradouro e diálogos com outros autores.

“Os outros de Lobato” é parte que examina os relacionamentos de Lobato com outros intelectuais e artistas, como Renato Kehl, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Machado de Assis, Cecília Meireles, Cornélio Pires e Mazzaropi. Os textos dessa parte exploram como esses nomes inspiraram e moldaram seu trabalho e sua compreensão da identidade brasileira.

Em “Pintor da vida inteira” o livro explora a arte visual de Lobato. A seção constrói um caminho pouco conhecido do escritor, que argumenta que a pintura é um aspecto essencial de sua identidade e que revela sua profunda conexão com Taubaté e o Vale do Paraíba.

“A porteira taubateana” é segmento final do livro e reflete sobre o processo de compilação da coletânea e a importância de compreender a inquietude de Lobato, destacando as contribuições de estudiosos locais que ajudaram a iluminar sua vida e legado.

Os ensaios argumentam que a obra de Lobato continua relevante, provocando discussões importantes sobre raça, identidade e cultura brasileira.

Este livro refuta julgamentos simplistas e convida o leitor a uma análise crítica, evitando considerar a árvore fora da floresta. Tudo indica que, para compreender Lobato em sua pluralidade, é preciso mergulhar nos contextos históricos e nas influências culturais que moldaram seu pensamento, dinâmico e em constante transformação. O livro apresenta uma compreensão matizada do autor e pintor reconhecendo seus limites e contradições. Uma representação nem heroicizada nem cancelada de figura histórica e obra de relevância duradoura.

Meu Lobato: uma introdução confessional

“Que destino era esse? Nascemos para perseguir a borboleta de asas de fogo – se não a pegarmos, seremos infelizes; e se a pegarmos, lá nos queimam as mãos.”

Precisei desta frase de Lobato para inaugurar este apanhado de escritos. Sempre soube que, em algum momento, faria um balanço do meu vínculo com Monteiro Lobato. Não se trata de premonição, mas de uma sensação constante, uma sombra que, ao longo dos anos, me impeliu a articular textos dispersos, juntar ideias soltas, alinhar propostas isoladas e, assim, emprestar-lhes alguma lógica.

Monteiro Lobato em minha trajetória foi onipresente, manifestando-se ora com ímpeto avassalador, ora de maneira sutil e quase imperceptível, mas sempre vigilante, à espreita. Com o tempo, essa relação ultrapassou o limite da iniciação, do prazer da leitura catártica, e impôs a necessidade da reflexão escrita, determinando um laço indissolúvel, marcado tanto pela continuidade quanto pelo fascínio, fruto de diálogos crescentes.

Passadas tantas décadas, vejo-me diante de um desafio imperioso: sintetizar essa jornada em um exame que não se pretende uma análise crítica convencional, mas um testemunho afetivo, crítico e amoroso, tecido ao longo de mais de meio século. Diante da pluralidade dos textos que produzi – reflexões, crônicas, ensaios, prefácios, artigos, orientações acadêmicas e até um livro que reúne parte desse material –, construí um inventário de ideias inquietas e em constante ebulição. Se há algo que posso afirmar com segurança, é que Lobato foi a figura mais presente em minha formação intelectual.

Com aproximadamente cem textos publicados – muitos deles no *Jornal Contato* desde 2005 –, percebo que o arco desses escritos reflete um compromisso com a devolução de uma experiência devida a um público que me acompanha há anos. Como uma dívida que se paga com juro, reuni também escritos dispersos, anotações avulsas e linhas arquivadas ao longo do tempo, agora reunidas como peças complementares dessa jornada confessional e, ao mesmo tempo, pública. Meu olhar se volta, em especial, para os leitores do Vale do Paraíba, região que, tal qual uma bússola, deu direção à obra de Lobato e à minha própria formação.

Os textos aqui reunidos, ainda que breves e adequados ao formato jornalístico, sempre buscaram revelar um Lobato inusitado, filtrado pela minha ótica taubateana. Mesmo os inéditos, por escolha deliberada, mantêm-se concisos, distintos dos ensaios mais extensos e dos capítulos de livros acadêmicos. Há algo de confiante nisso, como uma gestão de ideias que, talvez, só agora façam sentido. Ao revisitar esses escritos, percebo um esforço constante para ressignificar a obra de Lobato, sublinhando aspectos por vezes negligenciados e reforçando sua pertinência para o debate contemporâneo.¹

O eixo temático que perpassa essa produção é intencional: um diálogo contínuo com as provocações historiográficas, somado aos compromissos que emergiram ao longo da vida de Lobato com o contexto local – taubateano, vale-paraibano, paulista e brasileiro. Sua trajetória esteve profundamente entrelaçada com a dependência de Taubaté e da região, projetando-se daí para o cenário nacional. O autor do Jeca Tatu e do Sítio do Picapau Amarelo transcendeu o regionalismo, furou a bolha do modernismo e tornou-se editor visionário, educador polêmico e defensor do petróleo brasileiro, sem, contudo, jamais deixar de ser um produto de sua terra natal. Sua obra e seu pensamento exigem revisitação constante e atenta, pois suas raízes, fincadas no Vale do Paraíba, são a senha para compreender tanto sua produção quanto suas motivações.

¹ Para fins de transparência editorial, os textos originalmente publicados no *Jornal Contato* trazem ao final a data em que foram estampados.

Lobato, nascido em 1882, foi testemunha de transformações vertiginosas no Brasil. Aos seis anos, viu a Abolição da Escravatura e, no ano seguinte, a Proclamação da República. Cresceu em uma Taubaté de forte tradição monarquista e economia cafeeira decadente. Compreender Lobato não significa apenas decifrar sua obra, mas imergir na realidade daquele menino do interior, atento às peculiaridades de sua cidade e região – um microcosmo que moldaria o homem que impactaria profundamente a cultura nacional.

A fortuna crítica sobre Lobato se divide entre os “de fora” e os “de dentro”. Os primeiros são aqueles que, com competência, projetaram Lobato para o cenário nacional e internacional. A partir de Edgard Cavalheiro, estudiosos como Nelly Novaes Coelho, Márcia Camargos, Vladimir Sacchetta, Cilza Bignotto, Tadeu Chiarelli e, sobretudo, Marisa Lajolo construíram um Lobato monumental, digno do panteão dos grandes escritores brasileiros. Contudo, os “de dentro”, formados por estudiosos locais como Oswaldo Barbosa Guisard, Trajano Pereira da Silva, Gentil de Camargo, os irmãos Rubim, José Wellington de Souza, Raquel Abdala e, principalmente, Osni Lourenço Cruz, qualificaram as influências do Vale do Paraíba na construção do pensamento lobateano, destacando a relação do autor com suas origens. Esses dois grupos, ao se complementarem, permitiram um entendimento mais humanizado de Lobato, um escritor que, longe de ser uma figura irretocável, encarna as tensões de seu tempo e as contradições de sua própria formação.

Feita a seleção dos textos, após um movimentado processo de escolhas, algumas alterações foram realizadas nos originais sem, contudo, comprometer o sentido proposto à época das publicações. Sim, há repetições mantidas deliberadamente para reforçar certas ideias, e algumas contradições são visíveis, pois refletem o amadurecimento das leituras e revisões. Inicialmente, pensei em organizar os artigos por datas, mas, por sugestão editorial, optei por blocos temáticos, que reforçam e articulam questões candentes, muitas vezes pouco exploradas nas análises convencionais.

Entre esses temas, além da literatura infantil e dos aspectos da vida doméstica, pareceu-me crucial assumir o debate em torno da eugenia e do tema racial sem subterfúgios. Da mesma forma, não

deixei de lado a relação de Lobato com a pintura, um fator decisivo para compreender sua visão estética e intelectual.

A escolha do título foi cuidadosamente lapidada, palavra por palavra. Ao longo do processo, diante da vastidão de temas que se entrelaçam na obra de Lobato, tornou-se claro que o nome precisava ser mais do que um rótulo – carecia ser um portal, um convite a adentrar os meandros de uma vida e de uma criação literária que ecoam além do tempo.

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras – Notas da vida inteira não é apenas um título; é um mapa, uma bússola que guia o leitor por veredas pouco exploradas da trajetória do autor. Ele redesenha nuances esquecidas e, ao mesmo tempo, lança uma provocação silenciosa: a ideia de movimento, de transformação, da eterna busca por significado – tanto no ponto de partida quanto no horizonte que se descortina ao longe. Os caminhos, aqui, são mais do que trilhas; são metáforas de uma existência em constante travessia.

Mas, estrada afora, as andanças do “caboclinho de Taubaté” não foram feitas apenas de passos leves e céus abertos. Havia porteiras – obstáculos que, paradoxalmente, eram também convites. Porteiras que se abriam e fechavam, marcando entradas e saídas, limites e possibilidades. Essa imagem não foi escolhida ao acaso. Entre as centenas de aquarelas que Lobato pintou, poucos motivos se repetem com tanta constância quanto caminhos e porteiras. Em traços delicados, elas revelam a inquietação de um espírito que jamais se conformou com a estagnação, que sempre buscou ultrapassar barreiras – físicas, intelectuais, emocionais.

Notas da vida inteira é, por sua vez, um eco de minha própria jornada. Reflete a prática insistente de anotar fragmentos do mundo, capturar instantes que me inquietavam, seja por sua inocência ou por sua complexidade. São percepções exóticas, de quem olha de fora, mas sente o chamado de dentro – um contrerrâneo que, ao folhear seus cadernos, descobre-se caminhando pelos mesmos trilhos e se deparando com as mesmas porteiras que Lobato um dia atravessou. Meus cadernos, assim como os caminhos de Lobato, são também uma forma de travessia – um diálogo entre passado e presente, entre o mestre e seu aprendiz, entre o criador e seu intérprete.

E assim, entre caminhos que se bifurcam e porteiras que se abrem, o título se revela não apenas como um resumo, mas como um convite: para que o leitor também atravessasse suas próprias porteiras, descubra seus próprios caminhos e, quem sabe, encontre nas notas da vida inteira de Lobato – e nas suas – um sentido que transcenda o tempo.

Por fim, este livro rende homenagem aos poucos pensadores locais que insistem na relevância de se pensar a obra de Lobato a partir de suas raízes. Sem Taubaté, não haveria o Lobato monumental. É a esse diálogo, entre o regional e o nacional, que este conjunto de textos busca dar dimensão.

E assim me vejo ainda no dilema da caça às borboletas de fogo. Ciente da impossibilidade de capturá-las sem riscos, sigo apontando caminhos para aqueles que desejam contemplá-las sem ter as mãos queimadas.

Para Osni Lourenço Cruz e Paulo De Tarso Venceslau:
faces da mesma moeda.

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras

1. Breve volta ao mundo de Lobato



Neste primeiro bloco buscou-se uma articulação capaz de evidenciar os principais eixos temáticos que atravessam a obra e a trajetória de Monteiro Lobato. Assim, questões fundamentais para a compreensão tanto de sua vida pessoal quanto de sua produção literária foram organizadas de maneira a oferecer um panorama coeso de sua complexidade como escritor e intelectual.

Entre essas questões, destaca-se a capacidade de Lobato de dar sentido a figuras tão díspares e extremadas quanto Jeca Tatu – o caipira que se tornou símbolo do homem do campo brasileiro – e o professor Benson – o visionário criador do fantástico *porvirosópio*. A tensão entre esses personagens reflete não apenas a diversidade de sua obra, mas também as transformações de seu pensamento ao longo do tempo.

Além disso, este conjunto de textos aborda aspectos cruciais como os vínculos de Lobato com o eugenismo, anunciando reflexões sobre preconceito e racismo, ao mesmo tempo em que destaca seu impacto na modernização da literatura infantil e na inovação do mercado editorial brasileiro. Busca-se, assim, oferecer uma leitura crítica e contextualizada, evitando tanto o entusiasmo ingênuo da exaltação quanto as abordagens excessivamente defensivas que tendem a isolá-lo de seu tempo e negar-lhe a complexidade de uma existência em constante movimento.

Desconstruindo Lobato

Visto pela ótica de pesquisadores preocupados com a exaltação, Monteiro Lobato tornou-se um dos grandes ícones nacionais. Identificado como nacionalista ferrenho, opositor intransigente de forças estabelecidas, crítico dos desvios políticos governamentais, pioneiro no mercado editorial e líder na campanha do petróleo, sua biografia tem sido retrçada de maneira linear, muitas vezes ignorando contradições. Sob o jugo do rebelde herói ou do sábio visionário, construiu-se a imagem de um homem independente de sua condição de classe ou das complexidades humanas que o cercavam. No entanto, essa leitura romantizada ofusca um aspecto fundamental: Lobato era um homem de seu tempo, sujeito a incoerências e transformações. Ao longo da vida, ele mudou muito, e é essencial acompanhar o percurso dessa trajetória respeitando o diálogo com seu tempo e com as sutilezas da época. Na mesma medida é importante perceber Lobato projetado no tempo, motivo de retomadas que marcam o percurso da história recente do país.

Não se trata aqui de um esforço iconoclasta. Pelo contrário, em voos breves propõe-se uma abordagem analítica que permita enxergar as incongruências do ilustre taubateano sem reduzir sua importância. A construção de um Lobato monolítico e linear obscurece facetas essenciais de sua obra e fluxo, empobrecendo a leitura de uma vida que, nascida no declínio da monarquia (1882), assistiu à afirmação republicana até sua morte (1948). Entre um tempo e outro, da cidade pequena para outras bem maiores, viu a definição industrializante do país, o movimento modernista de 1922, os efeitos do Tenentismo, a Revolução de 1932, a Segunda Guerra Mundial. De toda forma, um bom ponto de partida para reconsiderar Lobato é sua recepção pública como escritor.

Ainda que fosse conhecido antes de 1920, seu primeiro mérito inegável se deu pela relevância dos escritos para crianças, em particular depois de 1921. Sua obra, atravessando décadas de leituras sequenciais, consolidou-se no que se convencionou chamar de “literatura infantil”. Contudo, se a classificação fosse outra, talvez seu nome figurasse na vanguarda da “literatura fantástica latino-americana”, ao lado de Gabriel García Márquez, Isabel Allende e demais expoentes do realismo mágico. O universo do Sítio do Picapau Amarelo, repleto de personagens que transitam entre o cotidiano e o extraordinário, não difere tanto das criações de seus pares latino-americanos. Os portais entre o mundo real e o imaginário, tão marcantes na obra de Lobato, encontram paralelo nas narrativas míticas e na fusão do maravilhoso com o prosaico presente em escritores como Juan Rulfo e Jorge Luiz Borges.

Outro paralelo possível traz à luz Lewis Carroll, autor de *Alice no País das Maravilhas*. O caráter enigmático e filosófico dessa narrativa transformou Alice em um ícone da literatura universal, acessível a todas as idades. O mesmo se aplica a Mary Poppins, da australiana Pamela Lyndon Travers, também conhecida como P.L. Travers, que é tida como protótipo de várias gerações. Se a mesma abordagem fosse adotada para Emília, hoje talvez ela não fosse vista apenas como uma personagem infantil, mas sim como uma figura literária mais complexa, digna de estudos e releituras. A boneca falante é, afinal, um dos personagens mais instigantes da literatura brasileira de todos os tempos, com sua lógica anárquica e questionadora que a aproxima dos grandes arquétipos da sátira e do absurdo. É verdade que a escolha pela literatura infantil garantiu a Lobato um público fiel e apaixonado. No entanto, essa moldura limita o alcance de sua obra e restringe o reconhecimento de suas inovações narrativas.

Outra questão relevante diz respeito à descaracterização de seus personagens ao longo do tempo. Narizinho, originalmente descrita como “cor de jambo”, tornou-se branquinha. O Saci teve seu cachimbo confiscado, virou um meninote simpático, deixou de beber cachaça e, fatalmente, virou um talismã lúdico e de uso pedagógico. Essas mudanças, embora bem-intencionadas, revelam a tentativa de ajustar Lobato a um ideal contemporâneo, apagando aspectos que poderiam ser encarados de forma mais crítica, complexa e contextualizada.

No entanto, a polêmica mais debatida sobre Monteiro Lobato é sua relação com o pensamento eugenista. Influenciado pelas ideias de seu tempo, Lobato se associou formalmente a figuras como Renato Kehl e publicou obras que defendiam a eugenia como um caminho para o “progresso” do Brasil. Essa faceta não pode ser ignorada, assim como não pode obscurecer suas outras contribuições. Curiosamente, ao mesmo tempo em que flertava com a eugenia, criou personagens negros que desafiavam estereótipos e manteve respeito por escritores como Machado de Assis e principalmente Lima Barreto. Esse paradoxo reforça a necessidade de uma leitura mais intrincada e crítica de sua trajetória.

É curioso notar que, se por um lado Lobato foi “modernizado” para atender aos valores atuais, por outro, sua imagem tem sido cada vez mais simplificada, perdendo nuances que o tornavam um personagem fascinante. Foi um visionário, mas também um homem de ideias controversas; um inovador, mas por vezes preso a paradigmas do seu tempo. Era, em suma, um escritor genial, contraditório, polêmico e humano. Vulnerável a seu modo, Lobato tornou-se poroso, suscetível aos figurinos de sua conturbada época.

Diante de tudo isso, cabe perguntar: será que Lobato gostaria de se ver como é mostrado hoje? Difícil acreditar que sim. A imagem que se construiu dele é oficializada e, de certa forma, reducionista, muitas vezes transformando-o em um símbolo sem profundidade e de fácil explicação. Seu lado edificante é inegável, assim como sua presença acentuada na cena literária nacional e no afeto de seus leitores. Mas um Lobato reduzido a um padrão perde a riqueza de suas contradições e inquietações. E como elas fazem a diferença!

Talvez seja hora de olhar para Lobato não apenas como um ícone imaculado ou um vilão a ser denunciado, mas como um homem em constante transformação. Um escritor que desafiou convenções, que errou e acertou, e cuja genialidade reside exatamente nesse trânsito entre as certezas de sua época e as dúvidas que, até hoje, ecoam em suas páginas. Somente ao aceitar suas complexidades e contradições podemos verdadeiramente compreender sua grandeza.

Para ler Lobato hoje: diversidade e pluralismo

Um dos desafios na leitura de autores que escreveram em outros períodos históricos é evitar a chamada “presentificação”. Esse fenômeno ocorre quando julgamos obras passadas com os valores e expectativas contemporâneas, sem considerar os contextos de produção e recepção da época. A reedição constante de clássicos pode levar a uma distorção dessas dimensões, apagando aspectos essenciais de sua historicidade. No Brasil, Monteiro Lobato é um exemplo emblemático dessa dinâmica e figura entre os cinco autores mais lidos da literatura nacional e, ao mesmo tempo, está entre os mais amados e criticados.

Falecido em 1948, Lobato teve seus textos publicados desde 1914 em diversos formatos: artigos de jornal, panfletos, cartas e, sobretudo, livros. Tanto sua produção infantil quanto sua obra adulta atravessaram gerações, formando legiões de leitores a ponto de justificar a expressão “Filhos de Lobato”, cunhada por José Whittaker Penteado. Seu universo literário é povoado por personagens que refletem os tipos sociais brasileiros e estrangeiros. A força de sua narrativa garantiu que figuras como o caipira, o negro, o indígena e o imigrante, bem como os estrangeiros autênticos se tornassem referências na cultura nacional.

Diferentemente de muitas obras infanto-juvenis da época, em que as crianças apareciam dissociadas de laços familiares, Lobato estruturou o Sítio do Picapau Amarelo ao redor de um núcleo sólido, com Dona Benta e seus netos, reais ou imaginários. Essa abordagem contrasta com a prática comum de apresentar protagonistas infantis como órfãos ou isolados, permitindo que a fantasia e a aventura coexistissem com um ambiente familiar afetuoso e intergeracional.

No entanto, o pluralismo da obra lobateana vai muito além dessa construção familiar. A ancestralidade de Dona Benta Encerrabodes remonta às linhagens portuguesas, conferindo-lhe um ar de matriarca de raízes profundas. Mas a pluralidade de personagens não se limita a essa figura tradicional. Tia Nastácia, por exemplo, ocupa um lugar central na trama, sendo mais do que uma cozinheira ou narradora de “causos”: ela é a guardiã de saberes ancestrais e uma mediadora entre a cultura popular e o universo mágico do Sítio. Sua presença é tão essencial quanto a de Emília, que, embora seja uma boneca de pano, assume uma personalidade autônoma e contestadora, desafiando hierarquias e certezas estabelecidas.

A diversidade do Sítio do Picapau Amarelo também se manifesta na coexistência de personagens que transcendem barreiras culturais e até mesmo ontológicas. O Visconde de Sabugosa, um sabugo de milho erudito, convive com o Saci, uma entidade do folclore afro-brasileiro requalificada por Lobato como figura astuta e participante ativa das aventuras. Da mesma forma, seres advindos de outras literaturas e do cinema são incorporados à narrativa, num diálogo inovador entre tradições e referências intertextuais. Esse aspecto pioneiro da obra lobateana demonstra uma abertura para diferentes influências culturais e uma disposição para experimentar formatos híbridos, antecipando tendências que só mais tarde se consolidariam na literatura infanto-juvenil.

Atualmente, a retomada da obra de Lobato ocorre sob diferentes perspectivas, sendo uma das mais recorrentes o debate sobre preconceito e identidade étnica. Entretanto, essas discussões frequentemente isolam personagens – em especial os negros – de seu contexto narrativo, ignorando as interações que estruturam a dinâmica do Sítio. Tia Nastácia, por exemplo, não é apenas uma figura submissa, mas uma peça-chave na narrativa, participando ativamente das aventuras e influenciando o desenvolvimento dos demais personagens. O mesmo ocorre com o Saci, que, longe de ser um mero coadjuvante folclórico, assume papel essencial na trama e pode ser interpretado como um herói negro, cujos atributos extrapolam as caricaturas comuns da época.

Na literatura adulta de Lobato, a complexidade das relações raciais também se manifesta. Contos como *Negrinha* oferecem um dos retratos mais contundentes da crueldade senhorial e do racismo estrutural no Brasil. A história da menina negra abandonada e tratada como objeto expõe de forma dilacerante as marcas do preconceito. Não se trata de um reforço de estereótipos, mas de uma denúncia social que choca e provoca reflexão. Outros personagens, como o jardineiro Timóteo e o mestiço Bocatorta, compõem um mosaico humano que escapa de representações homogêneas e simplificadoras.

Diante disso, a análise da obra de Lobato deve ir além de enquadramentos fixos e reducionistas. Seu legado exige uma leitura que leve em conta não apenas as limitações de sua época, mas também sua contribuição para a construção de um universo literário plural e inovador. Se, por um lado, sua obra carrega as marcas dos preconceitos de seu tempo, por outro, sua abordagem pioneira na criação de um mundo ficcional diverso e multifacetado não pode ser ignorada.

Assim, ler Lobato hoje implica não apenas reconhecer suas contradições e polêmicas, mas também valorizar sua capacidade de dar vida a um universo onde diferentes vozes, tradições e origens se entrelaçam de forma dinâmica. No Sítio do Picapau Amarelo, personagens de distintas etnias, classes sociais e até mesmo naturezas coexistem e interagem de maneira singular, antecipando discussões sobre diversidade que só se tornariam centrais décadas mais tarde. Seu legado, portanto, permanece como um campo fértil para o debate, a releitura e a redescoberta, desafiando nossos olhares e interpretações sobre a literatura e a sociedade brasileira.

Jornal Contato, 11 de setembro de 2015

O avesso da pele de Lobato

Como se o pensamento crítico fosse dispensado ou inalcançável, o *Index Librorum Prohibitorum* tenta se atualizar em pleno século XXI. E a procissão de zeladores é engrossada por religiosos sectários, pais inseguros com filhos alijados da capacidade de discernimento e movimentos de subalternizados que, pensando fazer o bem, acabam repetindo as práticas que os oneram. Exemplo abrasador dessas manifestações pode ser dimensionado na recente onda contra *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório. O debate sobre esse sucesso dimensiona o tamanho do problema. Merecedor do Prêmio Jabuti, o livro publicado em 2020 desenrola um enredo que amarra aspectos que denunciam a violência e o racismo contra o segmento negro. Por leituras enviesadas, em vez de se qualificar a mensagem antirracista, vozes distorcidas ecoam como se fossem libelos pornográficos.

Sem dúvida, em termos da prática de censura, estamos dando passos largos para abismos insondáveis. É assustadora a constatação de livros “cancelados”, “recolhidos”, e mesmo “não recomendados”. A lista absurda implica Stephen King, Franz Kafka, Edgar Allan Poe, Harper Lee, autores que se compõem com escritores nacionais do calibre de Machado de Assis, Euclides da Cunha, Carlos Heitor Cony, Jorge Amado, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e Luiz Puntel. Os motivos podem se diferenciar, mas todos se constituem em variações maquiadas de vetos, e não há como escapar: é censura, e censura grosseira.

As justificativas para tanto se arrastam desde a Idade Média, com estágio na Inquisição, parada dramática na Alemanha de Hitler e ramificações em ditaduras variadas, inclusive no Brasil. Entre nós, os percalços se apoiam em dois pilares: raça e sexo, ambos tabus ligados ao controle de corpos e mentes. De tal forma as “suspensões”

se insinuam que galgam condição de políticas que, por incoerente que pareça, se trancam tanto à esquerda como à direita. Vigoradas por igrejas, plataformas políticas ou movimentos emancipadores, tais posturas sondam doenças crônicas incrustadas na sensibilidade nacional. E acontecem em nome de saneamentos do mais cínico caráter limitador da liberdade de expressão e do direito à leitura crítica.

São múltiplos os fios que bordam a fantasia proposta para o carnaval supostamente zelador dos bons costumes, da honra e, lógico, da proteção da família tradicional. E então a escola, a igreja, as câmaras municipais passam a ser arenas para a macabra farra de proibições, tudo, claro, em nome da “boa pedagogia”, da “arte pura” e de supostos “politicamente corretos”. Grupos plurais, ainda que defensores de metas incompatíveis, como o pensamento crítico e o antirracismo, se aliam em uma cruzada paradoxal contra o que consideram ofensivo ou inadequado.

Mas há mais a ser comentado, pois limitações aos textos de Lobato têm derivado exatamente do movimento negro, o mesmo movimento que questiona, por exemplo, cortes insuportáveis de censura – como no caso da professora afastada de suas funções por indicar para leitura o livro *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo. Pois bem, assistimos ao longo de mais de uma década a um apedrejamento cadenciado contra a obra de Lobato, escolhido como foco de ataques exatamente por se situar entre os mais importantes da literatura brasileira. A par da dúvida sobre o critério de escolha, o que se tem é a pecha de racista. E como se a condenação bastasse, esquece-se da vigência de princípios eugênicos comuns à época em que o texto foi produzido. Tecnicamente, chama-se “anacronismo” a atribuição de valores do tempo presente a eventos do passado.

Mas partamos da hipótese de que Lobato foi racista. Isto bastaria para proscrevê-lo? Não seria mais inteligente apresentar tais características inscritas em contextos de espaço e tempo? E como seriam virtuosos os debates em torno dessas situações! Melhor retirá-lo de circulação, negando o inacreditável crédito dado à literatura e cultura brasileira como um todo? É cabível iluminar alguns pontos capazes de duvidar do simplismo desse cancelamento: fala-se

muito da estirpe elitista de Lobato, neto de visconde, mas pouco ou nada de sua avó, possivelmente descendente de libertos, como sugere seu sobrenome “Do Amor Divino” e sem permissão de enterro em cemitério de brancos, mãe de filhos bastardos. Comenta-se bastante do Lobato editor, mas poucos lembram de seus esforços para publicar Lima Barreto, negro, marginal e louco? A favor da biografia de Lobato, convém ter claro que ele foi taxado de comunista, fordista, monarquista, georgista, espírita, ateu. Então por que apenas racista?

Como ler Lobato hoje, eis a grande questão. E as respostas derubam investidas – também preconceituosas – de reescrita, correção ou cortes de sua extensa obra. Democraticamente, temos que ler Lobato como e porque ele foi e representa. E discuti-lo como temos que discutir *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório.

Se é verdadeiro que a pele guarda marcas da história, também é certo que a literatura carrega as cicatrizes de seu tempo. Pensemos no avesso da pele de Lobato. Pensemos no avesso da pele de Tenório. E exaltemos o direito da razão crítica, instruída, libertária porque inteligente.

Jornal Contato, 17 de março de 2024

Um intelectual líquido?

Busco respostas para uma questão carregada de nuances e longe demais de soluções. Desde que o movimento negro brasileiro atualizou suas justas pautas reivindicatórias, diversos aspectos culturais foram ressignificados. Houve a valorização de elementos estéticos afro-brasileiros, uma explosão literária de autores negros e o reconhecimento ampliado do carnaval e das manifestações religiosas de matriz africana. Esse processo, contudo, não foi linear: parte da estratégia estadunidense de rejeição de autores racistas foi adotada no Brasil, elegendo Monteiro Lobato como alvo privilegiado.

Tal qual Mark Twain nos EUA, Monteiro Lobato foi questionado pelo teor preconceituoso de algumas de suas passagens, e trechos de sua obra foram recortados para embasar críticas contundentes. Sem negar seu racismo e sua visão hierárquica das raças, cabe perguntar: por que ele é mais atacado que outros autores brasileiros? Twain, por exemplo, usou termos racistas e retratou Jim, o escravizado de *As aventuras de Huckleberry Finn*, de forma que hoje gera desconforto. No entanto, sua obra também contém uma crítica à escravidão e à hipocrisia da sociedade sulista. O mesmo tipo de ambiguidade pode ser observado em outros escritores brasileiros que, embora tenham reproduzido estereótipos raciais, não são alvo de críticas na mesma medida que Lobato.

A literatura brasileira contém uma longa tradição de obras que refletem e, por vezes, reforçam visões racistas. José de Alencar, em *Cartas de Erasmo* (1865), defendeu a escravidão e argumentou contra sua abolição imediata. Em seus romances indianistas, como *O Guarani* e *Iracema*, retratou indígenas de maneira idealizada, mas fadados à extinção, dentro de uma visão de progresso alinhada ao embranquecimento da população. Bernardo Guimarães, em *Escrava*

Isaura (1875), romantizou a liberdade ao diferenciar sua protagonista dos demais cativos. Isaura, descrita como branca, sofre não apenas por sua condição de escravizada, mas por destoar da imagem esperada para os negros, reforçando a ideia de que a escravidão era inaceitável apenas para aqueles de traços europeus.

Franklin Távora, em *O Cabeleira* (1876), seguiu a tradição de associar a mestiçagem à violência e à degeneração ao construir seu protagonista, um mestiço entregue ao banditismo. O Visconde de Taunay, em *Inocência* (1872) e *A Retirada da Laguna* (1874), via os indígenas como um grupo condenado ao desaparecimento e os mestiços de maneira ambivalente, oscilando entre a valorização e a marginalização. Já Aluísio Azevedo, em *O Cortiço* (1890), denunciou desigualdades, mas reforçou estereótipos ao apresentar a personagem Bertoleza, mulher negra e escravizada, como alguém que só encontra escape no suicídio, sugerindo um destino trágico e inexorável para os negros.

No início do século XX, Coelho Neto, filho de português com mulher indígena, exaltava a mestiçagem, mas sob a ótica do branqueamento, associando o ideal de civilização à cultura europeia. No Modernismo, Mário de Andrade, ele mesmo mulato, em *Macunaíma* (1928), oscilou entre a valorização da cultura popular e a caricatura do indígena e do mestiço, enquanto Cassiano Ricardo, em *Marcha para Oeste* (1940), reforçou o mito da miscigenação como elemento pacificador da identidade nacional, sem questionar as hierarquias raciais envolvidas nesse processo.

Diante desse panorama, é válido refletir sobre o motivo pelo qual Lobato recebe críticas mais intensas que seus contemporâneos e sucessores. Seu caso é emblemático não apenas por suas posições pessoais, mas também porque sua obra infantil segue amplamente lida e influente. No entanto, analisá-lo sem considerar o contexto literário e social mais amplo pode resultar em uma visão parcial, ignorando que o racismo, explícito ou sutil, permeou grande parte da tradição literária brasileira.

Talvez a explicação para esse fenômeno resida não apenas no conteúdo de suas obras, mas na sua própria posição como intelectual dinâmico, cuja influência se espalhou por vários campos de atuação.

Lobato não foi apenas um escritor: foi jornalista, funcionário público, fazendeiro, empresário e polemista ímpar. Sua presença constante no debate nacional, ora como entusiasta da modernização industrial, ora como crítico do colonialismo cultural, ora como defensor intransigente da exploração do petróleo, fez com que sua figura transcendesse a literatura.

Seus escritos se multiplicaram em diferentes gêneros e estilos, da literatura infantil ao ensaio político, do romance regionalista à aproximação com a ficção científica. Foi um autor em constante movimento, revisitando ideias e reformulando opiniões ao longo da vida. Por isso, classificá-lo de forma unidimensional é reducionista. Sua postura mutável se aproxima do conceito de “intelectual líquido”, de Zygmunt Bauman: um pensador que não se prende a dogmas fixos, mas se adapta às tensões e desafios de sua época. Se, em certos momentos, defendeu teses eugenistas, também foi um crítico mordaz do conservadorismo e um dos maiores incentivadores da literatura nacional.

Ao longo das décadas, sua obra infantil sobreviveu como referência na formação do imaginário de gerações, ao mesmo tempo em que suas posturas foram problematizadas. O diálogo sobre seu legado segue aberto, exigindo um debate que não se resuma à exclusão sumária ou à defesa incondicional. Se suas ideias geram incômodo, que sirvam menos para condenações automáticas e mais para uma reflexão ampla sobre literatura, história e identidade cultural brasileira. Monteiro Lobato foi, em essência, um intelectual líquido, cuja obra e pensamento fluíram por entre as transformações sociais e culturais do Brasil, deixando um legado que desafia leituras empobrecedoras e distorcidas.

Lobato, este desconhecido

Neste texto, parto de dois pressupostos fundamentais: primeiro, a necessidade de uma teoria geral sobre Monteiro Lobato; segundo, a aplicação do conceito de *desconstrução*, conforme formulado por Jacques Derrida em 1962, na tradução de *A Origem da Geometria*, de Edmund Husserl. À primeira vista, a combinação dessas abordagens pode parecer paradoxal, mas ela se justifica pela necessidade de decompor aspectos dispersos da obra lobateana para, em seguida, reconstruí-los de forma integrada, sempre com lógica explicativa.

A fragmentação da leitura de Lobato é um problema recorrente na crítica literária. Muitas análises limitam-se a avaliar suas obras de maneira isolada, sem reinseri-las no conjunto de sua produção literária e filosófica. Esse fenômeno, comum na fortuna crítica nacional, negligencia a historicidade dos textos, desconsiderando detalhes fundamentais para sua interpretação integral. Um dos vícios mais comuns dessa abordagem é a “presentificação” da leitura, ou seja, a tendência de julgar as obras apenas pelos valores e sensibilidades do presente, sem levar em conta o contexto histórico e social nos quais foram produzidas. Essa prática empobrece a análise e frequentemente resulta em conclusões anacrônicas. Em termos técnicos, ocorre o que os historiadores chamam de “anacronismo” – o julgamento de valores de uma época a partir de uma ótica contemporânea, desconsiderando o momento e as condições de sua produção.

Além disso, há uma insistência em rotular Lobato segundo diversas perspectivas ideológicas, o que resulta em uma compreensão reducionista de sua obra. Ao longo do tempo, ele já foi classificado como nacionalista, comunista, georgista, monarquista, espírita, entreguista, industrial frustrado, elitista, preconceituoso, entre outros adjetivos. Tais rótulos, embora possam conter traços de

verdade em momentos específicos, acabam por obscurecer a compreensão da trajetória multifacetada de seu pensamento e de seus escritos. Em vez de isolá-lo em categorias estanques, é essencial considerar a evolução de seu pensamento e a organicidade de sua obra dentro de um contexto mais amplo, que leve em consideração suas constantes transformações ideológicas e estilísticas.

A desconstrução, nesse sentido, surge como uma estratégia adequada para lidar com as complexidades da obra de Lobato. Desconstruir, no entanto, não significa destruir ou simplesmente demudar, mas sim revelar as camadas de sentido que compõem o texto, desmontando leituras cristalizadas para permitir novas perspectivas. Em Lobato, essa abordagem é especialmente relevante, pois sua escrita não se restringe ao que está na superfície. Suas escolhas estilísticas e estruturais carregam intenções que vão além do significado imediato das palavras. Essa densidade de significados é particularmente perceptível em sua literatura infantil, onde humor, ironia, sátira e crítica social se entrelaçam de maneira sofisticada, tornando suas obras mais complexas e multifacetadas do que a primeira leitura pode sugerir.

Um exemplo particularmente revelador desse processo é *Caçadas de Pedrinho*, obra que sofreu diversas modificações ao longo das edições, refletindo não apenas a evolução narrativa, mas também mudanças de contexto histórico e de recepção. O livro, publicado originalmente em 1924 com o título *A Caçada da Onça*, passou por alterações significativas em 1933, quando foi reeditado como *Caçadas de Pedrinho*, e novamente em 1944, quando este título tornou-se definitivo. Essas mudanças não foram apenas formais: o próprio Pedrinho, protagonista da história, teve sua caracterização transformada ao longo dos anos.

Na primeira versão, ele era descrito como “loiro, um europeuzinho”, vestindo-se como marinheiro, conforme os padrões infantis da época. Na edição de 1933, Pedrinho surge como um “caipirinha”, usando camisa estampada e bermuda remendada. Já na versão de 1944, o personagem aparece como um menino urbano, vestindo roupas mais refinadas, com cinto e sapatos, e cabelos escuros. Essa evolução da imagem do personagem acompanha um refinamento da

crítica social implícita no texto, demonstrando como Lobato ajustava sua obra para dialogar com diferentes momentos históricos e, ao mesmo tempo, com as sensibilidades de diferentes gerações.

Além das mudanças estéticas, a edição de 1933 também introduziu elementos de crítica política velada, refletindo o turbulento cenário político do Brasil nos anos 1930. Durante a repressão do governo Vargas, Lobato incluiu no enredo uma “assembleia dos bichos”, uma alusão direta à luta pela democracia após a Revolução Constitucionalista de 1932. Outro trecho notável é a referência ao fictício “Departamento Nacional de Caça ao Rinoceronte”, uma sátira mordaz às ineficiências burocráticas do Estado. O departamento, no livro, é descrito como um órgão cuja principal função era justamente não encontrar o animal que deveria caçar, uma metáfora afiada para a paralisia administrativa que Lobato tanto criticava.

Contudo, se por um lado a obra contém essas camadas de ironia política e reinterpretação social, por outro, é inegável que *Caçadas de Pedrinho* também levanta discussões sobre preconceito. A presença de um rinoceronte africano no universo do Sítio e a menção à ideia de vender a propriedade para viver em Uganda são exemplos de como a narrativa pode ser lida sob diferentes prismas. Mas o ponto mais delicado das interpretações contemporâneas recai sobre a representação de Tia Nastácia, personagem que tem sido alvo de acalorados debates.

É crucial, no entanto, evitar análises apressadas ou simplificadoras. A crítica literária deve considerar não apenas a intenção do autor, mas também as transformações históricas e culturais que moldaram a recepção da obra ao longo do tempo. Um dos maiores riscos ao estudar Lobato é cair no reducionismo, seja para enaltecê-lo, seja para condená-lo. Sua escrita é marcada por ambiguidades e contradições que exigem um exame cuidadoso, levando em conta não apenas os valores do presente, mas também as condições de sua produção original. Essa pluralidade de significados reflete a própria complexidade da sociedade brasileira e das tensões culturais que marcaram a primeira metade do século XX.

Assim, compreender Monteiro Lobato exige mais do que julgamentos sumários ou rótulos definitivos. É necessário um olhar que

concilie o rigor da análise crítica com a sensibilidade histórica, permitindo que sua obra seja lida em toda a sua complexidade. Se a intenção é fazer justiça à sua produção literária, deve-se recorrer às ferramentas da pesquisa histórica, da contextualização crítica e da interpretação ponderada. Afinal, como Lobato mesmo demonstrou, a literatura nunca se esgota nas suas primeiras camadas – sempre há algo mais por trás das palavras, esperando para ser redescoberto. O estudo de sua obra deve ser uma busca contínua, não uma tentativa de engavetá-la em categorias limitantes. Para verdadeiramente compreender o autor, é necessário penetrar nas suas várias camadas e entender o que elas revelam não apenas sobre ele, mas sobre a própria história do Brasil e das ideias.

Lobato e o prisma multidisciplinar

A obra de Monteiro Lobato não se limita ao universo literário; ela se inscreve dentro de um cenário cultural mais amplo, no qual literatura, antropologia, sociologia e história convergem para desvelar as complexidades de um pensamento que acompanhou e, de certa forma, moldou as transformações do Brasil no início do século XX. Cada uma dessas disciplinas oferece uma perspectiva própria para a análise de sua obra, revelando tanto a coerência de seu projeto quanto as tensões e contradições que o permeiam.

Do ponto de vista literário, Monteiro Lobato se destaca pela sua versatilidade e pela habilidade de transitar entre gêneros e públicos diversos. Seu estilo direto, ágil e marcado pela ironia mordaz permite que sua obra dialogue tanto com o leitor infantil quanto com o adulto, abordando temas que vão desde a crítica social até a reflexão filosófica. Em *Urupês* (1918) e *Cidades Mortas* (1919), Lobato retrata a decadência do interior paulista com um regionalismo tangente ao naturalismo, criando personagens como Jeca Tatu, símbolo de uma ruralidade em declínio. No entanto, essa figura evolui ao longo de sua obra, passando de um retrato de degenerescência para uma crítica mais incisiva à falta de políticas públicas eficazes, que garantam acesso à educação e a serviços essenciais como saneamento básico.

Sua incursão no romance *O Presidente Negro* (1926) é um exemplo de como Lobato se inspira na ficção científica para explorar questões raciais e sociais. A obra, embora marcada por laivos eugenistas que hoje são amplamente questionados, revela uma ambiguidade central em seu pensamento: ao mesmo tempo em que denuncia o racismo estrutural, ele recorre a discursos científicos da época que reforçam estereótipos raciais. Essa dualidade reflete as tensões de um intelectual que oscila entre a crítica às desigualdades e a

reprodução de concepções que, embora progressistas para o seu tempo, hoje soam como problemáticas.

Já sua literatura infantil, inaugurada com *A Menina do Narizinho Arrebitado* (1920), marca uma virada significativa em sua carreira. O Sítio do Picapau Amarelo se torna um espaço de experimentação intelectual, onde a fantasia se entrelaça com a ciência, a filosofia e a cultura popular. Personagens como Emília, Tia Nastácia e Dona Benta não apenas representam tipos arquetípicos, mas encarnam diferentes facetas do saber: a irreverência crítica, o conhecimento popular e a mediação entre tradição e modernidade. Essa estrutura narrativa, que vai além do simples entretenimento, também cumpre uma função pedagógica, refletindo um projeto educacional que busca formar cidadãos críticos, capazes de compreender as complexidades do mundo ao seu redor.

Sob a ótica antropológica, a obra de Lobato revela uma profunda preocupação com a identidade brasileira. Sua representação do Brasil rural, especialmente por meio de figuras como Jeca Tatu e Tia Nastácia, reflete uma tentativa de compreender e retratar as interações entre diferentes segmentos culturais e sociais. Jeca Tatu, inicialmente visto como um símbolo do atraso, transforma-se ao longo da obra de Lobato, passando de um retrato de resignação para uma figura que pode ser redimida pela educação e pelo progresso, uma evolução que acompanha a própria mudança no pensamento de Lobato, influenciado pelas ciências aplicadas e médicas de sua época.

Tia Nastácia, por sua vez, é uma figura carregada de complexidade. Enquanto guardiã dos saberes populares e figura central no Sítio do Picapau Amarelo, sua representação também é permeada por estereótipos raciais que refletem as contradições do pensamento de Lobato. A relação ambígua entre a valorização do conhecimento popular e a estereotipação de suas figuras sublinha as tensões de um intelectual que, embora se esforçasse para entender as realidades brasileiras, não conseguia romper completamente com os limites e preconceitos de sua época.

Do ponto de vista sociológico, a obra de Lobato oferece um retrato crítico das relações de classe no Brasil do início do século XX. Seus textos denunciam a miséria do trabalhador rural e a ineficiência

das elites agrárias, ao mesmo tempo em que defendem a modernização como caminho para a superação do atraso. Ao contrário de autores como Euclides da Cunha, que idealizam o sertanejo como herói trágico, Lobato o retrata com ironia e realismo, enfatizando a necessidade urgente de transformação social por meio da educação e do progresso material.

A literatura infantil também pode ser lida como um projeto de construção simbólica da cidadania. No Sítio do Picapau Amarelo, o conhecimento é democratizado e o pensamento crítico é incentivado, refletindo um ideal de sociedade baseada na educação e no livre pensamento. Essa visão, em contraste com a realidade de um Brasil ainda marcado pela desigualdade e pelo conservadorismo, revela o compromisso de Lobato com a transformação social e a emancipação do povo.

Historicamente, Monteiro Lobato se apresenta como um emblema das contradições e transformações do Brasil entre o fim do século XIX e meados do século XX. Sua trajetória reflete as dinâmicas de um país que oscilava entre o tradicionalismo e a modernidade, a oligarquia e a industrialização, o conservadorismo e as vanguardas. Lobato experimentou praticamente todas as teorias em voga em sua época, do determinismo racial à eugenia, do nacionalismo econômico à valorização da ciência. No entanto, ao contrário de intelectuais que se fixaram rigidamente a uma única ideologia, ele soube adaptar-se e reformular suas ideias conforme as circunstâncias.

Sua relação com a Semana de Arte Moderna de 1922 ilustra essa flexibilidade intelectual. Inicialmente crítico feroz do modernismo, Lobato publicou *Paranoia ou mistificação?*, ridicularizando as obras de Anita Malfatti. No entanto, ao longo da década de 1920, sua postura se ajustou, e ele passou a reconhecer certos valores do movimento, ainda que sem aderir completamente a suas premissas estéticas. Essa capacidade de adaptação é uma das marcas mais notáveis de sua trajetória, que o levou a transitar entre diferentes correntes de pensamento e práticas culturais, sempre em busca de uma compreensão mais profunda e mais próxima da realidade brasileira.

Lobato não foi apenas um criador de histórias, mas um pensador que refletia sobre os rumos da nação e sobre o papel da

educação, da cultura e da modernidade na construção de um país mais justo e progressista. Seu pensamento, embora frequentemente imerso nas limitações e preconceitos de sua época, também revela um esforço contínuo para compreender a diversidade do Brasil e promover, por meio de sua obra, a emancipação do povo e o fortalecimento de uma identidade nacional. O estudo de sua obra continua a ser um campo interdisciplinar fértil, que não apenas ilumina as questões sociais, políticas e culturais de sua época, mas também nos desafia a refletir sobre os legados paradoxais de um pensamento visionário, mas ainda profundamente marcado pelas limitações de seu tempo.

Em última análise, Lobato permanece uma figura central na história intelectual do Brasil, cuja obra exige uma leitura crítica, capaz de reconhecer tanto suas contribuições valiosas quanto suas falhas, para que possamos, como sociedade, aprender com suas ambivalências e, assim, seguir em direção a um futuro mais plural e equitativo.

A literatura e o projeto de Brasil

A obra de Monteiro Lobato, quando analisada sob uma perspectiva contemporânea, suscita indagações importantes sobre seu lugar no campo da inteligência nacional brasileira. Tomando como ponto de partida os chamados ensaios fundadores da moderna cultura brasileira – com a tríade formada por Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala*; Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*; e Caio Prado Júnior, com *Formação Econômica do Brasil* – e considerando o início da década de 1930 como momento decisivo para o novo pensamento nacional, qual seria a posição de Lobato nesse contexto?

Essa questão exige uma análise profunda, especialmente ao se considerar a vasta e diversificada produção literária de Lobato. Surge, então, a dúvida inicial: seria a obra lobateana uma coleção de textos dispersos, ou haveria uma lógica mais coesa, respondendo a um projeto literário amplo e deliberado? Para responder a essa indagação, é essencial investigar a consistência de sua obra, inclusive no campo da literatura infantil, e verificar como essa produção se integra ao movimento que procurava uma nova interpretação do Brasil e da sua cultura.

Aceitando como hipótese que Lobato construiu um projeto literário, é preciso entender como sua produção se articula dentro da tentativa de criar uma percepção mais autêntica da identidade brasileira. Não se trata apenas de uma análise literária, mas de um projeto cultural que reformulou a forma como os brasileiros se viam e se relacionavam com sua própria história e geografia. Nesse contexto, a literatura infantil de Lobato não pode ser vista como um apêndice menor de sua obra, mas como um dos pilares fundamentais da visão de país que ele propôs.

A revisão de Lobato, que atravessa a geografia, a história e a composição étnica do Brasil, encaixa-se perfeitamente nos pressupostos dos ensaístas fundadores. Para ele, a criança não era apenas um espectador passivo de uma realidade já consolidada, mas parte ativa de um processo de formação cultural. Nesse sentido, sua escrita para crianças se torna um elemento estrutural de sua visão de Brasil, um projeto que não apenas recriou um imaginário coletivo infantil, mas também ofereceu um ponto de vista crítico sobre a realidade nacional.

É importante ressaltar que Lobato não se limitou a ser um escritor de literatura infantil; ele também foi um agente de transformação cultural, desafiando um mercado literário que estava saturado de traduções de obras estrangeiras. Sua obra, em grande parte, foi responsável por colocar a literatura brasileira em um novo patamar, propondo uma narrativa nacional que refletia as complexidades do Brasil. Nesse processo, a educação e a literatura se tornaram instrumentos essenciais para a construção de uma identidade cultural autônoma.

Ao reformular os critérios de produção e circulação do livro no Brasil, Lobato não só se tornou um grande nome da literatura infantil, mas também contribuiu para a construção do próprio projeto de nação. A partir de sua posição em Taubaté, Lobato construiu um universo literário que, inicialmente circunscrito ao interior paulista, expandiu-se para todo o país e para o mundo, dando forma a um projeto civilizatório que refletia e ao mesmo tempo criticava o Brasil de sua época. Sua obra no Sítio do Picapau Amarelo foi mais do que uma ficção; foi um espaço educativo e transformador, um lugar onde o lúdico e o pedagógico se entrelaçava para formar um novo imaginário nacional.

A personagem Emília, com seu espírito irreverente e questionador, é um dos grandes símbolos dessa proposta. Ela não apenas serve como personagem central das histórias, mas também como veículo para a crítica social e política que atravessa toda a obra de Lobato. Sua capacidade de transitar entre o mundo da fantasia e da realidade permite que a obra de Lobato seja lida de múltiplas formas, tanto por crianças quanto por adultos.

Em um panorama mais amplo, a literatura infantil lobateana não deve ser vista como algo solto, mas como uma continuidade da produção voltada para o público adulto, ambos os campos sendo interligados pelo desejo de refletir sobre a construção do Brasil. A crítica, por vezes, limita-se a uma visão segmentada da obra de Lobato, separando-a rigidamente entre literatura infantil e adulta. No entanto, essa dicotomia se desfaz quando se reconhece que ambos os públicos estão sendo simultaneamente convidados a refletir sobre as mesmas questões fundamentais: identidade, história, cultura e nacionalismo.

A interação entre literatura infantil e adulta é uma característica fundamental da obra lobateana. Assim como grandes tradições literárias, como a anglo-saxônica, apresentam personagens que transitam livremente entre públicos diversos, os livros do Sítio do Picapau Amarelo também desafiam a compartimentação etária. A literatura de Lobato não é apenas destinada a um público infantil, mas é um convite a todos a revisitar e a refletir sobre o Brasil, suas contradições e sua construção histórica.

Além disso, a crítica deve ser mais atenta ao papel de Lobato em seu tempo. Embora sua obra tenha sido alvo de críticas, muitas vezes baseadas em uma visão anacrônica de seus textos, é preciso reconhecer que suas ideias refletiam uma tentativa de solucionar questões complexas da formação do Brasil. Seus livros não carecem ser descartados com base em juízos descontextualizados, mas devem ser vistos como parte de um movimento contínuo de reflexão sobre o Brasil.

A obra de Monteiro Lobato, em seu conjunto, revela-se como um projeto literário coeso, capaz de transcender a literatura infantil para se afirmar como um verdadeiro projeto de Brasil. Ao integrar literatura, educação e cultura, Lobato não apenas construiu um universo literário para crianças, mas também deu forma a um imaginário nacional, capaz de influenciar gerações. Sua produção, longe de ser uma sequência de textos dispersos, é uma construção articulada, que se insere de forma plena na busca pela identidade cultural do Brasil. Portanto, para entender o real alcance da obra de Lobato, é preciso vê-la como parte de um projeto mais amplo: um projeto de

Brasil, que só pode ser plenamente compreendido na totalidade de sua produção. Sua literatura infantil, longe de ser um apêndice menor, é o eixo central de um movimento de reflexão e transformação cultural, que permanece relevante até os dias de hoje, reafirmando Lobato como um dos maiores intérpretes da nossa modernidade cultural.

Mais que editor, estrategista da cultura

Monteiro Lobato não foi apenas um nome que se impôs no cenário público brasileiro como criador da literatura infantil ou, como mestre na esfera da provocação com ideias inflamadas. Ele se consolidou como uma figura permanente na reflexão sobre nossa cultura, muito além de um mero idealista ou sonhador de seu tempo. O Lobato dos livros foi um realizador empenhado – ainda que nem sempre economicamente bem-sucedido. Com certeza foi um agente transformador cuja influência transcendeu as páginas de seus escritos, as críticas jornalísticas e as histórias que contava.

De tal vulto era seu intento que Lobato sequer mediu as dificuldades do empreendimento para o qual se dispôs sem conhecimento prévio dos entraves. Uma das dimensões mais utópicas e, ao mesmo tempo, práticas de sua trajetória foi o esforço incansável pela atualização da indústria livreira, que se encontrava em estado de penúria. Tudo pela democratização do acesso aos livros e para, por meio deles, promover a inclusão de segmentos que não tinham acesso à cultura. Sua atuação como editor atento a novos títulos e a qualidade dos impressos o revela senhor de um projeto estratégico que moldou não apenas o mercado editorial brasileiro, mas também a maneira como o país pensa sobre cultura, educação e progresso.

Enquanto muitos justamente celebram Lobato como o “Pai da literatura infantil brasileira”, nem tantos se dão conta do papel transformador que ele desempenhou como editor. E nem aliam uma coisa a outra. Seu legado editorial foi tão revolucionário quanto sua obra escrita e, em certa medida, pode-se até dizer que foi mais consequente. Ele não apenas publicou livros; criou um ecossistema de ideias, um movimento cultural que popularizou a posse desses produtos e facilitou o conhecimento, sobretudo colocando os livros no

centro do debate nacional. E educação-livro-escola se retroalimentaram muito.

O que antes era artigo de luxo foi transformado em matéria de consumo mais fácil. Lobato tinha clareza de que os livros eram mais do que objetos de entretenimento ou estudo: eram ferramentas de mudança, instrumentos para pavimentar estradas rumo a um Brasil mais justo, autônomo e desenvolvido.

Lobato não se limitou a ser um fermentador de ideias polêmicas e nem mesmo um editor bem-sucedido, que em alguns momentos conseguiu. Ele se entregou ao projeto e assim se fez um estrategista cultural, alguém que enxergou na produção de livros uma plataforma poderosa para difundir ideias e influenciar a sociedade. Sua atuação como editor não se resumia ao empreendimento comercial e isso é distintivo; era, acima de tudo, forjador de um projeto ideológico e político. Ele entendia que cada livro publicado era uma semente plantada no solo fértil do futuro brasileiro, algo capaz de germinar ideias e transformar mentalidades e deixar marcas. E foi nosso primeiro “multiplicador de *best sellers*”.

Tudo começou em 1918 quando, depois de vender a fazenda herdada de seu avô, sem muito titubear, adquiriu a *Revista do Brasil* para, logo em seguida, formar a *Monteiro Lobato & Cia*, que deu origem à Companhia Editora Nacional. E foi por essa porta que revolucionou o mercado editorial brasileiro, que nunca mais voltou a ser o mesmo, limitado e pobre. Introduziu práticas inovadoras, com maquinário renovado e articulado a um sistema de entregas, como tiragens cada vez maiores, preços acessíveis e sobretudo com distribuição em larga escala, permitindo que os livros chegassem a regiões antes desassistidas.

Mas seu objetivo ia muito além de fazer livros atraentes e vendê-los em escala. Ele os usou como veículos para promover campanhas essenciais ao desenvolvimento do Brasil. Sua editora tornou-se um espaço conhecido de difusão de conhecimento, onde literatura, ciência, educação, crítica de arte, história e política se encontravam, se opunham e se conferiam. Em cada projeto editorial, havia um propósito claro: transformar o país através das ideias. E isso lhe soava como missão.

Uma das estratégias mais brilhantes de Lobato foi a criação de um ciclo virtuoso em que seus livros puxavam a venda de outros, que, por sua vez, amplificavam sua influência e difundiam suas ideias. Ele não apenas escrevia obras que cativavam o público, mas também publicava e traduzia textos fundamentais para a cultura brasileira, dando dimensões a conhecidos e visibilidade a novos como Lima Barreto, por exemplo. Dessa forma, Lobato construiu uma rede de influência que ia muito além de suas próprias obras.

Por exemplo, ao publicar *O escândalo do petróleo*, Lobato não apenas denunciava a negligência do governo e defendia a exploração das reservas nacionais; ele também usou o livro como uma ferramenta política poderosa para mobilizar a opinião pública. A obra, publicada por sua própria editora, tornou-se um marco na luta que culminaria, anos depois, na criação da Petrobrás. Da mesma forma, em *A onda verde*, ele criticava a estrutura agrária arcaica e defendia a modernização da agricultura, transformando o livro em um manual de transformação do setor agrícola. Além disso, Lobato traduziu, entre tantos, os textos de Henry Ford e assim retroalimentava a produção de sua editora e as ideias correntes no país.

O compromisso de Lobato com a educação e a ciência influía em sua condição de empresário. Ele acreditava que a ciência era a chave para o progresso e publicou obras que traduziam conceitos complexos para um público mais amplo. *Serões de Dona Benta* é um exemplo notável: nele, os personagens do Sítio do Picapau Amarelo explicam conceitos avançados de forma lúdica e envolvente. E, em termos de textos para crianças, não vacilou em falar de História, Geografia, Gramática e Aritmética. Com isso, Lobato mostrou como a literatura podia aliar entretenimento e educação, tornando-se uma ponte entre o conhecimento especializado e o público geral.

Sua editora também foi um espaço para a difusão de ideias progressistas. Lobato publicou obras que desafiavam o *status quo* e incentivavam o pensamento crítico. Ele via os livros não apenas como bens culturais, mas como armas para a formação de um Brasil independente e desenvolvido. Cada título publicado por Lobato carregava um sentido de urgência e compromisso com o progresso. E não fugia dos temas em voga e candentes, como foi o caso dos livros sobre eugenia.

Ao olharmos para a trajetória de Lobato, fica evidente que sua obra literária e sua atuação editorial são inseparáveis. Ele construiu caminhos para que o Brasil pensasse sobre si mesmo de forma crítica e autônoma. Sua editora além de lançá-lo no mundo dos negócios, foi mais do que um empreendimento; foi uma estratégia política de longo prazo, combinando educação e conscientização como alternativas de emancipação futura. Seu legado permanece vivo e ressoa ainda hoje na cultura brasileira, inspirando novas gerações a pensar criticamente e a lutar por um país mais justo e desenvolvido. Monteiro Lobato não apenas escreveu histórias; ele prescreveu o futuro que desejava para o Brasil. E mesmo na zona do insondável cabe perguntar, o que seria do Brasil, dos leitores brasileiros, não houvesse existido Lobato, esse estrategista da nossa cultura?

Sobre o centenário de *Velha praga*

A turma está animada. Que turma? Aquela do Sítio do Picapau Amarelo? Mais ou menos. Mais ou menos porque não se trata dos personagens, mas sim de pesquisadores que exploram detalhes, vasculham razões e perseguem motivos que levaram Monteiro Lobato a produzir, além do mais formidável monumento da literatura infantil brasileira, obras variadas sobre temas nacionais que, afinal, motivam olhares que contemplam tanto a árvore como a floresta.

Refiro-me ao conjunto de alunos e amigos pesquisadores da incansável Marisa Lajolo. O motivo? Em abril, na vizinhança da celebração de mais um aniversário de Monteiro Lobato, será lançado um novo livro sobre o autor, ou melhor, sobre cada livro de Lobato destinado a adultos. Trata-se de uma investida decorrente do sucesso do primeiro intento, *Lobato, livro a livro – Fase para crianças*, publicado pela Editora Moderna. Tendo ganhado o prêmio Jabuti de 2009, essa primeira fase evidenciou o desafio que restava: compreender Lobato por inteiro. Agora, *Lobato livro a livro – Fase adulta* está pronto, e os mais de trinta articulistas se agitam, planejando o lançamento. Logicamente, a ideia seria aproveitar o dia 18 de abril, mas Sexta-Feira Santa não parece uma data apropriada.

Seja quando for o dia, há propostas vibrantes de lançamentos em livrarias, bibliotecas, universidades; as possibilidades são muitas. Far-se-ia uma apresentação dos componentes comentando suas peripécias de pesquisas? Ou se simplesmente promoveria uma noite de autógrafos, deixando o livro seguir seu caminho? Enquanto se discute sobre isto ou aquilo, uma decisão foi tomada: que se aproveite o centenário do texto matriz de Lobato, *Velha praga*, publicado em 1914. Como se sabe, foi exatamente naquele ano que o artigo, enviado para a coluna dos leitores, foi pinçado, tendo destaque entre os editoriais de *O Estado de S. Paulo*.

Estava lançada a semente. Mas seria correto julgar esse texto como matriz do pensamento lobateano? Equivaleria a dizer que *Velha praga* fixou um tipo social que Lobato, vida afora, teve que carregar? Seria a figura do Jeca um “pecado original” ou “pecado mortal” do Lobato escritor? Dentre as passagens mais evidentes desse texto inaugural do Lobato público, uma chama atenção pela veemência: “Venha, pois, uma voz do sertão dizer às gentes da cidade que se lá fora o jogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico”. Lobato, então, criminalizava historicamente o camponês como “parasita” e “incendiário”, prosseguindo na descrição do caboclo como “funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiro, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se”.

Nada mais negativo. Nada mais preconceituoso e injusto. Mas o sucesso desse tipo de argumento respondia ao que os proprietários, as elites donas de terras, queriam dizer ou ouvir. Seria errado afirmar que essa visão oligárquica de Lobato o perseguiu vida afora como uma “velha praga”? Lobato jamais se livrou da pecha de ser algoz dos trabalhadores do campo, mesmo tendo aliviado esse tom poucos anos depois, em 1918 quando muda a chave acusatória e passa a mostrar o caipira como vítima do estado ausente.

É nesse ponto que Lobato sofre uma inflexão. Ele revisa o Jeca e propõe uma nova leitura da questão do caipira, ligando sua miséria não à preguiça ou ao fatalismo, mas à doença e à falta de assistência. Um Jeca regenerado emerge, agora sujeito de melhoria, quase um irmão tardio de Carlitos. Explico-me. Curiosamente, acima do Equador, outra postura social despontava. Na contramão do pessimismo lobateano, no mesmo ano de 1914, Charles Chaplin, o famoso Carlitos, lançava seu filme inaugural, *Corrida de automóveis para meninos*, primeiro de uma série que encantaria o próprio Lobato. A

perplexidade corre exatamente nas linhas opostas dessa paralela. Em uma direção, Lobato azedo contra o caipira. Na outra, Chaplin doce, propondo seu Vagabundo como a alegria de um mundo que se desmontava em guerras.

O peso do nosso detrator dos camponeses era, ironicamente, compensado nas cidades, nas telas dos cinemas, com a leveza dos cidadãos comuns do mundo já industrializado. E a guerra verdadeira, nos campos de batalha, era contrabalançada pela imagem singela de pessoas boas, simples, sinceras. Do nosso lado, comparando o campo de agricultura com o campo de batalha, estava o Lobato culpando a falência de nossas elites pelas mãos do caipira. Paradoxalmente, vale considerar que Lobato era ardente entusiasta de cinema e nas telas do impagável Chaplin. E então pergunta-se: haveria impacto na mudança do tipo caipira? Sim, é difícil responder, mas no campo das hipóteses é válido supor aproximações que, por fim, permitam dar estradas a suposição de que o caipira inaugural, depois melhorado pelo próprio Lobato permitiu a projeção de um outro caipira, vazado para as telas de cinema sugerindo que o Vagabundo de Chaplin estivesse reencarnado tropicalmente no Caipira de Mazzaropi, também conhecido como Jeca Tatu.

Jornal Contato, 17 de abril de 2014

Um Nietzsche tropicalizado

Se tivesse que destacar algumas frases de Monteiro Lobato sobre sua própria formação intelectual, uma delas certamente seria: “Um dos seus aforismos (de Nietzsche) penetrou em meu ser como a coisa que procurava. 'VADE MECUM', 'VADE TECUM.' Queres seguir-me? Segue-te. Essas palavras foram tudo – foram o meu remédio certo. Marcaram o fim da minha crise mental. Normalizaram-me.” Lobato também recortou do livro *Gaia Ciência* outra passagem que brilha em suas explicações pessoais: “Nietzsche foi de fato o meu sabão. Limpou-me de todas as gafeiras mentais e morais. Mas nunca o li totalmente, de medo de assimilá-lo demais e tornar-me nietzschiano.” Essa última confissão revela um ponto essencial: Lobato fez uma triagem cuidadosa do pensamento do filósofo alemão, incorporando elementos que lhe pareciam úteis e relativizando outros.

É difícil fugir do irônico paradoxo contido na premissa do “Queres seguir-me? Segue-te” e na renúncia de ler os demais livros de Nietzsche para evitar uma adesão completa e irrestrita. Lobato parece ter percebido que o pensamento nietzschiano poderia ser um caminho sem volta e, ao mesmo tempo que se deixava influenciar, mantinha um olhar crítico e pragmático. Ele nunca foi um discípulo cego, mas um leitor atento e seletivo. Mesmo assim, algumas das questões levantadas pelo filósofo transparecem em sua obra e em suas posturas, especialmente no que tange à visão de mundo, ao ceticismo religioso e à crença no progresso guiado pela ciência e pela seleção da inteligência.

Lobato era um leitor assíduo de Nietzsche, como atestam suas cartas do início do século XX, e exaltava o filósofo como uma personalidade rara e excepcional. A influência se manifesta, sobretudo, em suas preocupações com a decadência civilizatória, tema recorrente

tanto em Nietzsche quanto no escritor brasileiro. Para ambos, a humanidade parecia estar atravessando um período de declínio. Contudo, enquanto Nietzsche via no cristianismo uma das principais causas dessa degeneração, Lobato não adotou um anticristianismo ferrenho. Ele valorizava aspectos da ética cristã e demonstrava certo respeito pela religiosidade popular, especialmente no contexto do Brasil rural.

Outro ponto em que Lobato relativizou Nietzsche diz respeito à eugenia. O filósofo alemão nunca formulou uma teoria sistemática sobre o tema, mas suas ideias sobre o 'super-homem' e a necessidade de superação das limitações humanas foram apropriados por correntes eugenistas que buscavam justificar políticas de controle populacional. Lobato, por sua vez, flertou com a eugenia e defendeu a valorização da inteligência como fator central para o progresso da sociedade, mas nunca adotou um discurso racial estrito como outros eugenistas de sua época. Ele acreditava que o aprimoramento humano deveria vir da educação e do estímulo ao pensamento crítico, e não por meio de medidas coercitivas de exclusão.

Além disso, Lobato rejeitou um dos pilares fundamentais do pensamento nietzschiano: a noção de que o mundo seria essencialmente trágico e que qualquer tentativa de criar sentido na existência seria uma ilusão. Enquanto Nietzsche desmontava sistematicamente as bases da metafísica ocidental, Lobato mantinha uma crença na possibilidade de transformação social por meio do conhecimento. Seu idealismo se manifestava na defesa do progresso técnico, da industrialização e da disseminação da cultura. O autor acreditava na capacidade do Brasil de se desenvolver e superar seus entraves históricos, enquanto Nietzsche era muito mais pessimista em relação ao destino da humanidade.

A recepção de Nietzsche no Brasil variou conforme os interesses de diferentes grupos intelectuais. Tanto progressistas quanto conservadores se apropriaram de suas ideias, muitas vezes distorcendo-as para servir a diferentes propósitos. Entre os eugenistas, por exemplo, havia uma forte rejeição ao cristianismo e à caridade como elementos que perpetuavam a “fraqueza” humana. Alguns desses homens se apoiaram nas críticas de Nietzsche à moral cristã para

legitimar suas próprias concepções elitistas e excludentes. Lobato, no entanto, não se alinhou completamente a essa corrente. Seu contato direto com o Brasil rural e com a diversidade cultural do país o impediu de abraçar completamente o elitismo intelectual que muitos nietzschianos pregavam.

Monteiro Lobato, como outros homens de sua geração, sentia-se responsável pelos destinos do Brasil e, como membro da elite bacharelesca, via-se no seletivo grupo de intelectuais que moldavam o pensamento nacional. Atuou brevemente como promotor na cidade de Areias, São Paulo, mas trocou essa carreira pela vida de fazendeiro ao herdar a propriedade de seu avô. Essa experiência lhe proporcionou uma visão diferenciada da sociedade brasileira, colocando-o em contato com o interior do país e suas contradições. Diferente do olhar distanciado e puramente teórico de Nietzsche, Lobato se envolveu ativamente em debates sobre o futuro do Brasil, propondo soluções concretas para problemas nacionais, como a industrialização e a reforma educacional.

Assim, podemos dizer que Monteiro Lobato tropicalizou o pensamento de Nietzsche. Ele não o absorveu de maneira integral, mas fez uma seleção estratégica das ideias que lhe pareciam mais úteis para compreender e transformar o Brasil. Manteve o ceticismo em relação a dogmas e tradições, mas sem descartar completamente a importância dos valores cristãos na formação da identidade nacional. Inspirou-se na ideia de superação e progresso, mas rejeitou a visão niilista e o elitismo extremo que poderiam afastá-lo do contexto brasileiro. Com isso, construiu uma filosofia própria, na qual o conhecimento, a ciência e a educação eram as verdadeiras forças propulsoras do futuro do país.

A carnavalização de Lobato

Em seus escritos para adultos, Lobato era pouco chegado a festas. O teor argumentativo do nosso taubateano maior mergulhava em temas práticos, polêmicos, indicativos de pautas severas, críticas, pouco – bem pouco – humoradas. Mesmo no Sítio, não se falava tanto de festas; cá e lá, um casamento, um bailinho, encontros de bichos na mata ou de peixinhos no fundo das águas. É verdade que a devoção à vida livre e as brincadeiras que envolviam assombrações eram evocadas na obra infantil, mas nada de aniversários, nem de Natal. Nada de Carnaval. Pois é, por ironia do destino, um dos enredos mais cativantes de toda a história do carnaval carioca foi sobre ele e sua obra.

Em 1967, no ano do drástico enrijecimento da ditadura cívico-militar, o vibrante Grêmio Recreativo e Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira colocou na rua *O mundo encantado de Monteiro Lobato* e levou o primeiro lugar do concurso, fazendo o Brasil inteiro cantar. Dimensionando o enorme sucesso da série da Rede Globo de Televisão, Lobato, sob as benesses da cultura oficial, foi então homenageado. E diga-se de passagem, o povo afiançou o lance repetindo o estribilho sensacional: “E assim... E assim/ Neste cenário de real valor/ Eis... o mundo encantado/ Que Monteiro Lobato criou”.

Ainda que, depois disso, aqui e ali, fantasias de Emília e de Sacis surgissem nos festejos momísticos, o mundo de Lobato se apagou como motivo carnavalesco e tem sido mais evocado nos programas escolares como tema pedagógico, principalmente de iniciação à leitura. Este ano, porém, em pleno 2011, Lobato voltou carnavalizado. E de maneira exuberante. Tudo em função do polêmico veto a *Caçadas de Pedrinho*. Como lembramos, o CNE (Conselho Nacional de Educação), no ano anterior, vetou a distribuição

desse livro sob alegação de racismo e divulgação de preceitos tidos agora como “politicamente incorretos”. O recorte de uma passagem do livro sustentava a justificativa do preconceito.

A passagem referia-se ao pavor de onças que se apossava de Tia Anastácia, que sequer podia ouvir falar desses bichos. Assim, por exemplo, é descrita uma cena: Tia Anastácia, esquecida de seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida. Revoltando parcela de leitores se manifestou nesse sentido foram apresentados argumentos para impedir o veto defensivo, que felizmente caiu.

Tudo teria morrido por aí, não fosse a picardia de um bloco carnavalesco, daqueles que deixam transparecer o espírito crítico incontido da sagacidade popular. Ninguém menos que Ziraldo ironizou o episódio com uma sátira danada de picante. Ilustrou a camiseta do cordão “Que merda é essa” com a caricatura de Lobato abraçando uma mulata e, entre ele e a moça, uma onça, ladeados por um cravo e uma rosa. Em mensagem amplamente divulgada, a autora do texto detrator de Lobato, “Um defeito de cor”, Ana Maria Gonçalves, escreveu rebatendo Ziraldo e a turma marota do bloco: “Monteiro Lobato sempre se referiu a negros e mulatos, foi com ódio, com desprezo, com a certeza absoluta da própria superioridade, fazendo uso do dom que lhe foi dado e pelo qual é admirado e defendido até hoje”.

A investida dos autores do samba do “Que merda é essa” é bem armada e inscreve o debate na ironia a tudo que é politicamente correto. A letra, assinada por uma pequena coleção de autores – Machado, Paulinho Bandolim, Boca, Fernando, Renan e Deivid Domênico – é sensacional. Vejamos:

“Depois de oito anos no poder/ o bolsa-escola vai servir
para alguma coisa/ Tô precisando completar o meu
primário/ Tirei um livro empoeirado do armário/ Mas a
história mudou... O cravo e a rosa não podem brigar/
‘Nunca na história deste país’ o saci foi proibido de fumar/
Tia Nastácia sai da cozinha! Vem sambar/ Pra ser destaque

em Ipanema/ A Dona Benta acende o fogo em seu lugar/ Se eu disser que o bambi é veado, eu vou pra prisão/ A cara do boi ficou ‘negra’/ Pirlimpimpim virou produto do Alemão/ Tô convencido que estudar não leva a nada/ O meu negócio é tomar uma gelada/ Ô, companheiro, que merda é essa? É carnaval e ninguém vai censurar/ Vou atirar o pau no gato na folia/ E esse ano vou voltar a estudar”.

A lição maior a ser tirada é importante: abaixo a censura, viva a liberdade de expressão e o respeito ao que foi escrito nos padrões de uma época. É lógico que devemos perceber mudanças e usar o passado como degrau para transformações. No entanto, o que não podemos fazer é distorcer o legado de figuras como Monteiro Lobato, ignorando o contexto histórico e cultural de suas obras. É, pois, tempo de ler Lobato pelo que ele foi, com todos os seus erros e acertos, e não pelo que órgãos do poder ou analistas desprovidos de conhecimento querem nos impor. Viva Lobato, carnavalizado e pleno de suas contradições, pois ele continua sendo uma chave essencial para entender os dilemas e as transformações da sociedade brasileira.

Jornal Contato, 17 de julho de 2011

O que fazer com a obra de Lobato ou A ressurreição do peixinho que morreu afogado

Como tantos de minha geração, comecei a ler Lobato na infância. É bom reconhecer gerações de leitores que se sucedem em grupos etários variados, cada qual com razões próprias para reconhecê-lo como um dos cinco autores mais publicados da produção brasileira. Sou, diria, da segunda turma, a que hoje tem entre 65 e 85 anos, sucedendo os coetâneos do autor. Considero o segmento dos meus filhos, entre 45 e 65 anos, a terceira onda, e a dos meus netos, com menos de 30 anos, a quarta geração – não seria errado imaginar os bisnetos, que teriam menos de 15 anos. E preocupo-me, sobretudo, com as novas levas de meninos e meninas. Nessa sequência, situo-me como um daqueles diletos “filhos de Lobato” e fico pensando na responsabilidade que me cabe no legado lobateano. Somo à minha inquietação o fato de ser de Taubaté e, portanto, carregar uma espécie de compromisso inerente com a continuidade da fortuna crítica lobateana.

É verdade que sempre existiu um encantamento nutrindo leitores apaixonados, e é confortante saber que tal sentimento atravessa gerações. Mas dói reconhecer que jamais deixaram de existir rejeições poderosas, tingindo páginas tristes da recepção de Lobato: queima de livros, censura, cortes, acusações. Diria, porém, que, por mais resistente que a obra seja, a polêmica sempre lhe foi sombra. Aliás, acho que, ao lado da originalidade e das provocações que alimentam a permanência lobateana, as oposições servem como contraponto que, paradoxalmente, sustentam a perenidade que caracteriza o rastro luminoso de Lobato. E cada geração encontra

razões para este amor incontido ou ódio cultivado por fascínio, conveniência ou falta de conhecimento histórico.

Sobre a refutação, vale lembrar que Lobato é exemplo exatamente pelo brilho e pela pluralidade de seus conteúdos, que continuam pautando temas culturais brasileiros. Foi assim com a taxação de comunista, foi assim na campanha do petróleo, com os combates de religiosos, e é assim agora para parte do movimento negro.

Pois é, a carreira de leitor de vida inteira ensina lições e implica ativismos – alguns difíceis –, mas que exigem retomadas, e, na formulação de novos argumentos, garantem continuidades sempre saudáveis e oportunas. Não há como escapar: o exercício de compreensão dos valores professados por Lobato em diferentes momentos de sua vida oxigena leituras, tornando-as cada vez mais férteis, criativas e favoráveis ao debate de questões cruciais de nossa sociedade. Pode-se dizer que é possível estudar a modernização cultural do Brasil perfilando os debates em torno de Lobato.

Explico-me retomando a abordagem feita por Osni Lourenço Cruz sobre *A história do peixinho que morreu afogado*, obra seminal, matriz da Literatura Infantil de Lobato. O texto escrito em 1920 ficou inconcluso e, até onde se sabe, perdido em algum canto. Andava eu preocupado com a recepção da obra de Lobato nos dias de hoje quando Osni me confidenciou inquietações diante da releitura da tal “história do peixinho”.

A proposta dessa retomada era complexa e, na aparente simplicidade de sua colocação, exigia discernimento para reflexões que iam além de um caso único – do “peixinho isolado” que, diga-se, pode ser visto como carro-chefe de toda longa sequência de livros para crianças. A retomada da historieta do texto perdido – do peixinho que, pescado, desaprendeu a nadar – provocou um debate complexo e pouco frequentado sobre alternativas presentes em devotos da obra lobateana, em particular no que se refere às crianças.

Em termos de ética, há camadas subterrâneas que convocam questões que afetam toda a obra de Lobato. Caberia, pois, supor essa aventura do Osni como uma espécie de modelo para outras investidas na recepção da obra lobateana hoje? O simples enunciado do problema me arrebatou: abriu-se um desafiante abismo de

possibilidades, e me vi diante da urgência de buscar saídas. Para me organizar, fiz um breve inventário de questões que me valem como pressupostos:

Ler Lobato nas edições originais ou naquelas estabelecidas como definitivas? Vale ler Lobato em qualquer edição, mas as mais recentes, estabelecidas nas *Obras completas*, permitem um ponto de partida sólido porque tidos em sua oficialidade. Contudo, mesmo depuradas e revistas à luz dos originais, tais edições enfrentam críticas dos defensores do “politicamente correto”, que, por vezes, taxam o autor de racista ou preconceituoso.

Atualizar os textos? Essa pergunta se tornou fatal, pois encerra uma atitude cultivada e em voga, ainda que autoritária, antiética e deformadora, pois, além de cruel com um autor ausente para autorizar tais mudanças, desfigura conteúdos e alivia tensões que podem ser úteis ao desenvolvimento do pensamento crítico. Ademais, isso precarizaria a mensagem ao adaptá-la a códigos de outra época.

Anotações paralelas? Explicar razões que fundamentaram o estabelecimento de um texto autoral equivaleria a distorcer a intenção original de Lobato, que respondia a um contexto específico ou ao momento de sua produção e estabelecimento. Supor que sua mensagem não possa ser entendida hoje seria depreciar a capacidade de leitores e subestimá-los enquanto seres pensantes.

Qualquer intervenção agride tanto o autor quanto os leitores, concluí. Seria, afinal, possível alguma alternativa inteligente e capaz de ativar Lobato para os jovens de hoje? Eis que Osni, com o caso do “peixinho”, ampliou o universo de problemas. Com a história em mãos, propõe manter a redação original em paralelo a complementos dialogados, desafiando leitores a explorar dimensões do texto matriz. A favor dessa inventividade, Osni utiliza a história do peixinho para contextualizar personagens e fatos, trazendo Lobato de volta à ordem do dia. Mas desponta um outro desafio: como Lobato não concluiu a história, seria válido terminá-la? A conclusão implicaria riscos, mas poderia ser feita com aviso aos leitores.

De forma esperta, Cruz assumiu o risco e escreveu um final próprio, tratado com rigor e apresentado como alternativa. A sagacidade está em respeitar o texto original até o ponto conhecido e, ao

lado, em paralelo ao original, completar o enredo. Assim, o peixinho que desaprendeu a nadar, além de manter a integralidade do original, ganha nova vida, despertando conversas sobre como ler Lobato hoje.

Essa alternativa de Cruz sugere que outras finalizações possam ser feitas e, em conjunto, deixa transparecer uma intenção que sempre fez pulsar a proposta lobateana: promover a inteligência leitora de crianças. O legado de Lobato, afinal, não é estático; é dinâmico, e sua força reside justamente na capacidade de provocar, instigar e transformar – tal qual o peixinho que, contra todas as expectativas, reaprendeu a nadar.

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras

2. Lobato doméstico



E tudo começou em Taubaté... Página muitas vezes negligenciada pela crítica, a terra natal de Monteiro Lobato costuma ser mencionada apenas para contrastar com sua intensa atividade literária e editorial após a mudança definitiva para a capital paulista, em 1918. Houve, no entanto, um ensaio dessa transição: entre 1900 e 1904, como estudante de Direito no Largo São Francisco, o futuro autor do *Inquérito sobre o Saci* – publicado com sucesso em 1918 – já experimentava o convívio com um círculo de amigos e colegas igualmente imersos na efervescente São Paulo daquele período.

A contraposição entre esse “antes” e “depois” convida a uma reconsideração do papel de Taubaté na trajetória de Lobato. Em vez de tratá-la como mera referência periférica e episódica, impõe-se o entendimento de um período fecundo, cujos efeitos transcenderam sua vida e obra. Afinal, a marca do interior não se dissipou com a mudança para a cidade grande; pelo contrário, tatuada na alma, permaneceu como um traço essencial de sua identidade.

Um fator crucial desse período foi sua relação familiar. Embora amplamente destacado o peso patriarcal do avô, o Visconde do Tremembé, menos lembrada é a figura de sua avó, Dona Anacleta do Amor Divino, amante de seu avô e mãe bastarda de Dona Olympia, mãe de Lobato. Geralmente apresentado como herdeiro de um avô nobilitado, Lobato na verdade era também o único varão de uma linhagem de mulheres. Isso não lhe foi pouca coisa, pois era depositário de esperanças na condução do patrimônio familiar.

Criado no interior, sem maiores compromissos religiosos ou políticos, desfrutou de uma educação livre, que inicialmente o inclinou às artes plásticas. Esse desejo persistiu até o momento em que, já na fase de decisões, cedeu à imposição do avô e ingressou no curso de Direito. Contudo, essa troca não significou uma renúncia à sua liberdade intelectual; ao contrário, permitiu-lhe um desenvolvimento cultural ainda mais amplo.

O Lobato que partiu do interior para a capital levou consigo não apenas lembranças, mas a responsabilidade de dar forma e expressão à cultura que absorvera desde a infância. Sem essa carga do passado interiorano, é difícil compreender o vigor de seu empenho na modernização da cultura brasileira. Foi esse vínculo com sua terra natal que o dotou da sensibilidade necessária para enxergar o Brasil com olhos críticos e, ao mesmo tempo, afetuosos – fazendo dele não apenas um homem das letras, mas um reformador inquieto e visionário

O berço de Lobato

São muitas as controvérsias sobre a origem de Monteiro Lobato, seus primeiros anos, meninice e juventude. Antes mesmo de tentar definir com precisão esses aspectos, vale questionar por que há tanta polêmica em torno desse tema. A resposta pode estar na construção de um herói problemático, cujas origens acabam sendo moldadas conforme interesses distintos. No entanto, é notável a pouca atenção dada aos anos iniciais do menino Juca. Ainda que existam livros que se debruçam sobre detalhes pitorescos ou exceções, observa-se um certo descaso com uma compreensão mais aprofundada de sua infância. Isso resulta em uma tendência de destacar apenas o Lobato adulto, o intelectual polêmico e o escritor consagrado, relegando suas raízes a um plano secundário, evocado apenas quando conveniente.

Esse desinteresse pelos primeiros anos de Lobato contrasta com a existência de documentos que comprovam aspectos de seu nascimento, como sua certidão e registro de batismo. Curiosamente, esses documentos são frequentemente tratados como detalhes dispensáveis, alimentando a ideia de que sua infância não teria exercido grande impacto em sua trajetória. Para combater essa tendência, desde 1991, utilizei a expressão “Lobato Doméstico” para enfatizar o período que vai do nascimento até sua saída definitiva de Taubaté. O termo “doméstico” não se refere apenas ao meio familiar, mas também à sua origem em um ambiente restrito e conservador, contrastante com o mundo urbano e industrial que ele abraçaria posteriormente.

O “Lobato Doméstico” compreende uma fase fundamental para entender sua formação, pois é dela que ocorrem as primeiras quebras e amadurecimentos que influenciaram sua visão de mundo. A transição de uma infância interiorana para um cenário

mais amplo coincide com o momento em que Lobato começa a ser notado publicamente, culminando em sua consagração como intelectual, crítico e polemista. Tudo em coerência com o processo histórico nacional que justificava um pensador sempre em trânsito.

No conjunto das polêmicas que cercam sua infância, a precisão sobre seu nascimento é uma das mais curiosas. Mais do que discutir se nasceu em Taubaté ou Boquira, ou mesmo em outro lugar, a dúvida muitas vezes recai sobre o local exato do parto: teria sido na casa do avô Visconde, na fazenda da família ou na residência da avó materna? Interessante notar como essa questão se intensificou especialmente após sua morte, quando a construção de sua memória se tornou um processo disputado. Em vida, o próprio Lobato jamais demonstrou interesse nesse tema, o que sugere que a polêmica nasceu mais de uma necessidade de afirmação territorial do que de qualquer preocupação factual.

Outro aspecto frequentemente debatido é seu nome original. Teria sido batizado como José Bento, como registrado oficialmente, ou José Renato, como sugerem algumas lendas familiares? A hipótese do nome Renato surgiu da suposta existência de uma bengala com as iniciais “JR”. A dúvida persiste, ainda que os documentos oficiais apontem claramente para José Bento, grafado com “z” na forma “Jozé”. Edgar Cavalheiro, principal biógrafo de Lobato, plantou e nutriu essa discussão ao citar uma referência feita pela avó Anacleto, mas sem base documental efetiva.

Tais polêmicas, aparentemente menores, dizem muito sobre a forma como Lobato foi apropriado por diferentes correntes e interesses. A insistência em determinar com exatidão seu berço e nome reflete um desejo de certas correntes de garantir para Taubaté e para o Vale do Paraíba um monopólio simbólico sobre sua identidade. Essa reivindicação nativista é comum em cidades que buscam projetar sua importância através de figuras ilustres, ignorando que o próprio escritor pouco se importava com essas questões.

Ao longo de sua obra, Lobato mencionou sua origem de maneira superficial. Ele dividia sua trajetória em três estágios: nascimento, escolas e vida adulta, mas sempre enfatizou que o verdadeiro aprendizado se dava na “escola da vida”, minimizando a importância

da infância. Para ele, o que realmente importava era o homem feito, não o menino Juca. Reverso disso, agora, sob novas diretrizes analíticas, interessa retomar as linhas que bordam uma história pessoal que muito se explica pela herança cultural desenhada na infância lobateana.

Com o passar do tempo, no geral, sua fase infantil foi sendo reconstruída conforme conveniência de discursos memorialísticos. A dúvida sobre seu nascimento se manteve viva porque biógrafos seguiram a tradição de conferir um peso simbólico ao local de origem de grandes personalidades. Testemunhos orais, como os de Dona Purezinha e sua filha Martha, foram tomados como evidência, ainda que baseados apenas em relatos de terceiros. Da mesma forma, a discussão sobre o nome Renato reflete disputas familiares que, apesar de irrelevantes do ponto de vista prático, ganharam peso no imaginário popular.

Lobato tratava esses debates com ironia. Em certa ocasião, referiu-se ao seu nascimento dizendo apenas que ocorrera “em casa, na fazenda onde nasci”. Mas em qual casa? Na Fazenda Santa Maria ou em outro lugar? Esse enigma continua a alimentar especulações. No fim das contas, Monteiro Lobato pertence menos ao lugar onde nasceu e mais ao vasto universo que construiu em sua literatura.

Sua identidade transcende qualquer disputa sobre berço ou nome de batismo. O que realmente importa é o que ele fez com sua existência e como sua obra segue viva, dialogando com diferentes gerações. Ao longo da vida, ele se preocupou em ampliar os horizontes de seus leitores, e nada poderia ser mais contraditório do que confiná-lo a uma discussão paroquial. O essencial não é onde nasceu, mas sim o impacto que deixou no mundo. Esse legado, alheio a disputas regionais, continua a se expandir.

Um deslumbrado em Nova York

É bom saber que não sou o único a me emocionar com Nova York. Não. Há deslumbrados mais ilustres. Muitos. Nenhum, contudo, chega perto do nosso José Bento Monteiro Lobato. Aliás, tocar nesse tema permite levantar questões que nem sempre estão presentes na consideração do nosso taubateano escritor.

Creio que Lobato, para os biógrafos, seja um dos personagens mais difíceis de nosso quadro intelectual. Um desafio complexo. Visto sempre como alguém resoluto, firme e coerente, seus admiradores o cultuam de maneira a descartar detalhes que, certamente, evidenciar-iam a complexidade de um brasileiro dividido entre a modernidade pretendida – metaforizada pela busca do petróleo – e a herança conservadora – de um filho de fazendeiros do Vale do Paraíba cafeeiro. De toda forma, uma marca bem exposta de Lobato é seu nacionalismo, quase nunca contestado. Como o mais completo “moderno bandeirante da brasilidade”, seus biógrafos raramente consideram certos textos seus, em particular as cartas, que revelam um homem mais repartido do que se supõe na inocência da laudação cristalizada.

A fim de evidenciar a fecundidade do tema, convém recortar um momento específico da vida do nosso autor: depois de falido em 1925, tendo mudado para o Rio de Janeiro a fim de começar vida nova, ele recebeu a ajuda de amigos para se tornar Adido Comercial do Brasil em Nova York. Entre 1927 e 1931, Lobato residiu em Queens, no bairro de Astoria, exatamente na região onde, hoje, os brasileiros imigrantes se multiplicam, evidenciando um dos mais graves problemas da nossa realidade. De lá, redigiu cartas ao amigo querido Anísio Teixeira, que, aliás, conheceu quando este estudava na Universidade de Columbia. Nessas páginas, Lobato delirava e vertia em palavras sua paixão pela cidade. E haja adjetivos, exclamações e outros recursos para dar vazão ao seu entusiasmo.

Mesmo sendo breve, vale destacar algumas passagens que traduzem esse deslumbramento. É de Lobato, por exemplo, a frase estarrecedora: “Um dia em Nova York vale uma vida no Brasil – pelo menos ensina mais que ela.” E é dele também a descrição quase encantada: “Tenho a impressão de que todas as estrelas do céu se acamaram no solo de Manhattan e arredores. Lá está Brooklyn! Lá está Queens!... Mas é um espetáculo único.” E o que dizer da angústia antecipada de uma possível volta ao Brasil, registrada assim: “Estou gozando de tal modo Nova York que receio que isso seja pressentimento de regresso à pátria no próximo ano. Que pena será. ‘Never more’ Times pela manhã, nem rádio (e estou com um excelente rádio novo), nem a inalação diária destes fluidos eufóricos sobre os quais tanto conversamos aqui.”

Foi o próprio Lobato que, em um de seus arroubos corriqueiros, não vacilou ao anunciar que abriria um restaurante em Nova York. Situando-o no número 60 da Greenwich Street, o suposto estabelecimento funcionaria sob o nome Brazilian Garden Coffee House – fato que sugere, inclusive, um possível plano emigratório da família.

Fato concreto é que Lobato voltou ao Brasil em 1931. Mais tarde, escreveu muitos textos sobre os Estados Unidos, sendo *América* a obra que merece maior destaque. Se esses aspectos fossem considerados com mais atenção, teríamos não apenas um Lobato mais completo, mas também um personagem mais humano, repleto de contradições e fascínios. Afinal, quem não se apaixona por Nova York? Mas, mais do que isso: quem nunca sentiu, ao mesmo tempo, a euforia da descoberta e a melancolia da saudade? Em Lobato, esse dilema não foi só um devaneio, mas uma faceta reveladora de sua complexidade.

Jornal Contato, 15 de maio de 2005

Lobato na fogueira taubateana

A recepção de Lobato em Taubaté sempre foi tema contornado, nunca enfrentado com a devida atenção. E tantos são os fatores indicativos que seria mesmo preciso uma arqueologia competente e mãos laboriosas comandadas por cabeça crítica. E então restaria primeiro juntar material diluído aqui e ali e depois, para uma análise criteriosa, reconhecendo a ligação umbilical do criador da literatura infantil brasileira com suas raízes profundas.

Partamos do princípio garantidor do vínculo inquebrantável de Lobato com amigos radicados na sua cidade natal. Se houvesse que distinguir uma característica única da frondosa lista de qualidades de Lobato, escolheria sem dúvida a devoção aos amigos. Cada leitura de carta, bilhete, recado ou simples notinha que ele mandava para pessoas queridas sugere uma revoada de afetos incontidos. E isso atravessou toda sua vida. Há, contudo, amigos do peito, pessoas com as quais Lobato se abria e deixava-se esparrar em comentários. Os chamados “três jacarés” – Gentil de Camargo, Cesídio Ambroghi e Urbano Pereira – cerravam fronteiras em respeito ao escritor que virara nome nacional. E na acidez de comentários defensivos, em particular para Cesídio, Taubaté era tema candente. E como deixar de perceber o ritmo lento da urbe que caminhava como paquiderme político e a velocidade acelerada do inquieto escritor que pretendia mudar o Brasil?

A elite local mantinha-se muito conservadora, como sempre fora e Taubaté, em particular no momento em que Lobato construía suas utopias, preservava seu compromisso católico ligado à tradição de um cristianismo caduco, temeroso de mudanças. Os dados de um possível conflito estavam dispostos de saída, desde os anos de 1920 quando sua produção literária para crianças começou a se agigantar. Cá e lá pitacos críticos contra a instituição que o taxava de

anticatólico. Em particular na *História do mundo para crianças* Lobato provocava as versões sobre as benesses da colonização portuguesa, atribuindo à religiosidade dogmática a raiz mestra de nosso atraso. Estava lançada a semente que mais tarde, nos anos de 1950, tempo de virulenta campanha anticomunista, exigiria ritualização dos posicionamentos.

Por essa altura, exatamente em 1957, no auge da contenda entre uma esquerda que desde o pós-guerra buscava lugar político e cultural, um padre, Sales Brasil, lançava um livro deflagrador de uma guerra santa. Sob o título *A literatura infantil de Monteiro Lobato ou o comunismo para crianças*, publicado graças a uma casa editorial desconhecida, Editora Progresso, o reverendo, de maneira muito ardilosa, juntou argumentos supostamente orientados para o ensinamento da doutrina então praticada na combatida União Soviética como se fora libelo endereçado para corromper nossos menores. O insistente sentimento anticomunista crônico, com aquele livro ganhou foros de reposicionamentos dramático e os católicos de plantão se puseram a campo.

O debate, graças à capilaridade da Igreja e ao conservadorismo da época, ganhou destaque nacional, colocando mais uma vez Monteiro Lobato no centro das atenções. Sabe-se que em vários colégios católicos o veto foi levado a sério a ponto de proibições de referências a qualquer trabalho do criador do Sítio do Picapau amarelo. Mas o mais pungente manifesto teria ocorrido exatamente em Taubaté, no ninho lobateano.

Num texto hiperbólico, Antônio Carlos de Argôllo Andrade, sob o título *O ato de fé de Taubaté*, publicado por Osni Lourenço Cruz na série *As trilhas de Lobato*, evoca as fogueiras da Inquisição e assim explica o espetáculo levado a efeito no Colégio Diocesano local, sob o comando do Bispo Diocesano, Dom Francisco Borja do Amaral (1898-1989). Em termos de estudos sobre o papel da memória social, esse evento ganha foros de desafio.

Uma espécie de vergonha e silêncio tem pairado em torno desse evento, que merece atenção por revelar muito da relação de Lobato e sua terra natal. Tensão e vergonha, por outro lado, ocultam a possibilidade de discussão de um dos temas mais centrais na

definição de Lobato como personagem perturbador de uma ordem que mexe com sua recepção onde deveria ser reverenciado. Os dois polos desta questão apresentam provocações a serem desvendadas: na ponta local, temos um vanguardista, um ideólogo propositor das mais temidas correntes ideológicas; na ponta oposta emerge um conservador, representante da elite capitalista indicado como demolidor das tradições. Eis aí pois o fermento Lobato que, se expondo, mostra as contradições de um Brasil que não se entende.

Monteiro Lobato e Dona Purezinha

Sempre fiquei desconfiado da expressão “atrás de um grande homem existe uma mulher”. A frase soa como elogio, mas carrega uma armadilha: o foco está no homem, e a mulher permanece secundária, figurante de uma história que não é propriamente sua. Mas e se invertermos a equação? Atrás de uma mulher grandiosa, haveria um homem? E o que dizer dos homens que não são tão grandes assim – haveria também uma mulher ali, sustentando seus passos? Essas perguntas desmontam a premissa da frase, expondo sua miopia histórica e cultural e revelando algo ainda mais inquietante: por que, afinal, a mulher deve estar atrás e não ao lado?

A questão me intrigou ainda mais quando estive no arquivo da Unitaú, em Taubaté, pesquisando documentos sobre Monteiro Lobato. Uma amiga me pediu que procurasse os um dos cadernos perdidos de Dona Purezinha, esposa do escritor. Aceitei a tarefa sem grandes expectativas, pois a lógica rasteira dos biógrafos sempre relegou as figuras femininas ao rodapé da história dos homens ilustres. E, de fato, ao chegar ao local, deparei-me com o previsível: caixas empoeiradas, documentos jogados ao acaso, papéis frágeis tratados com o desdém reservado ao que não se julga essencial. Mas o que é essencial? Aquilo que está documentado ou o que foi historicamente invisibilizado?

Entre pastas desgastadas e folhas dispersas, encontrei um pequeno tesouro: um caderno de anotações de Dona Purezinha. Pouco se fala dessa mulher, mas o que se revela em suas palavras é impressionante. E não era um único caderno: descobri que existiam sete, dispersos e ignorados. Neles, ela copiava cartas inteiras do marido, registrava relações de parentesco, anotava princípios espiritualistas e até mantinha informações contábeis. Não era apenas uma esposa dedicada – era uma arquivista informal, uma guardiã de

memórias e, possivelmente, uma editora não creditada de muitos dos escritos de Lobato.

Entre as cartas copiadas, duas me chamaram particularmente a atenção. A primeira era de um jovem Lobato, escrevendo à família para confessar, com vergonha, sua reprovação nos exames. A outra, de 1941, vinha da prisão, onde ele relatava sua experiência como encarcerado. Esse detalhe não é trivial: sabe-se que Lobato escreveu muitas cartas na prisão, mas a primeira foi enviada à esposa. E isso diz muito. Dona Purezinha não era apenas uma coadjuvante silenciosa. Era o porto seguro, a confidente, a guardiã de palavras e sentimentos que, talvez, nem o próprio escritor se desse conta de estar deixando registrados.

Aqui surge a pergunta inevitável: existiria Monteiro Lobato sem Dona Purezinha? O mito do escritor rebelde, do editor visionário, do agitador político teria se consolidado sem a presença de uma mulher que organizava, preservava e, em certo sentido, filtrava sua memória? É curioso pensar que, enquanto Lobato se dedicava a criar personagens como Dona Benta e Emília, figuras femininas fortes e independentes, na vida real ele tinha ao seu lado uma mulher que a história insiste em tratar como apêndice de sua biografia.

Reduzi-la à expressão “a mulher por trás de um grande homem” é uma injustiça, pois essa fórmula já pressupõe uma subordinação. Purezinha não estava atrás. Ela estava ao lado, como cúmplice, como estrutura, como presença incontornável. Mas a historiografia, com sua visão patriarcal, não permitiu que sua importância fosse plenamente reconhecida.

O que me incomoda, nas análises sobre Monteiro Lobato, é a tendência de despersonalizá-lo, de reduzi-lo a categorias estanques: ora editor, ora polemista, ora escritor infantil, ora empresário do petróleo. Mas e o homem? E suas relações, suas trocas, seus afetos? E Dona Purezinha? Sem ela, talvez não tivéssemos tantas cartas, registros e lembranças sobre o próprio Lobato. Talvez sequer o tivéssemos da forma como o conhecemos.

Por ironia, foi pelas letras que Lobato se tornou imortal. Mas, se olharmos com mais atenção, também foi pelas letras de Dona Purezinha que ele pôde ser registrado, revisitado e, em alguma

medida, compreendido. Está mais do que na hora de revertermos essa equação e reconhecermos que, ao lado de um grande homem, muitas vezes existe uma grande mulher que a história teima em apagar.

Jornal Contato, 26 de julho de 2018

O Vovozinho Lobato

“**M**as professor, se tivesse que indicar um livro cativante, desses essenciais, só um, para me iniciar nas leituras de Monteiro Lobato, qual seria?”

Pensei muito antes de responder. Deveria citar compêndios de Literatura ou crítica literária? Biografias? Memórias de amigos? Textos de História? Alguma antologia? Afinal, são tantas as possibilidades que resolvi meditar antes de oferecer uma resposta segura, pois se tratava de um jovem leitor e eu estava atento ao significado mais profundo daquele pedido. Não bastava apenas indicar uma obra: era preciso encontrar um caminho que fugisse das análises viciadas e das interpretações superficiais que, com o tempo, transformaram-se em estereótipos endurecidos sobre Monteiro Lobato. Sou daqueles que não jogam fora a vida para considerar a obra de autores.

Foram longas as horas para chegar a uma escolha. Eu não queria reforçar os tantos desvios analíticos que orbitam em torno de Lobato, nem recair nos lugares-comuns repetidos sem contestações elogiosas. É lógico que alguns clássicos despontaram logo em minha cabeça: a alentada biografia de Edgard Cavalheiro, os livros de Marisa Lajolo sempre atentos e bem fundamentados, além das páginas de historiadores que souberam enxergar em Lobato não apenas o escritor criativo, mas também o empresário do livro e o bandeirante do petróleo. Qualquer um desses serviria para me salvar da pergunta pertinente, mas de complexa resposta. Ainda assim, senti que precisava oferecer algo diferente, algo que permitisse ao leitor enxergar além das imagens consagradas, além dos mitos cristalizados.

Em meio à montanha de alternativas, optei por um caminho menos usual e cheguei a uma obra que é uma pequena joia de

memória, afeto e delicadeza. Minha escolha implicou um cuidado analítico extra, pois a ligação da narradora com o personagem central é extremamente íntima, cheia de compromissos amorosos e de um olhar familiar que, por vezes, suaviza as arestas da figura pública. Trata-se de *Memórias da neta de Monteiro Lobato* ou simplesmente *Juca e Joyce*.

Com texto derivado de entrevistas e estabelecido por Márcia Camargos, publicado pela paulistana Editora Moderna em 2007, a narrativa é deliciosamente sedutora. E com descrição carinhosa revela aspectos pouco contemplados pela heroicização vulgar que se faz do escritor. Muito mais do que uma biografia formal, trata-se de um retrato caseiro, doméstico mesmo, da vida pessoal do nosso Lobato. Em vários momentos, o livro parece se esparramar em liberdade narrativa e, então, nos deparamos com um personagem que foge das projeções públicas convencionais. Engraçado, cheio de detalhes curiosos, bem humano, o Lobato descrito por sua neta Joyce diverte, entretém, informa e faz-nos questionar sobre o lado íntimo daquele que muitas vezes foi reduzido apenas à figura do polemista, do visionário ou do agitador cultural.

A descrição física do avô, por exemplo, desmonta as idealizações que o representam como um gigante das letras, dando-lhe uma dimensão mais palpável e real. Lobato, na verdade, tinha apenas 1,63 m de altura e calçava sapatos número 38. De comum com as imagens que insistem em mostrar apenas seu rosto – ou ele sozinho e sentado –, restam apenas as grossas sobrelanceiras e o cabelo farto.

Sendo sabido que acordava cedo, a revelação do uso insistente de pijama não chegaria a surpreender, exceto pelo fato de, no inverno, não o tirar nunca – inclusive mantendo-o sob alinhados ternos. Aliás, entre suas manias, algumas merecem destaque exatamente por humanizá-lo e afastá-lo do pedestal dos mártires de causas coletivas. Imaginemos um senhor de terno com agulha e linha espetados na lapela do paletó para, em eventualidades, atender alguém que perdesse um botão. Ou ainda a tesourinha que o acompanhava sempre, junto a uma pinça no bolso, usada para tirar pelos do nariz, mesmo sem espelho. E que dizer do canivete de duas lâminas, com o qual descascava laranjas em círculos sem perder a

ponta? Pequenos hábitos que revelam um homem detalhista e metuculofo.

Mas o que mais me encantou foi descobrir que Lobato fazia rendas com picotagens de papéis. Imagino-o sentado, concentrado, recortando jornais, sacos, restos de embrulhos, criando pequenos arabescos e filigranas. Os resultados deviam ser magníficos, a ponto de emocionarem sua neta, que os descreve com saudade. Ainda que com delicadeza, Joyce toca em um dos tabus da biografia de Lobato: a bastardia da bisavó, que ela menciona sem rodeios – “a mãe do meu avô e os irmãos dela nasceram fora do casamento do Visconde, mas ele reconheceu todos”. O simples registro da situação civil é um avanço em relação às biografias tradicionais, que muitas vezes preferem omitir tais detalhes. Isso também contribui para desmistificar a ideia de que o Sítio do Picapau Amarelo foi um cenário constante na infância de Lobato. Mero mito: ele e as irmãs pouco iam àquele lugar, que hoje se tornou a paisagem oficial das aventuras da turma de Emília.

Lobato adorava cinema, lia com velocidade alucinante e falava inglês com um sotaque horrível. Não gostava de perder em jogos domésticos e, no xadrez, escolhia sempre parceiros mais fracos para garantir vitórias. E, não bastasse, era comilão. Sobre suas paixões por mulheres – sempre tema de especulações –, a neta apenas o reconhece como “fogoso”. Mas, acima de tudo, o livro nos faz enxergar um Lobato mais próximo, mais tangível, menos distante dos mortais.

E que alívio é saber que José Bento Monteiro Lobato não foi o santo cívico que alguns exaltadores insistem em fabricar! Como todo grande personagem, ele era repleto de contradições, idiossincrasias e singularidades que o tornam muito mais fascinante do que qualquer imagem idealizada. Ao final da leitura, resta-nos a certeza de que o verdadeiro Lobato não está apenas nas páginas da história literária, mas também nas pequenas manias, nos afetos e nos detalhes de uma vida que, em sua complexidade, continua a nos encantar.

Lobato, o futebolista de Taubaté

Não deixa de ser bizarro o fato de Lobato, na passagem de sua vida de interiorano para a capital ter sido apologista do futebol, e de repente, sem motivo aparente, ter abolido o tema de suas referências. Como se um entusiasmo juvenil tivesse sido trancado a sete chaves numa gaveta e atirado ao fundo de um baú de recordações o futebol deixou de existir nos escritos lobateanos. Seria essa uma prova de que certas paixões da juventude não resistem ao amadurecimento? Ou que algumas modas, por mais envolventes que pareçam, terminam descartadas como uma bola furada? A mudança de Taubaté para São Paulo não apenas ampliou seus horizontes intelectuais e o colocou em contato com o frenesi da capital, mas também parece ter marcado um divórcio definitivo entre ele e a bola. O que aconteceu nesse percurso?

A questão é ainda mais intrigante quando se recordam suas cartas da época. Em 11 de julho de 1904, por exemplo, Lobato relatava a Rangel sua empolgação com o esporte: “O futebol empolgou-me de alma e corpo; escrevo crônicas de futebol e jogo.” Era um entusiasmo absoluto, que o fazia trocar flertes de janela com namorada nova por chutes e divididas. A febre pelo jogo chegou a um ponto em que ele próprio brincava com sua obsessão, respondendo às críticas do amigo: “Seja como for, asseguro-te que o futebol apaixona e contunde.” Pois é, parecia ser uma paixão legítima, não apenas uma diversão passageira. Mas, em algum momento, esse fervor esfriou. O que causou essa mudança tão drástica?

Talvez o próprio Lobato, ao trocar as ruas de Taubaté pelo burburinho da Pauliceia, tenha passado por um processo de reconfiguração de gostos e interesses. O futebol, que era um elo com a juventude, com a energia descompromissada dos tempos de estudante, foi sendo substituído por uma dedicação obsessiva à vida

estudantil, depois ao trabalho, às letras e às batalhas editoriais e a campanha do petróleo. Em São Paulo, ele não só se tornaria escritor, mas um polemista, um empresário de livros, alguém que lidava com questões muito além das quatro linhas do campo. Para quem passaria a duelar com figuras do mercado editorial e desafiar intelectuais e políticos de peso, talvez um jogo de futebol já não fosse tão eletrizante assim. Ou, quem sabe, ele tenha simplesmente percebido que, no grande campo da vida, as contusões eram mais profundas e os adversários bem mais difíceis de driblar.

Mas há um ponto que não se pode ignorar: o futebol, em seus primeiros tempos, era uma prática de elite, importada e adaptada pela alta sociedade. O jovem Monteiro Lobato, na São Paulo efervescente do início do século XX, via nessa adesão ao esporte uma forma de inserção cultural, um rito de passagem para um mundo de novos códigos e valores. Se em Taubaté ele já tinha contato com o futebol descompromissado, na capital a paixão se intensificou a ponto de torná-lo cronista esportivo – e dos bons. Mas o mesmo Lobato que se empolgava com o jogo do Paulistano contra os ingleses, dizendo que aquela disputa valia “dez vezes mais do que a eleição para um presidente do Estado”, foi também o Lobato que, ao longo dos anos, se distanciou desse universo. O futebol cresceu, massificou-se, tornou-se popular, e talvez nesse processo tenha deixado de ser uma atividade compatível com o Lobato que se consolidava como empresário e polemista.

Esse afastamento é ainda mais curioso quando se nota que, ao estruturar o *Sítio do Picapau Amarelo*, ele não incorporou o futebol ao cotidiano das crianças. Narizinho, Pedrinho e Emília viveram aventuras com piratas, visitaram reinos encantados, enfrentaram personagens históricos, mas nunca organizaram uma partida no terreiro do Sítio. Se o futebol era tão presente na juventude do autor, por que não foi transplantado para sua obra infantil? Seria um esquecimento? Um descaso? Ou a própria percepção de que o jogo, ao se popularizar, deixara de representar aquele espírito aristocrático e “civilizador” que tanto empolgava os intelectuais do começo do século? Elitismo?

Fica a dúvida: teria Lobato abandonado o futebol porque este mudou, ou porque ele próprio mudou? O que de Taubaté

permaneceu em sua trajetória, e o que São Paulo transformou de forma irreversível? O futebol foi um episódio passageiro, uma febre que sumiu com o tempo, ou um sintoma de algo maior – a transição entre dois mundos, dois estilos de vida? Como tantas outras de suas escolhas, essa também revela um Lobato multifacetado, que experimentava com intensidade, mas não hesitava em descartar o que já não lhe servia mais. E, no fim das contas, talvez sua relação com o futebol tenha sido justamente isso: um grande drible no passado, um adeus ao tempo livre da juventude e uma entrada definitiva no jogo sério da vida adulta.

Lobato “neo-caboclo empresário”

Reinacões de *Narizinho* foi o livro que inaugurou minha vida de leitor e, agora, a alegria de saber do relançamento em edição preparada por Maria Lajolo provocou retomadas. Eu era garoto ainda e encantado fiquei com as aventuras de Lúcia, a menina “cor de jambo”, moreninha, como moreninho foi Lobato, neto bastardo da desconhecida Anacleto do Amor Divino, amante do galhardo Visconde do Tremembé. Desde aquele então, nunca me separei de Lobato e, adulto tenho voltado a ele não apenas como leitor constante, mas também arriscando análises curtidas em instruções históricas, vale-paraibanas. Ninguém viveria impunemente o esvaziamento declinante das vastas fazendas de café e as derrocadas das cidades por ele condenadas como “mortas”. Ninguém.

Emoldurando Lobato em um quadro de classe social sem saídas fáceis, parece fundamental entender as razões do jovem rapaz formado antes de se mudar para São Paulo e de publicar o conto “Ideias de Jeca Tatu”, em 1918. Num lance geral, resenhando os muitos livros sobre ele, sinto falta de exames de seu perfil, talhado na cultura vale-paraibana. De modo geral – com raras exceções – tudo é mostrado como se Lobato já nascesse adulto, brasileiro nacionalista, sem ser credor de um caipirismo de garras cravadas em sua história pessoal, familiar e em contexto específico. E explica-se isso, pois a reputação de personagem público cresceu na surdina de seu jeito de se mostrar, sem revelar a sombra alongada de suas origens. Monteiro Lobato soube contornar o legado “neo-caboclo-urbanizado” e deixou-se exibir metido a burguês, mais exibido como neto do Visconde do que da avó apagada. E como adentrar em seus escritos sem tais considerações?

Historiador de ofício, taubateano crônico, sinto-me convidado a repensar os fundamentos da geração do jovem Lobato como

expressão daquela elite do Vale do Paraíba Paulista. Remeto-me, assim a um grupo que, internando frustrações econômicas, se posicionou desajeitado na modernização do mercado nacional capitaneado por São Paulo. Condenar o campo e elogiar o sucesso permitido pelos imigrantes, maldizer a agricultura e exaltar a máquina, desprezar o caipira em favor do operário, o obrigou a, despreparado, se fiar na talagarça do capitalismo ascendente. E Lobato se perdeu no bordado do tempo moderno e modernista. Sob o signo forçoso da busca de espaço social, a trilha possível o obrigou a ajustes nem sempre bem-sucedidos ou, pelo avesso, em diversas ocasiões mal resolvidas. A sequência de algumas derrotas econômicas explica, mais do que as falências nos negócios, certo ardor por delírios que o alucinaram desde sempre: fabricar doces em compotas, ter restaurante em Nova York, publicar livros comestíveis. Desatinos de um caipira que sonhou ser empresário e que, por força de um destino torto e de difícil justificação, acabou por ser nomeado adido comercial do Brasil em missão oficial do governo, nos Estados Unidos.

A formulação da hipótese que sustenta explicações de Lobato pelo legado da cultura vale-paraibana reponta como dupla crítica historiográfica, ambas ácidas. A primeira se ampara na não existência de vigorosos estudos regionais, vale-paraibanos, capazes de exponenciar os desafios vigentes em uma parcela da elite que se fez, no começo do século XX, a florada do mundo do café. Além desse argumento, o segundo perfilamento crítico remete aos estudos que projetam interpretações vistas “de fora”, de segmentos que desconhecem as sementes do ramo geracional dos evadidos das fazendas. Assim, cabe propor a provocação desse legado cultural nas alternativas econômicas e nos textos críticos e literários do “taubateano rebelde”. A fim de valorizar tal argumento, convém retratar o jovem advogado: moço educado em Taubaté, promotor público em Areias-SP, constituindo família no Vale, e depois fazendeiro em Buquira até 1917.

Consequência do insistente apagamento dessas influências pretéritas, o que se tem é um cacoete analítico que orienta a leitura de Lobato como empreendedor intrépido, uma espécie de baluarte da modernidade industrial, entranhado escritor nacionalista, isso e

muito mais, tudo sem avaliar as frustrações que lastrearam seus fracassos sucessivos no mundo dos empresários. Em complemento, seu sucesso literário também não se faz acompanhar de fatores de sua história pessoal, de toques do trato comum aos subalternos do Vale, por exemplo, característica de um mundo frustrado, recém-saído da escravidão. Pelo contrário, aliás, o incessante enquadramento nas teorias do tempo mais perturba do que esclarece. E reduz tudo a simplismos exagerados.

O resultado de montanhas de estudos sobre Lobato sem seu passado caipira tem proposto dilemas que complicam sua apreensão hoje. A retomada do jovem Lobato, por sua vez, demanda exercitar a inevitabilidade do vínculo autor/obra em seu contexto imediato, preso ao andamento da produção dos escritos considerados em sua carga de valores. No galope de apagamentos, o que submerge é a potência das tradições, incorporadas nas expressões de um autor que nunca deixou de ser vale-paraibano. Talvez a incapacidade de Lobato de se livrar do remoto pretérito explique as experiências que tentou ao longo de suas andanças recheadas de vulnerabilidades: monarquista, comunista, georgista, taylorista... Eugenista num tempo, espiritualista em outro, Lobato provou de tudo, tudo, sem jamais deixar de ser um caipira no mundo que se movimentava além de seu eixo de controle. Só é possível entender Lobato se o considerarmos um ser em processo de “descaipirização”.

Jornal Contato, 7 de março de 2021

O sonhador e os negócios

Monteiro Lobato é frequentemente lembrado como um dos grandes sonhadores da literatura brasileira, especialmente por sua contribuição à literatura infantil e por obras que encantam gerações até hoje. No entanto, reduzir sua figura apenas ao campo literário é ignorar uma faceta fundamental de sua personalidade: Lobato, o homem de negócios. Sua trajetória empreendedora, marcada por altos e baixos, revela um visionário que ousou desafiar as convenções de seu tempo, tanto no mundo editorial quanto na luta pela exploração do petróleo nacional.

Neto do Visconde do Tremembé, Lobato nasceu em um contexto privilegiado. Herdeiro de uma das maiores fortunas do Vale do Paraíba Paulista, teve uma infância marcada pelo prestígio familiar e pela educação refinada. No entanto, sua trajetória pode ser dividida em dois grandes momentos: antes e depois da herança do avô e da venda da fazenda Buquira, que lhe coube como parte do patrimônio. Até 1918, Lobato experimentou a vida de fazendeiro, mas, frustrado com os desafios da agricultura e com uma visão mais voltada para a modernidade, decidiu vender suas terras e mudar-se para São Paulo. Essa decisão representou um ponto de virada em sua vida, lançando-o de forma abrupta no mundo dos negócios.

Foi na capital paulista que Lobato iniciou sua carreira como empreendedor, ingressando no mercado editorial. Sua primeira grande investida foi a compra da *Revista do Brasil*, uma publicação de prestígio intelectual voltada para a circulação de ideias inovadoras e para a divulgação de escritores e ensaístas nacionais. Contudo, sua ambição não parou por aí. Logo em seguida, fundou sua própria editora, Monteiro Lobato & Cia., uma iniciativa audaciosa para a época, que visava modernizar o mercado editorial brasileiro.

Com criatividade e visão inovadora, Lobato revolucionou o setor. Investiu em maquinário de ponta, desenvolveu um sistema de distribuição eficiente e apostou na valorização de autores nacionais. Sua editora rapidamente se destacou, publicando obras de escritores renomados e introduzindo novidades editoriais que ampliaram o acesso do público brasileiro à literatura de qualidade. Além disso, teve um papel fundamental na reformulação do livro infantil no Brasil, com uma abordagem didática e criativa que influenciaria gerações.

No entanto, o sucesso inicial de Lobato foi abalado por uma série de desafios. Em 1924, sua editora foi impactada pela crise econômica e pela instabilidade política decorrente da Revolta Paulista daquele ano. A concorrência desleal das editoras estrangeiras, dificuldades de gestão e a recessão econômica agravaram a situação, culminando na falência da empresa em 1925. Foi um golpe duro, que o fez perder grande parte de seu patrimônio. No entanto, sua resiliência e determinação não o deixaram sucumbir ao fracasso.

Em 1926, Lobato mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde recomeçou sua vida profissional. Pouco depois, em 1927, aceitou o cargo de adido comercial do Brasil em Nova York. Durante sua estadia nos Estados Unidos, ficou fascinado pelo desenvolvimento industrial norte-americano e absorveu conceitos que moldariam sua visão para o Brasil. Ele percebeu que o progresso do país dependia do fortalecimento da indústria nacional e da exploração de seus próprios recursos naturais. Foi dessa experiência que nasceu sua convicção sobre a importância do petróleo para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Ao retornar ao Brasil, Lobato decidiu se dedicar a uma nova empreitada: a exploração do petróleo. Em 1931, fundou a Companhia Petróleos do Brasil (CPB), uma iniciativa pioneira para prospectar e explorar petróleo no território nacional. No entanto, sua jornada foi marcada por obstáculos significativos. O governo brasileiro, sob forte influência de interesses estrangeiros, impôs barreiras burocráticas e técnicas para inviabilizar os projetos da CPB. Além disso, muitos geólogos e políticos da época negavam a existência de petróleo no Brasil, o que gerou resistência à sua causa. A empresa

acabou sendo fechada em 1932, e Lobato, mais uma vez, enfrentou dificuldades financeiras.

Mesmo após o fracasso da CPB, Lobato não desistiu. Continuou investindo em iniciativas relacionadas ao petróleo, como a Companhia Mato-grossense de Petróleo, e intensificou sua campanha de conscientização pública sobre o tema. Publicou livros como *O escândalo do petróleo* (1936), nos quais denunciava os interesses ocultos que impediam a exploração nacional desse recurso estratégico. Seu ativismo resultou em perseguições políticas e censura, e, ao final da década de 1930 e início dos anos 1940, mais uma vez viu-se à beira da falência. Sem os mesmos recursos que possuía anteriormente, precisou vender propriedades e bens pessoais para manter sua luta.

Apesar das adversidades, Lobato nunca abandonou suas convicções. Sua insistência na exploração do petróleo nacional e sua visão de um Brasil industrializado foram fundamentais para a criação da Petrobras em 1953, um marco na história econômica do país. Seu nome, embora frequentemente associado apenas à literatura infantil, também está inscrito na trajetória de desenvolvimento do Brasil.

Monteiro Lobato foi, acima de tudo, um sonhador que transformou seus ideais em ação. Sua trajetória empreendedora, marcada por duas grandes falências, revela um homem disposto a arriscar tudo em nome de suas crenças. Se hoje o Brasil possui uma indústria petrolífera robusta e uma literatura infantil rica e imaginativa, é em grande parte graças à coragem e à visão de um homem que ousou sonhar com um país melhor. Lobato, o empresário, merece tanto reconhecimento quanto Lobato, o escritor. Sua história nos ensina que, mesmo diante das maiores adversidades, é possível deixar um legado que transforma vidas e inspira gerações.

Monteiro Lobato e o petróleo nacional: um legado de luta e visão

Monteiro Lobato foi, acima de tudo, um homem de múltiplas facetas e inquietações. Ao longo de sua vida, sempre ansioso, assumiu diversos papéis — promotor, fazendeiro, escritor, editor, empresário, diplomata e ativista —, sempre movido por um profundo desejo de transformação. Entre suas muitas causas, destacou-se sua incansável luta pela exploração do petróleo nacional, uma batalha que o colocou em rota de colisão com poderosos interesses políticos e econômicos, levando-o a enfrentar perseguições, dificuldades financeiras e até a prisão.

Durante sua estadia nos Estados Unidos, impressionou-se com o vigor da industrialização norte-americana e com a mentalidade empreendedora de figuras como Henry Ford, o pioneiro da indústria automobilística. Ford defendia a exploração racional dos recursos naturais e a autonomia produtiva dos países, ideias que ecoaram profundamente em Lobato. Embora nunca tenham se encontrado pessoalmente, a visão de Ford sobre a importância estratégica dos recursos naturais para o desenvolvimento nacional influenciou decisivamente o pensamento de Lobato. Ele passou a enxergar o petróleo não apenas como uma *commodity*, mas como um elemento vital para a soberania e o progresso do Brasil.

Ao retornar ao país, Lobato iniciou uma campanha fervorosa para conscientizar a sociedade brasileira sobre a necessidade de investir na exploração mineral, principalmente do ferro e do petróleo. Ele percebia que o problema não era apenas geológico, mas também político e econômico. Em seus artigos e palestras, denunciava a influência de interesses estrangeiros e a falta de visão das elites brasileiras, que, em sua opinião, impediam o desenvolvimento

de uma indústria petrolífera nacional. Determinado a mudar essa realidade, Lobato investiu recursos próprios em estudos geológicos e na divulgação da causa, tornando-se um dos primeiros grandes defensores da exploração do petróleo no Brasil.

Em 1931, fundou a Companhia Petróleos do Brasil (CPB), uma iniciativa pioneira que visava prospectar e explorar petróleo em território nacional. No entanto, sua empreitada enfrentou resistências imediatas. O governo brasileiro, pressionado por empresas estrangeiras que já atuavam no setor, criou uma série de obstáculos burocráticos e técnicos para inviabilizar os projetos da CPB. A companhia foi fechada em 1932, mas Lobato não se deu por vencido. Ele se envolveu em outras iniciativas, como a Companhia Mato-Grossense de Petróleo, e intensificou sua campanha pública, denunciando o que chamava de "política do travamento": uma suposta conspiração de políticos e técnicos que, influenciados por interesses externos, sabotavam a exploração nacional do petróleo.

Em 1936, Lobato publicou *O escândalo do petróleo*, um livro contundente que expunha suas críticas ao governo e às elites brasileiras. A obra, baseada em relatos de geólogos e especialistas, afirmava que o Brasil possuía reservas significativas de petróleo, contrariando a narrativa oficial de que o país era pobre nesse recurso. O livro causou grande polêmica e inflamou o debate público, mas também rendeu a Lobato a antipatia do governo de Getúlio Vargas. Em 1941, ele foi preso sob a acusação de desrespeito ao presidente e de insinuar corrupção no governo. A prisão gerou comoção nacional e mobilizou intelectuais e políticos em sua defesa, levando à sua libertação alguns meses depois. No entanto, o episódio marcou o início de um período de perseguições e censura, que atingiu até mesmo suas obras infantis.

Apesar das adversidades, Lobato manteve-se firme em sua missão. Em 1937, publicou *O poço do Visconde*, um livro infantil que abordava a questão do petróleo de forma lúdica e educativa. Na história, o Visconde de Sabugosa, com a ajuda de Pedrinho, Narizinho e Emília, conduz estudos para encontrar petróleo nas terras de Dona Benta. A narrativa não apenas ensinava conceitos científicos, mas

também refletia a luta política de Lobato, que buscava incutir nas novas gerações a importância da exploração nacional do petróleo.

A batalha de Lobato pelo petróleo foi marcada por inúmeras dificuldades financeiras. Ele investiu grande parte de seu patrimônio pessoal em suas iniciativas, o que, somado às perseguições políticas, levou-o à falência. No entanto, sua luta não foi em vão. A campanha *O Petróleo é Nosso*, que ganhou força nos anos 1940 e 1950, foi profundamente influenciada por seus esforços pioneiros. Em 1953, o movimento culminou na criação da Petrobrás, uma empresa estatal que se tornou um símbolo da soberania nacional e um pilar do desenvolvimento econômico do Brasil.

As descobertas de jazidas na Bacia de Campos e, mais recentemente, do pré-sal, confirmaram o potencial que Lobato tanto defendia. Seu legado vai além da literatura; ele foi um visionário que anteviu a importância estratégica do petróleo para a independência econômica do Brasil. Sua luta, embora marcada por derrotas pessoais e financeiras, plantou as sementes de uma consciência nacionalista que transformou o país.

Monteiro Lobato foi, sem dúvida, um homem digno de seu tempo. Sua obstinação em defender a exploração do petróleo nacional, mesmo diante de perseguições e adversidades, revela seu profundo compromisso com o progresso e a soberania do Brasil. Seu legado permanece vivo, não apenas nas páginas de seus livros, mas também no coração de um país que aprendeu, graças a ele, a valorizar seus recursos e a lutar por sua independência.

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras

3. Nas malhas do eugenismo



É urgente retomar a análise da relação de Monteiro Lobato com o movimento eugenista, livrando o debate de simplismos – tanto os que tentam defendê-lo incondicionalmente quanto os que o condenam sem nuances. A ausência de uma discussão aprofundada sobre as questões raciais ao longo dos anos recentemente tem favorecido releituras que, muitas vezes, resultam em polarizações e análises descontextualizadas. O silêncio que se impôs sobre o tema após a Segunda Guerra Mundial gerou um vácuo crítico, permitindo que interpretações, especialmente no âmbito do movimento negro, levassem a julgamentos frequentemente desprovidos de uma contextualização mais ampla.

Não se trata de negar ou minimizar a adesão de Lobato ao eugenismo – ele próprio se reconhecia como um eugenista. No entanto, é essencial compreender que sua perspectiva se alinhava ao chamado “eugenismo positivo”, distanciando-se dos radicalismos mais agressivos da época. Em vez de pregar a exclusão ou o extermínio, Lobato via na eugenia um projeto de aperfeiçoamento social por meio da educação, do saneamento e da cultura. Essa visão reformista explica seu entusiasmo por campanhas de saúde pública, sua defesa da ciência e, sobretudo, seu empenho na difusão do conhecimento por meio dos livros e da escolarização.

A busca de melhores argumentos implica em assumir que Lobato foi um defensor do reformismo, o que, aliás, ilustra sua adesão às campanhas de saneamento e permite entender seu empenho na educação por meio de livros, escolas, cultura e ciência. O tema da “cordialidade” – ou “Racimo Cordial”, expressão que uso para abonar Lobato –, se explica nessa chave, pois revela a ambiguidade das relações raciais e sociais no Brasil, um país onde a ideia de miscigenação convivia com projetos de “melhoria racial” entre as elites intelectuais da época. Lobato, com sua sensibilidade para as contradições nacionais, navegava por essas dúvidas. Por um lado, defendia a modernização e a valorização da identidade nacional; por outro, absorvia concepções eugenistas que estavam em voga entre intelectuais

de sua geração. Diga-se, contudo, que o eugenismo não era monolítico, abrigava divergências e disputas que nuançavam posições.

Reconhecer esses aspectos não significa absolver ou condenar Lobato sumariamente, mas compreendê-lo em sua complexidade – com seus valores e suas contradições. Somente assim é possível avaliar seu aporte sem distorções, enfrentando os dilemas de seu pensamento e suas influências. Afinal, a história não se constrói no campo das simplificações, mas na análise crítica e contextualizada de seus protagonistas.

Lobato e a visão histórica do racismo brasileiro

O debate sobre o racismo na obra de Monteiro Lobato é desafiador, urgente e necessário. Não basta apenas acusar ou absolver o criador do Sítio do Picapau Amarelo – aliás, o tempo do “sim” ou “não” já se desgastou; é fundamental situá-lo no processo histórico que conformou o racismo no Brasil. Esse debate permite tanto refletir sobre a persistência da discriminação racial no país quanto compreender as transformações legais e culturais que levaram à criminalização do racismo, culminando na Lei nº 7.716/1989, que supriu a ausência de um amparo jurídico robusto.

Tão antigo como o próprio país, foi mais recentemente que tudo ganhou contornos capazes de juízos históricos. E não seria errado reconhecer que foi o veto a *Caçadas de Pedrinho* que reacendeu essa discussão, colocando Lobato no centro da polêmica. Em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomendou que a obra fosse acompanhada de notas explicativas sobre o seu conteúdo racista, o que gerou intenso debate. O parecer justificava-se pelo tratamento dispensado a personagens negros, especialmente Tia Nastácia, que é alvo de expressões depreciativas e de situações que reforçam estereótipos raciais. A decisão propunha uma mediação crítica para que os leitores pudessem compreender a obra dentro do contexto histórico e das mudanças na sensibilidade social sobre o racismo. No entanto, concentrar-se apenas em umas poucas obras, ou mesmo em um só autor, pode levar a uma visão reducionista do problema, como se o racismo brasileiro pudesse ser resumido a um personagem e que sua obra se distinguisse de tantas outras coetâneas ou não. É imprescindível um olhar mais amplo, de longa duração, que compreenda as bases históricas do preconceito racial no Brasil.

A Abolição da Escravatura e suas consequências na transição do século XIX para o XX não eliminou o racismo, apenas o transformou. Com a difusão da ideia de República, a questão racial foi recondicionada por intelectuais como Gilberto Freyre e em sua esteira alongou-se o rastro do mito de que o Brasil era um país sem conflitos raciais graves, incruento e harmonioso. Essa visão contornava a segregação real, que se expressava em formas sutis, no que mais tarde ficou conhecido como “racismo recreativo” – conceito desenvolvido pelo jurista Adilson Moreira e também difundido como “racismo risonho”. Essas noções descrevem como estereótipos e piadas perpetuam a marginalização da cultura negra sob o disfarce da suposta tolerância brasileira que no fundo é engraçada e se ampara em uma suposta “morenidade tropical”.

O racismo recreativo, afinal, opera dentro da lógica de que o preconceito pode ser atenuado ou mesmo legitimado quando inserido em um contexto humorístico ou lúdico, naturalizando a desumanização e impedindo a percepção crítica do racismo estrutural. A relação entre esse conceito e a abordagem da obra de Lobato – em particular nos textos para crianças – pode ser problematizada, uma vez que o tratamento das personagens negras, muitas vezes de forma caricatural, se insere nessa tradição de coisificação, de humor e de infantilização do negro.

Muito tem sido dito que toda a obra de Lobato tem que ser vista no seu tempo de produção, e que fora dessa demanda tudo fica anacrônico, passível de “presentificações” fora de propósito. Superando esse enquadramento tacanho, a obra de Monteiro Lobato merece ser analisada à luz dos “ensaios fundadores” do Brasil, textos da nascente dos anos de 1930, escritos por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Esses autores, coetâneos de Lobato, interpretaram aspectos centrais da formação histórica e cultural e econômica do país, como o patriarcalismo, a miscigenação e a estrutura agrária.

Cada um a seu modo, essas obras dialogaram com toda produção daquele tempo. A contribuição de Sérgio Buarque de Holanda torna-se particularmente relevante para entender Lobato, que também ostentava um projeto de Brasil. Em *Raízes do Brasil*,

Holanda cunhou a expressão “homem cordial” para descrever a tendência brasileira de privilegiar relações interpessoais em detrimento das instituições. Essa cordialidade, porém, não implica bondade ou benesse, pois sutilmente tinha a intenção de encobrir formas agudas de autoritarismo e exclusão.

Monteiro Lobato exemplifica essa ambivalência. Sua posição frente à questão racial foi marcada por um discurso movediço que ia da condenação inicial ao Jeca (1914) à sua redenção (1918), transparecendo um nível evolutivo e conciliador pois, ao mesmo tempo que exaltava personagens negros como Tia Nastácia, reproduzia estereótipos raciais nitidamente apoiados em supostos da eugenia. Em suas cartas e livros, ele expressava uma visão do progresso vinculada à ciência, à educação e à modernização da população, buscando conciliar esse ideal com sua percepção do Brasil rural e de sua gente do campo ou dos cantos rurais. Essa posição reflete uma faceta do “homem cordial” – a ilusão de que se pode transformar a sociedade sem romper suas estruturas hierárquicas profundamente enraizadas e assim promover o progresso.

Diferentemente de alguns de seus contemporâneos, ele acreditava na educação e na disseminação do conhecimento como formas de transformação social, o que o afastava das propostas eugênicas mais radicais, algumas atentas até ao extermínio. Com a certeza do potencial de superação dos dramas dos caipiras, por exemplo, depois de acusá-los como causa dos males, propunha a tal melhoria racial pelas campanhas de higienização. E Lobato mergulha no apoio à política atenta à Saúde Pública.

Assim, sua obra e suas ideias refletem as contradições da sociedade brasileira. Analisá-las a partir da perspectiva dos “ensaios fundadores” – em particular da identificação dele com o “homem cordial” – permite compreender não apenas o tipo de racismo presente em seus textos, mas também como essa atitude se insere em uma tradição maior de formação identitária nacional. Mais do que julgá-lo isoladamente, é preciso entender como suas ideias dialogam com processos históricos amplos que ainda moldam a discussão sobre preconceito e igualdade racial no Brasil.

Identificar Lobato como “racista cordial” foge do enquadramento cabível na proposta do “racismo recreativo”, pois não se pretende negar o teor racista de Lobato, mas, sim, situá-lo em um quadro senhorial e patriarcal, próximo à ideia do “homem cordial” buarqueano. Essa abordagem permite compreender como ele, neto de um visconde, transitava entre um conservadorismo latente e uma tentativa modernizadora de adequação a novos discursos sobre identidade nacional. Essa postura também explica a maneira vacilante com que ele assumiu o eugenismo, caminhando de uma aceitação mais dogmática para uma abordagem menos radical, na qual via o saneamento, a educação escolar, o amparo à ciência e a leitura como mecanismos de melhoria social para o povo brasileiro. É da trança dessas posturas que resulta o termo “racismo cordial” e de Lobato como sua expressão.

O “racismo cordial”, o “racismo recreativo” e o “racismo risonho”

O eugenismo tem sido tratado como um tema menor na historiografia brasileira. Essa corrente teve forte impacto no pensamento político e cultural nacional, especialmente após os anos de 1920. Sua influência foi progressiva até ser incorporada na Constituição de 1934 como uma postura desejável. O Artigo 138, que trata da “família, da educação e da cultura”, afirma no inciso III que “Incumbe ao Estado estimular a educação eugênica”. Isso indica que o pensamento eugenista defendia medidas para a “melhoria” da população, muitas vezes com teor discriminatório. Vale lembrar que essa Constituição foi a primeira a incluir direitos sociais e trabalhistas, mas também refletia as contradições do período, influenciado por ideias eugenistas defendidas por alguns setores intelectuais e médicos da época, incluindo Monteiro Lobato.

Foi a partir dos estudos de Oracy Nogueira que o debate acadêmico sobre racismo se tornou mais estruturado. Nogueira analisou como as leituras científicas influenciaram a percepção social e racial brasileira, comparando-a com a norte-americana e incorporando questões relacionadas à eugenia na forma assumida no Brasil. Ele diferenciou a eugenia negativa – radical e voltada para a eliminação dos “degenerados” – da eugenia positiva – focada na melhoria da “raça” por meio de hábitos saudáveis e práticas higiênicas. Lobato se situaria no segundo grupo, alinhado à visão higienista da eugenia positiva.

Enquadrar o criador do Jeca Tatu como eugenista, portanto, não esgota o tema, mas propõe um desafio que parte de outra questão: que tipo de racista foi Lobato? Um racista que apontava o convívio de tipos variados – como no Sítio do Picapau Amarelo – e que

lutou pelas campanhas sanitaristas? Afora oportunismos que recorram referências elogiosas à Ku Klux Klan ou à temporaneidade equivocada do lançamento nos Estados Unidos de seu polêmico *O Presidente Negro*, poucos reparam nas mudanças drásticas na obra do autor, como a transição do Jeca de 1914 para o Jeca Tatuzinho de 1918.

Até os anos 1950, o racismo no Brasil – enquanto um problema jurídico – era pouco considerado sob uma conceituação identitária mais rigorosa. Tudo começou a mudar em termos acadêmicos quando Oracy Nogueira, por exemplo, propôs a distinção entre “preconceito de marca” e “preconceito de origem”. O primeiro baseia-se em características visíveis e mutáveis, como a cor da pele, podendo ser atenuado conforme o contexto social. Já o segundo fundamenta-se na ascendência da pessoa, tornando a discriminação mais inflexível e permanente.

A definição de racismo como uma ideologia que acredita na superioridade de certas raças ou etnias sobre outras levou à criminalização de diversas formas de preconceito explícito. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, por exemplo, indicam que os casos de racismo aumentaram de 1.429 em 2018 para 6.003 em 2021, representando um crescimento de 31%. Esse aumento é preocupante, especialmente considerando que manifestações cruéis do racismo, como a violência policial, continuam a afetar desproporcionalmente a população negra no país.

Entretanto, além dessas formas mais evidentes, o racismo também se manifesta de maneira sutil, permeando a cultura e o cotidiano. Os conceitos de “racismo recreativo” e “racismo risonho”, explorados por Adilson Moreira, revelam como a discriminação racial costuma se disfarçar de entretenimento e se imiscuir nas celebrações cotidianas sob a aparência de normalidade. Piadas, músicas, brincadeiras e publicidade frequentemente reforçam estereótipos raciais sob a justificativa de “homenagem”. A emergência da indústria cultural, em especial a fonográfica e a carnavalesca, desempenha um papel central nessa perpetuação. Um exemplo clássico são as marchinhas carnavalescas, que frequentemente carregam conteúdos discriminatórios e perpetuam estigmas sob o disfarce de saudações festivas.

No contexto atual de retomada do debate racial, cunhei a ideia do “racismo cordial”, termo que não denota benevolência ou grandiosidade patriarcal, mas sim uma articulação com interpretações do tempo, em particular com pensadores como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Ambos defendiam que a mestiçagem era um fator-chave para a compreensão da identidade brasileira. Essa perspectiva diferencia-se do “racismo risonho” ou da simplificação de um “racismo à brasileira”, termos que mascaram preconceitos sob uma aparência de leveza e humor. A cordialidade aludida a um tipo de eugenismo tem a ver com a articulação decorrente do conceito de “homem cordial” buarqueano, que, por sua vez, merece também críticas, mas que se entrelaça ao posicionamento lobateano.

Isso não significa aliviar Lobato dos encargos racistas que assumiu. O que se pretende é reconhecer suas implicações e entendê-las dentro do contexto de seus compromissos com noções de progresso em uma época em que o tema identitário tinha feição política. O “racismo cordial” de Lobato está longe de ser o “racismo risonho” ou a leveza caricata muitas vezes imputada ao Brasil; trata-se de uma visão que, sem dúvida, carregava preconceitos enraizados, mas que também estava vinculada à eugenia e a um projeto de construção nacional.

Negrinha, Lobato e nosso racismo estrutural

Sou daqueles que acham que José Bento Monteiro Lobato não precisa de defesa alguma. Também me perfilo entre os muitos leitores que flanam na magia de sua produção criativa, polêmica, atravessadora de tempos, proponentes de temas de debates apaixonados. Então me engalo de ser daquela geração que José Roberto Withaker chamou de “*Filhos de Lobato*” e sigo leitura que dá alma a entendimentos cabíveis no corpo de seu tempo. Busco mais compreender do que explicar, diga-se, e assim me solto no embalo que vai além de citações escolhidas fora do ambiente germinal, perversas por mal-intencionadas, ignorantes e historicamente desinformadas. Investindo-me do direito de ler em perspectiva, optei por trocar argumentos apedrejadores pelo outro lado de uma moeda que negocia interpretações encolhidas na capacidade de ver além de argumentos isolados, caracterizados em frases mal recortadas, rearranjadas segundo critérios extemporâneos e dirigidos. E não precisei de muito exercício, pois no lampejo da memória logo me veio o conto *Negrinha*. Atenção: não se pretende com um novo “detalhe” saudar qualquer exceção, mas, pelo reverso, por ele, supor a complexidade do todo. Interessa, diria, contemplar a floresta e não a explicar pela singularidade de única árvore.

Para aclaramento desta conversa, devo dizer que *Negrinha* é, de Lobato, meu escrito favorito no quesito “conto”. E que história foi dada à menina pobre e órfã que desde os quatro anos fora “criada” como encosto em casa de família “proba”! O ambiente, aliás, se trama desde a apresentação da personagem: “Preta? Não. Fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados”. O retrato biográfico dessa qualificação diz que *Negrinha*, como era chamada,

sem ter nome específico ou referenciado, “nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos de vida, vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre farrapos de esteira e panos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças”. A senhora “dona”, por sua vez, fora assim comparecida “excelente senhora, a patroa. Gorda, rica, dona do mundo, amimada pelos padres, com lugar certo na igreja e camarote de luxo no céu”. Não bastasse a sutileza – talvez até explícita demais – Lobato completava o perfil senhoril para lá de patético: “entaladas as banhas no trono uma cadeira de balanço na sala de jantar, – ali bordava, recebendo as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. Uma virtuosa senhora, em suma”. Sem economizar deboches o enredo matizava a crueldade de uma matrona branca, inclemente, culturalmente estabelecida em pressupostos escravocratas da qual “o 13 de maio tirou-lhe das mãos o azor-rague, mas não lhe tirou da alma a gana. Conservava, pois, Negrinha em casa como remédio para os frenesis”. Vivificava-se o que na cultura popular ficou conhecido como “saco de pancadas”, ou seja, alguém negro destinado a apanhar ou levar bordoadas capazes de promover a catarse dos senhores.

Poucas passagens da literatura brasileira – pouquíssimas – alçaram tanto vigor no relato dos maltratos dados aos negros, escravos ou libertos e aos seus descendentes. Talvez o limite máximo desse tipo de constatação resida internado neste conto, *Negrinha*, que afinal detalha o monstruoso castigo perpetrado pela senhora Inácia depois da menina deferir a palavra “peste”. Tomando um ovo, o requinte da atrocidade foi passado da seguinte forma “D. Inácia mesma pô-lo na chaleira de água a ferver e, de mãos à cinta, gozando-se na prelibação da tortura, ficou de pé uns minutos, à espera. Seus olhos contentes envolviam a mísera criança que, encolhidinha a um canto, trêmula, olhar esgazeado, aguardava alguma coisa de nunca visto. Quando o ovo chegou a ponto, a boa senhora exclamou: – Venha cá!! Negrinha aproximou-se. – Abra a boca!!”. E como sofreu a menininha que, creiam, era criada como favor aos olhos caritativos, culturalmente dominantes.

A sequência desta contação revela outra aventura da *menina Negrinha* que morreu, por fim, aos sete anos, depois de ser acatada

pelas duas sobrinhas, em mês de férias na casa da titia encantada com a prole branca, que saudava, em contraste perfeito, a vivaz euforia das “pequenotas, lindas meninas louras, ricas, nascidas e criadas em ninho de plumas”. E foram essas mesmas “pequenotas” que permitiram a episódica aceitação de Negrinha no triângulo branco. Foram as crianças e, sem entender de preconceitos, admitiram que a estranha e deslocada personagem, Negrinha, também tocasse em uma boneca que, aliás, era reprodução feita à imagem e semelhança das sobrinhas visitantes: alvinhas e de cabelos alourados e que, além de angelical, deitada pronunciava “papa”. Fora essa, diga-se, a visão do Paraíso para a rejeitada Negrinha, afinal com 15 quilos. Magrinha sim, mas sonhando com anjos brancos e de olhos claros, como os da boneca, ou das meninas visitantes.

O que Lobato quis transmitir? Preconceito gratuito? Denúncia? Seria simples “causo”? Ou caberia melhor inteligência e sugerir que menos vale um exemplo recortado de um contexto amplo do que a miséria de um “defensismo” sem paisagem analítica? Vale, para encerrar, contextualizar este conto no ambiente eugenista daquele então. Na altura do amadurecimento da crítica cultural brasileira, não resta dúvida da ampla aceitação do mito da superioridade racial branca. É exatamente nesta ordem que se pretende discutir o significado de *Negrinha* no universo nacional que estruturou o racismo.

Jornal Contato, 20 de setembro de 2020

O outro lado de *O Presidente Negro*

Sempre me fascinou o outro lado da lua, aquele espaço oculto, invisível da Terra, onde sombras se impõem sobre a curiosidade. O contraste com a face visível, viva e reluzente, evidencia uma dinâmica de silenciamento e mistério. Essa metáfora se aplica de forma precisa a *O Presidente Negro*, de Monteiro Lobato. Publicado em 1926, o livro representa um lado menos conhecido, mas profundamente revelador do autor: sua faceta eugenista, alinhada a ideias raciais que marcaram sua época, mas que continuam a gerar desconforto e reflexões nos dias de hoje.

Apesar de ter sido escrito em apenas 20 dias, o livro foi fecundado muito antes, em 1905, quando Lobato expressou em carta a seu amigo Godofredo Rangel o desejo de criar uma obra que unisse imaginação, ciência e visões futuristas: “Ando com ideias dumas coisas à Wells, em que entrem imaginação, a fantasia possível e vislumbres do futuro – não o futuro próximo de Júlio Verne, futurinho de 50 anos, mas um futuro de mil anos”. Essa aspiração juvenil seria moldada por décadas de leituras, experiências e, sobretudo, pela influência de correntes intelectuais da época, em especial o movimento eugenista.

A ideia central do eugenismo, proposta por Francis Galton no final do século XIX, defendia a melhoria genética da humanidade por meio do controle seletivo da reprodução. Inspirado na teoria da evolução de seu primo Charles Darwin, Galton via a “pureza racial” como um ideal científico a ser alcançado, promovendo uma hierarquia entre os povos com base em supostas qualidades hereditárias. Essas ideias ganharam ampla aceitação entre intelectuais da época, inclusive no Brasil, onde foram incorporadas de forma particular, muitas vezes associadas à busca por uma identidade nacional.

Monteiro Lobato não foi uma exceção. Como muitos de seus contemporâneos, ele absorveu o pensamento eugenista e o

reinterpretou à luz da realidade brasileira. Em *O Presidente Negro*, essa influência é evidente não apenas nas passagens em que celebra a superioridade racial branca, mas também na forma como constrói a narrativa. Lobato projetou um futuro em que a “mistura de raças” no Brasil é vista como um erro histórico, contrastando com os Estados Unidos, que seriam a nação modelo por terem mais bem preservado, segundo ele, a “pureza genética” dos colonizadores europeus.

Contudo, a aplicação do eugenismo por Lobato em *O Presidente Negro* revela um desvio significativo em relação às ideias originais de Galton. No Brasil tropical, a hierarquia racial idealizada é confrontada pela realidade de uma população miscigenada. Esse contexto resulta em uma versão tropicalizada do eugenismo, marcada tanto por contradições quanto por um certo desespero em face do “perigo” que o autor atribuía à ascensão das populações negras.

No livro, contudo, Lobato radicaliza o discurso eugenista ao sugerir, como solução para o desequilíbrio racial, o uso de tecnologias letais, como o “desencarapinhador de cabelos”, um aparelho que exterminaria os negros sob o disfarce de melhorar suas características físicas. Essa proposta, chocante mesmo para os padrões da época, levou à rejeição do livro por editoras norte-americanas e ao fracasso de sua tentativa de entrar no mercado literário dos Estados Unidos.

A rejeição de *O Presidente Negro* deixou marcas profundas em Lobato. Em carta de 1927 a Rangel, ele lamentou: “Errei vindo cá tão verde. Devia ter vindo no tempo em que eles linchavam os negros.” Essa declaração é tão perturbadora quanto reveladora. Ela não apenas expõe o racismo explícito de Lobato, mas também sua percepção de que o mundo estava mudando – e que suas ideias estavam em descompasso com essa mudança. O fracasso editorial do livro nos Estados Unidos obrigou Lobato a rever sua abordagem. A partir de então, ele suavizou os elementos raciais em suas obras, voltando-se para temas mais palatáveis ao público brasileiro, como a exaltação do progresso industrial e as histórias infantis.

Apesar de seu conteúdo profundamente problemático, *O Presidente Negro* é uma obra essencial para se compreender tanto o pensamento de Monteiro Lobato quanto o contexto histórico em que foi

produzida. Ela nos permite acessar as tensões intelectuais e políticas do início do século XX, marcadas pelo avanço do eugenismo, pelas disputas ideológicas e pela ascensão da ciência como árbitro do destino humano.

Ler a obra hoje é um exercício de reflexão crítica. Por um lado, ela nos alerta para os perigos de usar a ciência como justificativa para desigualdades e opressões. Por outro, ela nos oferece uma janela para os sonhos e contradições de um dos maiores escritores brasileiros, que, ao mesmo tempo que antecipou avanços tecnológicos como o teletrabalho e as aulas a distância, foi incapaz de superar os preconceitos de sua época.

Mais do que isso, *O Presidente Negro* nos desafia a encarar a complexidade de Monteiro Lobato. Ele não pode ser reduzido nem ao autor iluminado das histórias infantis nem ao ideólogo de um racismo pseudocientífico. Seu legado é ambivalente, como a própria história brasileira, e é nessa ambivalência que reside sua importância. Revisitar essa obra hoje é como explorar o outro lado da lua: enfrentamos sombras desconfortáveis, mas também descobrimos verdades essenciais sobre o passado e, talvez, sobre nós mesmos.

O Presidente Negro, ficção e racismo

O *Choque das Raças*, também conhecido como *O Presidente Negro*, é um dos livros mais controversos de Monteiro Lobato, quicá das letras brasileiras. Publicado inicialmente em 1926, a obra se destaca como um ponto fora da curva tanto na trajetória do autor quanto na literatura brasileira da época. Enquanto a ficção científica e a “literatura de ideias” não eram gêneros comuns no Brasil, Lobato ousou explorar hipotéticas projeções futuras com tons catastróficos e eugenistas, distanciando-se das tramas infantis e da crítica social que marcaram outras fases de sua produção.

Esse deslocamento também reflete o contexto internacional do primeiro quartel do século XX, um período marcado pela influência das teorias eugênicas e pela radicalização do racismo nos Estados Unidos, que inspiraram Lobato a projetar essas ideias em sua obra. O autor, que viajou para Nova York como adido comercial, tinha nítida intenção de conquistar o mercado norte-americano e agradar seus possíveis leitores. Contudo, a recepção foi um fracasso estrondoso: editoras rejeitaram o livro devido ao conteúdo considerado absurdo e radical.

A narrativa de *O Presidente Negro* inicia-se em 1928, mas rapidamente se projeta para o ano de 2228, por meio de um dispositivo chamado “porviroscópio”, criado pelo cientista Dr. Benson. O protagonista, Ayrton, é um jovem brasileiro mestiço – e esse é um detalhe fundamental – que se envolve romanticamente com Miss Jane, filha do cientista. Ao longo de suas visitas à casa do Dr. Benson, Ayrton descobre a invenção e os experimentos que projetam o futuro.

Nesse futuro, os Estados Unidos estão diante de uma eleição presidencial peculiar, com três partidos: o Partido Masculino (PM), o Partido Feminino (PF) e o Partido Negro (PN). Divididos por

gênero, os brancos acabam permitindo a ascensão numérica dos negros, que chegam ao poder. Lobato apresenta os negros como uma “ameaça civilizatória” e propõe soluções eugênicas para “corrigir erros” como a miscigenação. Em um desfecho chocante, o livro sugere o extermínio da população negra por meio de técnicas científicas, mas deixa uma abertura ambígua ao retratar Ayrton, o protagonista mestiço, como objeto de desejo de Miss Jane.

É impossível e até tolo dissociar *O Presidente Negro* das ideias eugênicas que permeiam sua narrativa. O livro é um manifesto de preconceitos racializados, apresentando argumentos que refletem o pensamento da época. Lobato critica a miscigenação, descrevendo-a como um “erro civilizacional”, e propõe medidas para impedir a “maré montante do pigmento”. Esses pressupostos, baseados em pseudociências, reforçam hierarquias raciais e são dirigidos claramente a um público branco, excluindo leitores negros.

No entanto, há uma contradição que merece atenção: mesmo apregoando soluções radicais eugenistas, a trama inclui elementos que relativizam a posição do autor, como a relação amorosa entre Ayrton e Jane. Essa ambivalência pode ser vista como uma estratégia narrativa ou como um paradoxo do pensamento de Lobato.

Quando submetido às editoras norte-americanas, o livro foi rejeitado. A rejeição escancarou o limite de aceitação para ideias extremas, mesmo em um país marcado pelo racismo institucionalizado. No Brasil, a recepção também foi morna, e Lobato não retomou o tema em suas obras posteriores. É possível que o fracasso de *O Presidente Negro* tenha contribuído para uma mudança gradativa no pensamento do autor, ainda que os elementos de racismo continuassem presentes em outras produções.

Em um contexto contemporâneo de revisão crítica da obra de Monteiro Lobato, *O Presidente Negro* é um ponto de inflexão que não pode ser ignorado. A obra desnuda as limitações e contradições de um autor que, embora inovador em muitos aspectos, refletia os preconceitos de sua época. Ao mesmo tempo, o livro é um convite a reflexões mais amplas sobre como literatura, ideologia e sociedade interagem, especialmente em temas tão sensíveis quanto o racismo e a eugenia.

Assim, a discussão sobre *O Presidente Negro* deve ir além da simples condenação ou apologia. É uma oportunidade para entender como os discursos raciais se estruturaram no passado e como eles ainda reverberam nos dias de hoje. A obra é um lembrete desconfortável de que a literatura é tanto uma expressão da sociedade quanto uma ferramenta para questioná-la.

Lobato para negros (e também para não negros)

Não. Não se trata de defender Lobato e nem mesmo de negar suas manifestações racistas. Homem de seu tempo, como tanta gente, Lobato expressava a dimensão eugênica em moda então. Ainda que não tenha se fixado nessa ou em qualquer outra teoria, seu pensamento foi eivado pelo contexto que aliás era onda intelectual em diversos quadrantes. Falamos principalmente das décadas de 1920 e 1930. Mas como nem só de menções repondadas em textos esparsos sobrevive a escrita lobateana, vale retomar outros escritos que questionam alguns pressupostos.

Há também em Lobato passagens que merecem referências e que se situam entre as mais dignas de figuração entre os mais destacados textos a favor dos negros e da negritude. É lógico que detratores do criador de *O choque das raças* tentem deixar de lado tais citações, mas a crença no vigor do pensamento crítico e na autonomia de leitores negros e não negros convida retomadas de algumas passagens expressivas do posicionamento amplo de Lobato. Ainda sob o impulso introdutório, cabe destacar a sensibilidade de Lobato, filho de família escravocrata, herdeiro de fazendas no Vale do Paraíba pós cafeeiro, personagem capaz de sondar várias teorias de seu tempo.

São muitas as passagens soltas em diversos escritos lobateanos que poderiam compor um libelo antiescravagista. Optou-se por privilegiar a literatura para adultos por ser nela que a objetividade do autor ganha foros de centralidade sem tantos contornos. E são três os principais contos que guardam as sementes da percepção liberal, lado desprezado por quantos insistem em forjar um Lobato cruel, subjugador de subalternos negros. Sem dúvidas *Negrinha* é o texto

mais citado nessa seara, talvez por se situar em toda literatura brasileira como uma das mais evidentes denúncias contra a sanha senhorial, mas seria prudente somar dois outros contos igualmente dignos de destaques *Os negros* e *Jardineiro Timóteo*.

Negrinha logo diz a que veio e abre a narrativa pungente de um tipo que sequer tem nome: “Negrinha era uma pobre órfã de sete anos. Preta? Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados” e continua “Nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos. Sempre pelos cantos, que a patroa não gostava de crianças” e progride mostrando que “assim cresceu Negrinha – magra, atrofiada, com olhos eternamente assustados... Aprendeu a andar, mas quase não andava. Com pretextos de que às soltas reinaria no quintal, estragando plantas, a boa senhora punha-a na sala, ao pé de si, num desvão da porta”. É comovente a passagem que diz o “corpo de Negrinha era tatuado de sinais, cicatrizes, vergões. Batiam nele os da casa todos os dias, houvesse ou não houvesse motivo.”

O dramático enredo avança até o ponto de mostrar que alguém arma uma situação em que Negrinha é acusada de algo que demanda castigo da senhora que, mantendo-a em casa, dizia-se caridosa. E então acontece a cena fatal da punição com ovo quente, assim descrita “‘Traga um ovo’. Veio o ovo. Dona Inácia mesmo pô-lo na água a ferver, e de mãos à cinta, gozando-se na prelibação da tortura, ficou de pé uma minutos à espera” e segue a história até que “A patroa, então, com uma colher tirou da água o ovo ‘pulando’ e zás! Na boca da pequena. E antes que o urro de dor saísse, suas mãos amordaçaram-na até que o ovo arrefecesse. Negrinha urrou surdamente, pelo nariz. Esperneou. Mas só”. A história prossegue até a morte de Negrinha, descrita com respeito comovente, e deixa, inevitavelmente, um convite à meditação sobre o teor de maldade contido na herança escravocrata.

É conveniente também promover outros olhares de Lobato sobre a situação racial e assim seguir sua pena arguta sobre situações que precisam ser ventiladas. O mais longo dos contos lobateanos chama-se *Os negros* e trata de uma visita à casa mal-assombrada de

um cruel senhor de escravos, capitão Aleixo, que tinha fama “em dez léguas de roda”, pois “quem queria ameaçar um negro reinador era só dizer: ‘Espera, diabo, que te vendo pro Capitão Aleixo’. O negro ficava que nem uma seda”. Mas no enredo há uma personagem cativante, das mais sutis da nossa literatura, Liduína “uma bonita crioula aqui da fazenda que passou da senzala para casa grande como mucama da Sinhazinha Zabé”. Pois bem, mediando o romance de um portuguêsinho com a Sinhá, aos poucos, com sabedoria e sensibilidade, Liduína vai ensinando as manhas amorosas até convencer a moça de que estava apaixonada pelo distante amado. E de tal forma a trama se desenvolve, que Liduína chega ao ponto de se emancipar, dizendo: “Pois a Sinhazinha não sabe que sou mais sua amiga do que sua escrava”. E tinha razão, porque no “mar de felicidade” do casal, Liduína fora “Lépida, mimosa, travessa, a gentil crioula enfeixava em si toda a artimanha da raça perseguida – e todo gênio do sexo escravizado à prepotência do homem”. A história continua, mas para o fito desta reflexão vale ressaltar não só a negociação feita pela mucama, mas, muito mais que isto, o juízo escravizador sobre a “prepotência do homem”.

E somos presenteados com *O jardineiro Timóteo*, delicada referência à sensibilidade negra. A trama deste conto desenrola-se acompanhando a trajetória de uma fazenda em construção e nela a presença de um negro: “Quarenta anos havia que zelava dos canteiros o bom Timóteo, um preto branco por dentro”. A evidência do olhar racista denunciado logo no primeiro parágrafo vai se desbotando na definição de Timóteo como “verdadeiro poeta”, mas há um apelo lindo ao mostrar a percepção do jardineiro registrando os eventos da casa. Como se escrevesse, a cada acontecimento o jardineiro plantava algo, fazia um canteiro e assim “Timóteo compunha os anais da família, anotando nos canteiros um por um, todos os fatos de algumas significações”. Não deixa de ser notável o registro “Timóteo era feliz. Raras criaturas realizaram na vida mais formoso delírio de poeta. Sem família, criara uma família de flores; pobre vivia ao pé de um tesouro”. O fim trágico da história encerra a vida de Timóteo com a venda da fazenda e um projeto de modernização do jardim.

O que se aprende com esses três contos? Muito, muito em particular sobre a sensibilidade de Lobato, que não barateou o olhar sobre a negritude. Seria a literatura alguma máscara que disfarçava seu sentido filosófico, ou seria reponto de uma percepção em movimento? Seja qual for o veredito, inegável o apelo lobateano à problemática dos negros, em particular dos ex-escravizados.

Lobato: o racismo genético e o racismo cultural

O exame da relação de Monteiro Lobato com a eugenia frequentemente se baseia em passagens de sua obra e em trechos de sua correspondência, utilizados como evidências de sua vinculação com esse pensamento. Tal conexão é inegável, mas deve ser qualificada com maior rigor e contextualização histórica. Um primeiro ponto a considerar é a diferença de tom entre suas abordagens. Em textos destinados ao grande público, como *O Presidente Negro*, a menção a questões eugenistas é mais dissolvida e sutil, apelando inclusive para uma tangência de ficção científica, enquanto em suas cartas privadas, dirigidas a amigos próximos, suas opiniões aparecem de forma mais aberta e até contundente. Além disso, sua vasta correspondência inclui não apenas trocas informais, como as mais de 300 cartas enviadas a Godofredo Rangel, mas também comunicações de caráter comercial e estratégico, o que revela diferentes matizes em suas posições.

Seja por via de artigos e ensaios dirigidos ao público geral ou por meio de confidências epistolares, Lobato é frequentemente associado a ideias eugenistas e a grupos que as defendiam, incluindo a Ku Klux Klan, e intelectuais que agenciavam teorias raciais. Contudo, é fundamental entender que, além de suas convicções pessoais, Lobato atuava também como editor, movido por interesses comerciais e pelo desejo de participar das principais correntes de pensamento de sua época. Nesse contexto, sua amizade com o médico francês radicado no Brasil, Renato Kehl, ganha relevância como um dos elos mais significativos entre Lobato e o movimento eugenista brasileiro.

É necessário distinguir duas abordagens da eugenia e compreender a mudança de posicionamento de Lobato ao longo do

tempo. Inicialmente, ele foi simpático à eugenia negativa, defendida por Kehl, mas posteriormente adotou uma visão mais próxima da eugenia positiva. Essa transição reflete uma mudança tanto ideológica quanto conjuntural. Embora Lobato acreditasse no conceito de “melhoramento racial”, ele passou a entender que a solução residia mais na educação e na valorização da cultura nacional do que em políticas coercitivas e excludentes. O distanciamento de Lobato em relação à eugenia negativa se intensificou especialmente na década de 1930, quando as implicações éticas dessas ideias começaram a ser mais amplamente debatidas, em especial após a ascensão do nazismo e de suas práticas eugenistas extremas.

Na década de 1920 e início da década seguinte, Lobato e Kehl compartilhavam visões semelhantes sobre a eugenia. Ambos acreditavam que o Brasil poderia ser “melhorado” por meio de políticas de controle genético, ideia que se inseria no movimento eugenista global da época. Como editor, Lobato contribuiu para a difusão dessas ideias ao publicar obras de Kehl, como *A Eugenia no Brasil* (1929) e *Eugenia e o Brasil* (1932). Kehl, porém, era um defensor ferrenho da eugenia negativa, que propunha a eliminação de indivíduos com supostas características genéticas “indesejáveis” por meio de medidas drásticas, como esterilização forçada e segregação racial.

Com o passar do tempo, Lobato foi gradualmente se afastando das ideias mais extremas de Renato Kehl e passou a advogar por uma eugenia positiva. A distinção entre essas abordagens é essencial: enquanto a eugenia negativa de Kehl defendia intervenções coercitivas e a exclusão de indivíduos considerados “inferiores”, a eugenia positiva de Lobato focava na promoção de atributos “desejáveis” por meio da educação, de atuação de processos de higienização e da cultura. Ou seja, Lobato continuava a acreditar na possibilidade de aprimoramento racial, mas sem a imposição de medidas violentas e coativas.

Essa transição também se deve a um amadurecimento do próprio debate social e científico da época. Na década de 1930, com o crescente repúdio às ideias de eugenia negativa em razão dos horrores perpetrados pelo regime nazista, houve uma revisão crítica dessas práticas. Lobato, atento aos ventos da história, passou a

ênfatizar o papel da educação como instrumento de progresso social. Embora não tenha abandonado inteiramente sua crença no “aprimoramento racial”, ele passou a valorizar mais a cultura e a formação moral dos indivíduos do que a seleção biológica imposta pelo Estado.

Em termos conceituais, Lobato gradualmente migrou de uma visão estritamente biológica para uma concepção de eugenia cultural, que privilegiava a educação e a construção de uma identidade nacional forte. Para ele, o Brasil poderia elevar suas condições sociais não por meio do controle genético, mas através do acesso ampliado ao conhecimento e à cultura.

Dessa forma, a compreensão do pensamento de Monteiro Lobato sobre a eugenia exige um olhar mais complexo e contextualizado. Reduzi-lo à simples alcunha de racista é ignorar as transformações de suas ideias e os debates da época em que viveu. Se, em seus primeiros anos, ele compartilhou algumas das premissas da eugenia negativa, ao longo do tempo seu foco se deslocou para soluções baseadas na educação e na cultura. Ainda que suas convicções nunca tenham se distanciado completamente do ideal de “aperfeiçoamento racial”, seu percurso intelectual revela uma importante inflexão, que o afastou das teses mais radicais e aproximou-o de um humanismo calcado no desenvolvimento cultural do país.

O eugenista Lobato e as fronteiras do racismo

O eugenismo foi uma corrente de pensamento amplamente aceita ao longo do final do século XIX e da primeira metade do século XX, tanto no Brasil quanto no restante do mundo. No entanto, simplesmente constatar a presença e a difusão desse movimento ou apontar que determinado personagem histórico – seja um político, artista, religioso ou cientista – foi eugenista é insuficiente para dimensionar as complexidades dessa proposta, que ganhou foros de ideologia. Muitos indivíduos flertaram com o eugenismo de maneira episódica, abandonando-o posteriormente. Um exemplo clássico é Vinicius de Moraes, que na juventude endossou certos pressupostos da corrente, mas os repudiou mais tarde. Antes, outros intelectuais, como Gilberto Freyre, revisitaram a questão sob perspectiva diversa, integrando a ideia de mestiçagem como um fator positivo na formação da identidade nacional.

Ademais, há nuances na qualificação do eugenismo, especialmente em países de colonização europeia que, além da presença indígena, tiveram participação significativa de negros escravizados. A fusão desses diferentes grupos gerou um dos traços fundamentais da identidade brasileira: a mestiçagem, fator essencial na definição de nossa formação social desde o período colonial até o presente. No Brasil, essa realidade complexa gerou diferentes interpretações dentro do movimento eugenista, algumas focadas na valorização do embranquecimento e outras na suposta necessidade de “regeneração racial” por meio de políticas sanitárias e educacionais.

Para compreender o impacto da eugenia no Brasil – e o mesmo vale para outras partes do mundo –, é fundamental considerar o esvaziamento historiográfico que ocorreu após a Segunda Guerra

Mundial. Os desastrosos efeitos das políticas eugenistas radicais, como aquelas aplicadas pelo regime nazista, resultaram em um apagamento do tema, tornando-o um tabu ou algo digno de proscrição. Esse apagamento gerou lacunas significativas no entendimento da questão racial e das discussões sobre identidade nacional. Foi apenas na década de 1990 que o tema voltou significativamente a ser revisitado, muitas vezes sem uma compreensão aprofundada do impacto que teve. Esse retorno descontextualizado favoreceu análises simplistas, nas quais o racismo passou a ser tratado de maneira isolada, sem conexões com a eugenia e suas influências no pensamento social brasileiro.

Corrigir esse lapso analítico exige, antes de tudo, uma definição precisa dos pressupostos da eugenia para permitir uma avaliação criteriosa das práticas adotadas por diversas personalidades ao longo do tempo. De maneira geral, a eugenia pode ser dividida em três vertentes principais: positiva, preventiva e negativa, cada uma com métodos e objetivos distintos que iam do extermínio à correção de rotas.

A eugenia positiva se concentrava no incentivo à reprodução de indivíduos com características consideradas desejáveis, promovendo políticas que estimulavam casamentos entre pessoas vistas como fisicamente e intelectualmente superiores. A eugenia preventiva, por sua vez, buscava evitar o nascimento de indivíduos com características genéticas consideradas prejudiciais, utilizando estratégias como o aconselhamento genético e a triagem de doenças hereditárias. Já a eugenia negativa, a mais radical e coercitiva, visava reduzir ou eliminar drasticamente a reprodução de determinados grupos por meio de políticas de esterilização compulsória, segregação social ou até extermínio. Nos Estados Unidos, por exemplo, leis de esterilização compulsória foram implementadas em diversos estados, afetando principalmente populações negras, pobres e imigrantes. No Brasil, apesar de debates inflamados entre eugenistas, medidas como essas nunca foram oficializadas em larga escala.

Diante desse contexto, é necessário analisar a posição de Monteiro Lobato, que, como muitos intelectuais de sua época, se interessou por postulados eugenistas. Em suas obras e correspondências, ele manifestava a crença de que a eugenia poderia ser um meio para

corrigir desigualdades raciais e promover o “aperfeiçoamento” da população brasileira. Lobato via o saneamento básico e a educação como instrumentos essenciais para essa transformação, acreditando que a formação de um novo perfil dependia dessas iniciativas. No entanto, ao mesmo tempo em que valorizava a imigração europeia, Lobato também reconhecia o papel do mestiço brasileiro, representado pelo Jeca Tatu, em sua visão de desenvolvimento nacional. O próprio Jeca, em sua primeira versão, era um retrato do caboclo doente e preguiçoso, mas, após “receber educação e cuidados médicos”, tornava-se produtivo e útil – uma visão claramente influenciada pelos ideais eugenistas voltados para a regeneração social.

Embora tenha utilizado termos que hoje soam problemáticos, Lobato jamais defendeu políticas extremas de exclusão racial ou extermínio. Diferente de eugenistas como Renato Kehl, que advogavam pela esterilização compulsória de indivíduos considerados “degenerados”, Lobato enfatizava a melhoria das condições de vida da população como um todo. Não há em seus escritos a defesa de leis para impedir a reprodução de determinados grupos, tampouco apoio à segregação extrema. Atribuir-lhe a defesa de uma eugenia negativa nos moldes nazistas ignora seu foco em políticas de saneamento, nutrição e educação como bases para o progresso social. Isso não significa, entretanto, que suas concepções fossem isentas de racismo estrutural ou que sua adesão à eugenia possa ser relativizada sem crítica.

Além da negligência historiográfica sobre o eugenismo no Brasil, outro problema que se apresenta amiudado é a tendência a analisar Lobato a partir de recortes descontextualizados. A prática de julgar um autor por fragmentos isolados de cartas ou trechos de obras ficcionais desconsidera a complexidade e a tectura dinâmica de seu pensamento e de seu tempo. Esse tipo de abordagem reducionista tanto pode classificá-lo indevidamente como defensor da eugenia negativa quanto pode absolvê-lo sem ressalvas, tratando-o como um mero adepto da eugenia positiva ou preventiva. Sem uma compreensão clara do papel do eugenismo no Brasil e, em especial, de sua influência na obra de Lobato, o que se perpetua é um simplismo que se reduz a dicotomias superficiais de “sim” ou “não”,

“culpado” ou “inocente”. E, ao agir assim, o que se perde é a própria essência da História: a busca pelo entendimento crítico e contextualizado dos fenômenos do passado.

Branco de alma negra

Fiquei pensando: e se me dissessem que sou um “branco de alma negra”? A questão surgiu depois de ler uma referência de Monteiro Lobato – “negro de alma branca” – dirigida a um dos personagens mais tocantes da tradição contista brasileira, o jardineiro Timóteo. Para qualificar o negro de vinculação escravizada, Lobato o enquadrou em uma das mais perversas memórias do linguajar brasileiro, descolando, contudo, a pecha negativa da compatibilidade entre a cor da pele e a suposta escuridão da alma. No lugar, extrapolando os limites do racismo típico do primeiro quartel do século XX, o escritor evocava a branquitude como sinônimo do que era puro, apropriado e ideal. Como exceção, a bondade daquele negro preenchia os quesitos necessários. O enredo do conto, aliás, mostra a sensibilidade de Lobato ao afeiçoar o cultivador das mais lindas flores às situações da vida da família do senhor fazendeiro, dono de tudo. Timóteo, sem saber ler e escrever, marcava com canteiros os acontecimentos da vida senhorial, narrando com flores o ciclo da existência da elite à qual servia.

A frase “negro de alma branca” exemplifica uma das formas mais emblemáticas do racismo estrutural presente em nossa sociedade: a concessão de humanidade plena ao negro, desde que ele atenda às expectativas e padrões impostos pela branquitude. Essa lógica perversa continua a ecoar, transformando o que deveria ser um reconhecimento genuíno em uma forma sutil de reafirmar desigualdades. Quando invertida, na provocação de ser um “branco de alma negra”, a expressão suscita questões profundas: o que significa renunciar aos privilégios inconscientes que acompanham a branquitude e se solidarizar verdadeiramente com a luta negra?

Hoje, fala-se em “racismo reverso”, uma tentativa de inverter papéis que desconsidera séculos de opressão sistemática. Essa ideia,

muitas vezes disfarçada de busca por equilíbrio, serve como ferramenta de manutenção do status quo. Comparações ingênuas – como exigir o “Dia dos Homens” para contrapor ao “Dia das Mulheres” ou o “Dia dos Adultos” em oposição ao “Dia das Crianças” – mascaram a ignorância e o cinismo deliberados das desigualdades históricas e estruturais que justificam as ações afirmativas. No campo racial, essa estratégia se torna ainda mais nefasta, pois desvia o foco das questões centrais e perpetua a desinformação.

A oficialidade da cultura brasileira, historicamente, foge de confrontar seu racismo de maneira aberta e incisiva. Ao contrário de países como os Estados Unidos, onde o racismo foi explicitamente institucionalizado, aqui ele se escondeu sob o manto da cordialidade. Nos Estados Unidos, as Leis Jim Crow, que começaram a ser implementadas em 1877, estabeleceram a segregação racial em diversos aspectos da vida pública. Essas leis vigoraram até 1965 e criaram um sistema legal que separava negros e brancos em escolas, transportes públicos, restaurantes e até em bebedouros. A segregação era reforçada pela violência e pelo terror, como o linchamento, que funcionavam como mecanismos de controle social.

Na África do Sul, o Apartheid, implementado oficialmente em 1948, seguiu lógica semelhante, consolidando a exclusão racial por meio de leis que negavam direitos políticos e de propriedade à população negra. No Brasil, embora não houvesse uma legislação tão ostensiva, a exclusão foi sistematicamente promovida de forma dissimulada. A violência estrutural e o mito da “democracia racial” mantiveram os negros marginalizados, enquanto a elite branca se beneficiava da naturalização das desigualdades. A ativista Cida Bueno descreve o racismo brasileiro como uma herança persistente, uma “estrutura de facilidade que os brancos têm, queiram eles ou não”. Essa constatação nos leva a um desafio: como dismantellar um sistema tão profundamente arraigado? O primeiro passo é reconhecer a cumplicidade silenciosa que sustenta esse estado de coisas. O racismo não é apenas um ato consciente de discriminação; ele está presente nos privilégios que muitos aceitam como naturais.

Ao refletir sobre essas questões, percebo a necessidade de assumir um compromisso mais profundo com a justiça social.

Reconhecer Monteiro Lobato como racista – ainda que responsável por democratizar a literatura e incentivar a educação – não é negar seu legado, mas compreender suas contradições e aprender com elas. Lobato, como produto de seu tempo, perpetuou visões de mundo que hoje reconhecemos como racistas, mas que também nos oferecem uma oportunidade de reflexão sobre a necessidade de transformações sociais.

Mais do que acatar rótulos, enegrecer a alma é um chamado à reparação, à solidariedade e à ação transformadora. É assumir a responsabilidade de dismantelar estruturas de privilégio e atuar como aliado nas lutas por igualdade. Isso inclui revisitar o legado de figuras como Lobato com senso crítico, utilizando suas contradições como ponto de partida para debater o racismo estrutural que ainda molda nossa sociedade.

Sonha-se com o dia em que ser “de alma negra” deixe de ser metáfora reversa e passe a significar um compromisso coletivo com a equidade e o respeito. Um dia em que o termo não precise mais existir porque as distinções que ele busca superar terão se tornado irrelevantes. Até lá, sigo aprendendo, errando, refletindo, mas, sobretudo, me posicionando. Que minha cidadania, ainda marcada pelos privilégios de ser branco, seja também pautada pela honra de estar ao lado daqueles que construíram este país com suor, sangue e resistência. Pois a verdadeira transformação só será possível quando a luta de uns se tornar a causa de todos – e quando o Brasil deixar de ser apenas cenário e se transformar em protagonista de sua própria justiça racial.

Mas o que Lobato tem a ver com isso tudo, diretamente? O fato de ser alvo preferencial de parcela representativa dos ataques sobre racismo o transforma em uma espécie de gatilho detonador do debate. A organização discursiva sobre sua obra, em particular os recortes feitos tanto em seus livros para crianças como para adultos e principalmente em suas cartas pessoais – depois colocadas a público, muitas com anuência dele próprio – de comum descontextualizam debates de urgente revisão.

Lobato e o complexo racista

Sou daqueles que consideram cartas janelas abertas que permitam ventilar a intimidade de seus signatários; privilégio assim a correspondência pessoal, bilhetes, mensagens, enfim linhas traçadas sob o crivo de confidências comezinhas. E valorizo textos diversos de manifestos públicos, informes oficiais ou mesmo missivas lustradas por retoques maquiadores de espontaneidade. E nessa seara, não há como escapar de Monteiro Lobato, um dos mais celebrados de nossa tradição epistolar.

A par das 340 cartas e dois bilhetes que compõem a *Barca de Gleyre*, missivas que ao longo de mais de 40 anos trocou com seu amigo Godofredo Rangel, Lobato exercitou como poucos essa prática, aliás comum à época. A reputação exaltativa e recentes polêmicas que o acusam de racista, misógino, elitista, sugerem visitas a textos produzidos fora dos parâmetros da literatura ou da crítica publicada. Como se as cartas não mentissem, nelas há quem encontre fundamentos para uma discussão menos rebuscada e mais reveladora da personalidade do autor do Sítio do Picapau Amarelo.

Na pilha de missivas resultantes de investidas ao subterrâneo do correspondente, Lobato revela muito mais do que se vê na superfície daquele super-homem que precisava se justificar publicamente, mostrando sempre lógica e argumentos coerentes com ideias em voga. Neste sentido, e para provocar reflexões, vale destacar as sutilezas das cartas miúdas, que contrastam com muitas outras, algumas do quilate dado à correspondência com o ditador Getúlio Vargas, que aliás se valeu exatamente de uma para prendê-lo. Interessa agora considerar as cartas “leves”, anotações, onde o cotidiano e a delicadeza deixam esparramar a essência do que sentia.

Não há dúvida que o sucesso em vida fez de Lobato ângulo convergente, dono de centralidade incontestável, buscado por muitos,

em particular por autores que almejavam sua opinião a fim de promover a própria produção. E quantos são os textos que lhe chegavam demandando opinião, solicitando pareceres ou mesmo apenas para presenteá-lo. Esse, diga-se, esse foi o caso de Sergio Buarque de Holanda, o grande mistificador da imagem do “brasileiro cordial”. E cordialidade é o que se vê numa breve carta/bilhete de Lobato em 1944. Na ocasião agradecia o envio da coletânea de 146 artigos publicados sobre o título *Cobra de vidro*. O livro do já então consagrado autor de *Raízes do Brasil* era um apanhado de análises cabíveis como crítica literária, prática aliás fervorosamente exercida tanto pelo historiador como por Lobato.

O bilhete de poucas linhas cumpria a função de agradecimento e desculpa pela demora na resposta e assim apelava para reencontro pessoal sempre adiado. Sobretudo, porém, tendo em vista o breve conteúdo dos dizeres de Lobato, vale destacar a menção feita a Machado de Assis, vazada nos seguintes termos:

“Excelente a contra crítica do Machado de Assis. Ah se aquele negro ressuscitasse e viesse ler tudo quanto se tem escrito sobre ele, e inda visse que monetariamente só vale 500 reis”.

Sim, a citação é passageira, mas abertas às reflexões das quais vale destacar “se aquele negro ressuscitasse”. Na mesma medida e para alargar a discussão, cabe recortar outra passagem atenta à cor de Machado de Assis, dessa feita extraída de carta escrita em 1941, para a iniciante Regina Moreira, filha de seu amado amigo Lineu Moreira. Vejamos:

“E espantei-me de como êsse escritor começou bestamente em seus primeiros romances; e como foi ascendendo, como foi se desmulatando, como ficou maravilhoso nos contos da maturidade”.

Nas duas passagens o destaque racista permite confirmar que sim, Lobato era preconceituoso, racista, como aliás grandíssima parte da sociedade daquele tempo. Não cabe, contudo, julgar pelo olhar de hoje o que era valor comum, estrutural, racista pela ótica daquele tempo. Confirmando o caráter racista, pois, cabe crer que

Lobato referendava conceitos classistas filtrados pela qualidade literária, que seria uma espécie de purificação visando a condição genética superior, branca. Estabelecido tal pressuposto, vendo com o olhar do tempo em que o texto foi enunciado, o que temos é o reconhecimento da ascensão social por meio das letras. E isto explica a devoção de Lobato à educação, à escola em geral, e ao uso da literatura como recurso educativo. Civilizatório e possível. Machado, nesse sentido, seria precursor.

Levando-se em conta essa carta/bilhete, há algo mais a ser notado. Sergio Buarque era nitidamente contra o determinismo racial e agudo crítico de Alfred Rosenberg, formulador das teorias sobre a superioridade genética. Certamente, o impacto de uma obra sobre a outra trançava opiniões contrárias. A cordialidade de Sergio Buarque de Holanda, no entanto, iluminava uma condição assumida pela elite brasileira – o “homem cordial” – e Lobato seria a encarnação disso. Para Lobato, Sergio Buarque era um jovem promissor, dono de propostas abertas ao diálogo... Eram sim posições contrárias, mas confrontadas com a grandiosidade de quantos dialogam em favor do entendimento de um Brasil que se busca entender.

Lobato e o futebol: ensaio de eugenismo?

Foi o que bastou. Por ocasião do Natal de 2006, meu neto tinha três anos e concluí que era chegada a hora da iniciação ao universo fantástico de Lobato. Por coincidência, caiu-me às mãos uma cópia intitulada *Futebol*, publicação da Editora Globo, na coleção *Almanaque Sítio do Picapau Amarelo*. Era uma oportunidade perfeita. Afinal, futebol era assunto corriqueiro em minha família, e a finalidade foi atingida com facilidade.

Meu lado investigador, porém, se inquietou. Desde minhas primeiras leituras sobre Lobato, o tema sempre me despertou curiosidade. Aliás, em 1982, juntamente com Cláudio Bertolli Filho, publiquei um artigo intitulado “Monteiro Lobato e o futebol: um projeto para a elite urbana do começo do século”, que recebeu a atenção honrosa de Carlos Drummond de Andrade. A proposta do artigo era modesta: discutir a importação do “esporte bretão” e evidenciar sua passagem para grupos subalternizados.

De minha parte, os argumentos se fundamentavam em um dos 29 textos escritos por Lobato em *Literatura no Minarete*, quando ele ainda ensaiava a atividade crítica e jornalística. As indagações afloraram logo: o que significava o futebol para Lobato? Como o tema progrediu em sua obra? O que estaria por trás dessa pouco divulgada predileção pelo esporte? Confesso que desde logo fiquei encantado com a força expositiva do então estudante de Direito da Faculdade São Francisco, em São Paulo, no ano de 1904. Além da clareza do texto, ficava registrada, sub-repticiamente, uma mensagem que não poderia passar sem registro.

O texto se abre de forma contundente:

“Não se pode dizer que o futebol seja o fator da formidável raça anglo-saxônica, porque ele é um filho dela. Mas não errará quem afirmar ser esse um bom filho, um dos conservadores máximos da energia imensa da sua loira mãe. E, na verdade, o futebol é o estimulante mais poderoso que, entre os fortes estimulantes, encontra o sangue anglo-saxão.”

Estava aberto o caminho crítico para o debate racial, e é estranho que isso ainda seja tão pouco analisado.

A continuidade é ainda mais explícita:

“É por isso que se tornou ele o esporte nacional da Inglaterra e da terra Ianque. Nos colégios, no Exército, na Marinha, em toda e a toda hora joga-se o futebol, religiosamente, como quem cumpre um dever. É um ritual, quase. Vêm daí, em parte, as eminentíssimas superioridades do inglês. Porque o futebol dá, em primeiro lugar, uma grande força física.”

O culto ao corpo disciplinado e a institucionalização do esporte dizem muito sobre a perspectiva de Lobato na louvação do “sangue anglo-saxão”. Eloquente mesmo é o último parágrafo, que pontifica:

“E assim, mil outras faculdades morais e qualidades físicas este precioso jogo aprimora. (...) Um ditador que tomasse conta desta República e acabasse com as fábricas de bacharéis e normalistas, substituindo-os por severos teams de futebol, faria mais pelo Brasil que as dez gerações.”

Nem a sociedade brasileira nem Lobato falavam amplamente na nascente eugenia à época. A teoria, ainda em gestação na Europa, só teria um impulso mais sistemático entre nós com o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929. Entretanto, já no início do século XX, a valorização do esporte como elemento de aprimoramento físico e moral sugeria ressonâncias do ideário eugenista, ainda que não de forma estruturada. O que chama a atenção neste

texto de Lobato é o respeito ao padrão bretão, estendido a outras nações de sangue anglo-saxônico. E não pode escapar a referência aos Estados Unidos.

O culto ao corpo, a disciplina esportiva e a relação entre o físico e o mental são fatores de destaque. Em Lobato, esse tipo de valorização do esporte pode ser visto como uma antecipação das ideias que mais tarde seriam associadas ao movimento eugenista brasileiro. Se o esporte, segundo ele, aprimorava a resistência física e o caráter, haveria de ser um elemento central para a formação de uma nação forte, alinhada com os modelos anglo-saxônicos que ele tanto admirava. Curiosamente, esse mesmo raciocínio foi explorado décadas depois, com outras cores ideológicas, por regimes autoritários que elevaram a atividade esportiva a uma ferramenta de propaganda nacionalista.

Não bastassem as reflexões suscitadas pela leitura desse texto, há ainda a ironia do presente que escolhi para meu neto. Quem diria que um singelo livrinho da coleção do Sítio do Picapau Amarelo acabaria me levando de volta às encruzilhadas ideológicas de Lobato? Ora, talvez o próprio Visconde de Sabugosa já tivesse notado essa contradição e tentasse, com sua erudição peculiar, advertir o mundo sobre os perigos do nacionalismo exacerbado no esporte. Mas duvido que a Emília o deixasse falar muito – provavelmente já teria tomado a palavra e dito algo como: “Ora, se é pra escolher entre ditador e futebol, fico com o jogo! Pelo menos, a gente pode dar um drible na história”.

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras

4. Janelas do mundo encantado



Monteiro Lobato não apenas criou uma literatura infantil no Brasil – ele fundou todo um imaginário nacional para as crianças. Com genialidade e irreverência, construiu no Sítio do Picapau Amarelo um universo onde se misturam a mais pura fantasia e os elementos mais autênticos da cultura brasileira. Seus personagens – a irreverente Emília, o curioso Pedrinho, a doce Narizinho – não são meras figuras de histórias, mas verdadeiras portas de entrada para um Brasil mágico e realista. Através deles, Lobato falava diretamente ao espírito inquisitivo da criança, tratando seus pequenos leitores com inteligência e respeito.

Nesse universo rico e complexo, o Saci emerge como a síntese perfeita do projeto cultural lobateano. Lobato transformou radicalmente o duende folclórico: do ser temível das matas em seu *Inquérito sobre o Saci* (1918), tornou-o um companheiro de aventuras em *O Saci* (1921). Essa reinvenção tinha um propósito claro – apresentar o folclore como algo vivo e acessível às crianças. Através do Saci, Lobato valorizou nossas raízes culturais enquanto questionava convenções sociais.

As interações do Saci com Emília e o Visconde de Sabugosa simbolizam o diálogo entre tradição e modernidade que percorre toda a obra de Lobato. Mais que um personagem, o Saci tornou-se uma ferramenta pedagógica que ensina as crianças a amar o Brasil sem deixar de questioná-lo. Essa combinação de encantamento e reflexão é o legado permanente de Lobato – provar que a literatura infantil pode ser, ao mesmo tempo, deliciosa e profundamente transformadora.

Caçando as *Caçadas de Pedrinho*

“Na primeira noite, eles se aproximam e colhem uma flor de nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem, pisam as flores, matam nosso cão. E não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada”.

Ainda que sua autoria não seja confirmada, este poema é frequentemente atribuído a Maiakovski. O tom de alerta nele contido ecoa em outros escritos que denunciam a passividade diante de ataques progressivos à cultura, à história e à liberdade de expressão. Tal reflexão se faz essencial quando analisamos o veto ao livro *Caçadas de Pedrinho*, do sempre incompreendido e constantemente deturpado Monteiro Lobato.

Antes de discutir o impacto desse episódio na crítica literária, cabe um alerta sobre a negligência de muitos defensores da obra lobateana, que não se preocuparam em construir uma argumentação sólida para resguardar a história e o legado de Lobato. A perda do espaço de sua obra nos currículos escolares e na formação literária do Brasil tem sido anunciada há tempos, mas, imersos em lamentações, não temos reagido de maneira eficaz. Em vez de promover um debate estruturado e embasado, muitos limitaram-se à indignação vazia, deixando campo aberto para a proscrição da obra sem a devida contextualização.

O veto a *Caçadas de Pedrinho* ocorreu em 2010, com base no parecer da Conselheira Relatora Nilma Lino Gomes, que referendou a análise de Antônio Gomes da Costa Neto no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE). O parecer apontou trechos do livro

considerados racistas, com ênfase na descrição da personagem negra Tia Nastácia e na representação de animais vindos da África, como urubus e macacos, enquadrados de forma pejorativa. O documento recomendou que a obra não fosse distribuída pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), o que, na prática, resultou em sua exclusão das listas oficiais de leituras recomendadas para escolas públicas. O veto, no entanto, não se deu através de uma lei específica, mas por uma decisão administrativa amparada no Parecer CNE/CEB nº 15/2010, homologado pelo Ministério da Educação (MEC).

A decisão causou perplexidade entre estudiosos e críticos literários, que se insurgiram contra o espantoso veto imposto por um órgão público responsável pela promoção da leitura e da educação para a democracia. Uma das vozes mais ativas contra esse retrocesso foi a crítica literária Marisa Lajolo, que convocou apoio para reverter a medida. Não faltaram soldados nessa batalha, mas é fundamental apontar os fatores que tornam essa situação possível, especialmente a passividade de professores, intelectuais e gestores culturais, que aceitaram com indiferença a progressiva mutilação da obra de Lobato.

Não é de hoje que Monteiro Lobato vem sendo “polido” para se adequar às conveniências de cada época. Seu Saci teve o cachimbo confiscado, pois não se quer mostrar personagens infantis fumando (ainda que no filme *ET*, de Spielberg, o personagem possa ostentar um cigarro). A Narizinho, descrita pelo próprio autor como “cor de jambo”, foi embranquecida na televisão. Os caipiras do Sítio perderam o pito e o cigarro de palha, tudo em nome de uma assepsia cultural que reescreve a história para moldá-la a padrões ideológicos contemporâneos e às estreitas recomendações do politicamente correto. O veto a *Caçadas de Pedrinho* não é um caso isolado, mas parte de um processo mais amplo de reinterpretação e censura, que, ironicamente, empobrece o debate crítico que a literatura deveria suscitar.

Se outras culturas lidam com situações semelhantes de maneira mais inteligente, no Brasil, a tendência tem sido o apagamento e a deturpação. Nos Estados Unidos, por exemplo, *As aventuras de Tom Sawyer*, de Mark Twain, também apresenta termos e

situações hoje considerados ofensivos, mas o caminho adotado tem sido a contextualização e o incentivo ao debate, e não a proibição. Em muitos lugares, a obra é utilizada como recurso de análise sobre as mudanças culturais, permitindo um diálogo rico e educativo em vez de uma simples exclusão arbitrária.

A solução mais sensata para a questão não passa por políticas que simplesmente banem obras clássicas, mas sim por apresentá-las como instrumentos de análise crítica. A reescrita de trechos, a remoção de passagens e a alteração de termos não são soluções aceitáveis, pois comprometem a integridade da obra e desrespeitam a intenção original do autor. Uma obra deve ser lida em seu contexto, com ferramenta crítica adequado, e não mutilada para atender a sensibilidades momentâneas. Censura nunca foi resposta adequada para nada, e o risco de aceitá-la passivamente é imenso. E nem cabe dizer que não se trata de censura. É sim um veto importante que afeta a educação como um todo e extrai da capacidade e conveniência crítica dos leitores a possibilidade de reconhecer nossa cultura como racista – estruturalmente racista –, muito mais do que deslocar um autor de seu tempo.

Retorno, assim, ao poema que abre este texto. Se hoje permitimos o veto a *Caçadas de Pedrinho*, o que impedirá que amanhã proibam outras obras? Se não dissermos nada agora, logo já não poderemos dizer nada.

Jornal Contato, 5 de novembro 2010

Origem do nome da boneca Emília

Eis que, de repente, me reponta uma pergunta perturbadora: de onde teria surgido o nome Emília, dado à boneca de pano feita pela Tia Nastácia? Sim, falo daquela “coisinha” desengonçada, remendada com trapos velhos, de olhos de botão e linguaruda como nenhuma outra. Brinquedo da menina Lúcia, que, por um capricho do destino (ou melhor, por uma pílula falante do Dr. Caramujo), tornou-se a criatura mais tagarela e desbocada do Sítio do Picapau Amarelo.

Curioso, resolvi investigar essa questão e logo percebi que não sou o único a me inquietar com o tema. Muitos já se debruçaram sobre essa charada, especulando sobre possíveis origens do nome da boneca. Mas como bem sabemos, batizar personagens é uma arte que escapa a qualquer regra fixa: pode ser uma homenagem, uma ironia, um jogo de som, uma vingança literária ou, simplesmente, um estalo genial do escritor. E com Monteiro Lobato, nada era por acaso, mesmo quando parecia ser.

No caso de Emília, as hipóteses são muitas e desafiadoras. A mais “erudita” sugere que Emília teria nascido da inspiração no Emílio de Jean-Jacques Rousseau, aquele mesmo, de *Emílio, ou Da Educação*. O livro do iluminista francês, um tratado sobre a formação do indivíduo, propõe um modelo de educação ideal, lapidando crianças para a civilização. Mas, sejamos sinceros: tentar associar a boneca faladeira a um modelo de disciplina educativa é um insulto ao próprio bom senso. Se houvesse um “tratado da deseducação”, Emília seria sua musa inspiradora!

Outra teoria, mais “agrícola”, defende que o nome surgiu por meio do Visconde de Sabugosa, que, sendo uma espiga de milho, teria “milho” em sua própria genealogia, levando a um natural trocadilho: Emília, de milho! Faz sentido, ainda mais se pensarmos que

seus cabelos desgrehados bem lembram os fiapos das espigas. Mas essa não é a única pista enraizada em Taubaté. Há quem diga que Lobato teria se inspirado em Dona Ana Emília, matriarca da influente família Oliveira Costa, cujas terras e histórias teriam servido de matéria-prima para o Sítio do Picapau Amarelo.

E tem mais! Um boato simpático associa o nome da boneca à esposa do educador Anísio Teixeira, uma senhora espirituosa, falante e cheia de opiniões. Lobato e Anísio se conheceram nos Estados Unidos, mas a pesquisadora Gláucia Bastos duvida que tal encontro tenha inspirado Emília. Há ainda quem arrisque dizer que o nome foi escolhido por pura sonoridade, porque Lobato, com seu ouvido apurado, achou que combinava com a boneca espevitada. Honestamente, prefiro acreditar que a boneca não se inspirou em ninguém, mas sim que qualquer criatura espirituosa e falante deste mundo é que se inspirou nela!

Claro, Emília, se pudesse opinar, provavelmente zombaria dessas elucubrações tolas. “Que bobagem! Desde quando nome precisa de explicação? Sou Emília porque me deu na veneta ser Emília!” E ela, mais que qualquer outro, sempre teve razão. A boneca de pano, criada de trapos e sobras, tornou-se mais viva e autêntica do que muita gente de carne e osso. Se o nome veio de Rousseau, do milho, de família ilustre, de uma dona falante ou simplesmente de um capricho literário, não importa: Emília existe porque quis existir, porque tinha tanto para dizer que não cabia dentro dela.

Então, deixemos as suposições para os estudiosos e voltemos ao essencial: reler Lobato, reviver o Sítio, e deixar que Emília continue fazendo o que sempre fez de melhor – pensar pelos cotovelos, dizer o que ninguém tem coragem e, acima de tudo, nunca aceitar um “porque sim” como resposta.

Jornal Contato, 15 de abril de 2016

Minhas memórias das *Memórias da Emília*

Falar sobre *Memórias da Emília*, livro publicado em 1936, exige cuidados, pois o texto é serelepe como a suposta memorialista. Mas estejamos avisados, pois no engraçado das passagens se escondem segredos traiçoeiros que armam ciladas complicadoras de análises. Antes de nada mais, porém, cabe lembrar que desde 1920, Lobato vinha se dedicando aos escritos para crianças, e assim foi evoluindo casos que se relacionam entre si. *Memórias da Emília* é continuidade, mais um elo, na sequência de livros que se completam, mas é também inovação, na medida em que mescla, além do pessoal do Sítio, outros personagens, alguns conhecidos outros nem tanto. Dos “convidados” para a trama, alguns participantes ganham protagonismo, como é o caso do Anjinho Florzinha das Alturas que Emília surrupiou como lembrança da experiência registrada em um livro anterior, *Viagem ao céu*, de 1932. Surpreendente mesmo, contudo, é a colagem que ousadamente convida para a mesma trama figuras da tradição europeia e norte-americana, como Peter Pan, Alice, Capitão Gancho, Popeye e até Dom Quixote.

O roteiro das *Memórias da Emília* é linear e se inicia pela proposta de Emília, que convoca o Visconde de Sabugosa para escrever como se fosse ela. Depois de discutir a (i)lógica da produção das *Memórias*, a primeira aventura arrolada remete ao Anjinho e a visita das crianças inglesas ao Sítio. Após a fuga do Anjinho, que sorrateiro retornou ao céu, as crianças voltaram para a Inglaterra e então se abrem os problemas com o Popeye que, no caso, é uma espécie de bandido, bêbado e malfeitor; resolvida a contenda com o Marinheiro, que é liquidado por Pedrinho, Emília descobre que o Visconde registrava aspectos negativos da personalidade da Boneca

que, irada, o destitui e, indignada assume ela mesma a redação. É quando decide ir para Hollywood, e se envolve em uma trama interessante com a atriz Shirley Temple. A turma do Sítio descobre as *Memórias* e discute com Emília, abordando questões de juízo sobre vários deles. Na parte final do livro a própria Boneca termina a história anunciando que, mais velha, escreveria a segunda parte.

A rapidez narrativa de Lobato, nos livros para crianças é sempre alucinante, mas, talvez, a *Memórias da Emília* seja a mais veloz de todas, a começar pela existência das três vozes narradoras, a saber:

- a própria Emília que ditaria a história, mas delega ao Visconde de Sabugosa escrevê-las;
- o Visconde, que depois de redigir a maior parte das histórias, cansado do (des)mando da Boneca, resolve ele escrever o que lhe vinha à cabeça, inclusive com impressões vingativas sobre a “dona” das memórias/
- e um narrador oculto, que relata os diálogos entre a Boneca e o Visconde.

Caso me fosse perguntado o que mais me chama a atenção nas *Memórias*, não teria dúvida em responder é que a atitude matreira da Emília contratando alguém para escrever como se ela fosse. Assim ficava colocado de saída um problema moral, referente à autoria e a inventividade. Vejamos, de começo, o que teria dito a própria Emília em resposta a Dona Benta, indignada com a precocidade da boneca em propor contar sua jovem vida:

Bem sei que tudo na vida não passa de mentiras, e sei também que é nas memórias que os homens mentem mais. Quem escreve memórias arruma as coisas de jeito que leitor fique fazendo uma alta ideia do escrevedor. Mas para isto ele não pode dizer a verdade, porque senão o leitor fica vendo que era um homem igual aos outros. Logo tem de mentir com muita manha, para dar ideia de que está falando a verdade pura.

Analiseemos o sentido da mentira neste caso específico, pensando que se trata da combinação da licença poética com a condição ficcional. Sabe-se que a intriga e o lúdico servem de motor para apresar atenção de leitores mirins, mas qual o limite? Problematisemos a questão que afinal tem comprometimentos éticos importantes. Afinal, Emília é heroína ou anti-heroína? Neste caso, como pensar a postura emiliana como modelo de virtude para crianças? Indo mais fundo, mergulhando em mares filosóficos, cabe indagar sobre o projeto de educação de Lobato. Retoma-se a questão básica que sustenta o debate sobre o sentido da Literatura Infantil e nesse contexto valoriza-se as *Memórias* como argumento central para o entendimento do conjunto da obra. Considere-se que uma reflexão adulta sobre uma obra consumida por crianças implica leitura que não fique apenas na pândega ou nas estratégias pedagógicas ou narrativas. Antes, vale ressaltar uma característica importante da circulação dos livros no Brasil. Em países como a Inglaterra, livros como *Alice no país das maravilhas* não se restringem à leitura para crianças. Compondo o universo da chamada Literatura Fantástica, escritos como esse ganham quilate filosófico. Aliás, no mesmo sentido, questiona-se da política de consumo de livros ditos para crianças, pois o recontar de clássicos é uma prática exercitada inclusive por Lobato.

Os primeiros passos do Saci

Ainda que seja fato, a estreia do livro *A Menina do Narizinho Arrebitado* no Natal de 1920 – e as posteriores mudanças do título para *Reinações de Narizinho* (1931) e o sucesso febril que se seguiu – sugere uma reflexão sobre os primórdios dessa produção. Convém notar, de saída, que Lobato vivenciou, na infância, momentos naturais de convívio com um universo que mais tarde recriaria na literatura. Essa experiência pessoal está profundamente ligada à tradição oral das fazendas de café do Vale do Paraíba, onde ex-escravizados mantinham viva a prática da “contação” de histórias, transmitindo narrativas fantásticas, lendas e mitos que influenciaram decisivamente a construção do imaginário lobateano.

Nos primeiros tempos, a escrita de Lobato estava longe da apurada leveza e objetividade que se tornariam marcas registradas de seu estilo. Esse amadurecimento estético e narrativo pode ser percebido não apenas na fluidez textual adquirida ao longo dos anos, mas também na maneira como ele passou a estruturar suas histórias. O próprio autor declarou, em registros posteriores, que sua incursão na literatura infantil derivava da prática da “mulata Joaquina”, contadora de histórias de sua família, e que as primeiras narrativas “rescendiam à impressão infantil”. Essa referência direta ao universo das lendas rurais demonstra como as experiências orais e o folclore brasileiro foram fundamentais para a gestação de sua obra infanto-juvenil.

Os indícios dessa influência folclórica já apareciam em sua investigação de 1918, publicada no *Inquérito sobre o Saci*. Essa pesquisa, feita por meio de um questionário enviado a diversos interlocutores do interior paulista e mineiro, procurava compreender o grau de disseminação e as variações do mito do Saci nas diferentes regiões. Esse estudo antecedeu *O Saci*, obra publicada em 1921 e

claramente destinada ao público infantil, na qual Lobato transita entre o estudo e a recriação literária da figura mítica.

O *Inquérito sobre o Saci* revela o rigor investigativo de Lobato, que, antes de transformar o personagem em um protagonista de suas histórias, procurou mapear as nuances e os significados atribuídos a ele pela população rural. Seu contato com os colonos das fazendas, os tropeiros e os trabalhadores urbanos foi essencial para reunir as diferentes versões do mito e compreender seu papel na cultura popular. Esse material serviu de base para a elaboração do universo do Sítio do Picapau Amarelo, onde o Saci emerge não apenas como um personagem travesso, mas também como um elo entre o passado oral e a literatura escrita.

Outro ponto crucial na evolução da escrita de Lobato foi o diálogo entre os personagens. Em seus primeiros escritos, as figuras centrais eram Joãozinho, Nenê e Tia Joaquina (esta última, evidentemente inspirada na contadora de histórias da infância de Lobato). Com o tempo, esses personagens deram lugar a Pedrinho, Lúcia/Narizinho e Tia Nastácia, compondo um núcleo que traduzia, de forma mais complexa, as transformações sociais e culturais do Brasil. O trânsito do campo para a cidade, o embate entre a tradição e a modernidade, e a liberdade de imaginação se tornaram temas centrais da narrativa lobateana.

No caso específico da história de Lúcia/Narizinho, a construção do enredo ainda guardava marcas do onirismo, como se vê na passagem em que Nenê dorme e, no sonho, tem suas fantasias libertadas. Com o amadurecimento da sua escrita, Lobato substituiu esse recurso pelo pó de pirlimpimpim, conferindo um elemento mágico mais palpável e dinâmico, que dispensava o subterfúgio do sonho. Da mesma forma, a animalização humana das primeiras fábulas cedeu espaço à criação de personagens como o Visconde de Sabugosa e a boneca Emília, que, dotados de voz própria, dispensavam a necessidade do antropomorfismo tradicional.

Essa evolução estilística e narrativa reflete a própria concepção de literatura infantil que Lobato ajudou a moldar. Inicialmente, suas histórias eram mais influenciadas pela oralidade e pela transposição direta dos contos populares. Com o tempo, ele passou a construir um

universo coeso, no qual a fantasia servia não apenas ao entretenimento, mas também à reflexão sobre questões sociais, científicas e culturais. O amadurecimento de sua escrita, portanto, não foi apenas uma questão de refinamento estilístico, mas também um processo de adaptação às novas demandas de um público leitor em formação.

A influência da oralidade nas fazendas de café do Vale do Paraíba, recheadas de ex-escravizados que mantinham viva a tradição da “contação” de histórias, foi um dos pilares fundamentais para a criação desse gênero na literatura brasileira. Ao longo dos anos, Monteiro Lobato soube equilibrar esses elementos folclóricos com uma linguagem acessível e envolvente, criando um legado literário que não apenas inaugurou a literatura infantil no Brasil, mas também estabeleceu um padrão de qualidade e inventividade que ainda hoje ressoa na produção literária destinada às crianças.

A construção do Saci brasileiro

A proposta ia se firmando na medida em que partia de um pressuposto que reconhecia, no passado, um Saci amedrontador – ente das florestas temíveis e inconquistáveis, dono de assovio tétrico e ensurdecador –, até a formulação de um simpático personagem – menino maroto, mulato gracioso, perfeitamente integrado no gosto nacional. Dizendo de outra forma, me inquiria sobre a coerência entre tais variações e o “jeito maleável” que, de regra, nos remete à interpretação da cultura brasileira como: incruenta, sem violência ou preconceito, esvaziada de agressividades e, sobretudo, destituída de percepções de luta de classes. Haveria relação entre as transformações do Saci e o “jeitinho brasileiro”?

Frente a esse questionamento, aprofundava a questão indagando sobre sua aproximação e o processo de mestiçagem, e, então queria saber de onde teria vindo a lenda do Saci? Das três alternativas mais usuais – indígena, africana ou europeia – tive que prezar todas. Pensei de saída que, ante a impossibilidade de precisão, me era obrigatório apoiar, comodamente, no conceito de “metamorfose”. Pensando na gravidade da leitura crítica sobre tal posicionamento, restou apelar para o cenário antropofágico que caracteriza a moderna percepção da cultura brasileira como um todo. Sim, é inegável que a imprecisão da origem de figuras como o Saci leva à formulação de um modelo hegemônico que se materializa na conceituação do que é nacional. Nesse contexto, reina a estratégia das negociações, ou da incorporação e da reversão de tudo que vem “de fora” em nacional, brasileiro. Em certa medida, isto explicaria a preocupação de Lobato que foi pioneiro na busca de definição do sentido do Saci em nossa cultura. Mas, como nem só do *Inquérito sobre o Saci* se nutre a argumentação, me vi na contingência de complementos informativos.

A fim de dar contorno analítico para a construção do Saci como personagem nacional, parti do pressuposto de que hoje ele é figura palatável, aceito, principalmente fabricado para crianças, ainda que a oficialidade se valha dele como referência “exaltativa”, atestado de certa brasileiridade nacionalista e malandra. Fala-se, aliás, de uma dupla infantilização: do Saci adulto, negro raivoso, senhor das matas, tornado menino arteiro; e dele como personagem destinado ao entretenimento. As duas faces dessa moeda negociam um longo processo de apresamento e construção do personagem, estabelecido segundo a imagem e semelhança da cultura que atesta o perfil brasileiro negociador.

Outro elemento considerável nesta análise é o fato desse personagem caminhar progressivamente como tema pedagógico, lúdico, e, nesse processo, validado como estratégia ideológica, se confirmaria o princípio da antropofagia, pois a imagem que hoje temos do Saci é de uma figura transformada. Sem dúvida, o padrão dado pela Rede Globo de Televisão nas várias versões do programa *Sítio do Picapau amarelo* mostra um garoto negrinho, de uma só perna, capuz e calça vermelhos, mas pouco assustador. O Saci de nossos dias não é mais o maldoso ente que atormentava a todos, mas um cativante tipo que faz suas travessuras engraçadas. De maneira sorrateira, em favor do “politicamente correto”, foram aliviados o olhar ameaçador, retirado o “condenável” pito/cachimbo, e ele não mais solta fumaça pelos olhos.

Talvez, os mais convincentes argumentos demonstrativos do processo de “adocicação” do Saci e de seu endereço para uma cultura infantilizante sejam as leituras procedidas tanto por Maurício de Souza como por Ziraldo, que o tornaram personagem de quadrinhos. Por lógico, tudo ocorreu em consonância com as séries patrocinadas pela televisão nos episódios do *Sítio*. A importante sequência de histórias feitas para crianças, no Brasil, se inaugurou em 1952, na TV Tupi. O programa ficou no ar por 11 anos, se constituindo enorme sucesso. Em 1964, na abertura da ditadura militar, o programa infantil que contextualizava o Saci ganhou versão da TV Cultura de São Paulo e, em 1967, na TV Bandeirantes. Ainda que com intervalos, de 1977 a 1986, a Rede Globo de Televisão produziu o *Sítio*, com destaque para a presença do Saci.

Estava então caracterizado o novo Saci, nascido para entreter, não mais para criar problemas. E a figura do negrinho domesticado estava fixada, feliz ou infelizmente.

Jornal Contato, 27 de novembro de 2016

(De)cantando o Saci Lobato

Lindo demais!... Sim, em tempos de tanta desvalia, de ódio detalhado em palavras e gestos obscenos, de negacionismos estridentes e agressões às artes, de combate à inteligência e ao bom senso, de luto e choro, em tempos assim é bom celebrar o dia do Saci. *Catarse. Catarse-se. Catarseemo-nos* todos, juntos. E com a memória permitida pela esperança, flanemos no devaneio de uma era em que nossa cultura se via feliz, criativa, marota. Resenhando o que fomos, na intimidade do melhor imaginário, prefiguremos lendas, outros mitos que não os que agora se colocam em pauta. E então soltemos a imaginação constrangida para, no lugar, dar movimento ao popular que habita nossa autenticidade coletiva. E eis que o Saci pode nos levar para regiões anteriores. Como tornou-se bom o ninho das utopias amanhecidas! Nessa viragem, o Saci ganha lugar-guia e faz-nos sonhadores. Sabe, fico meio bobo pensando na matreirice de suas aprontações, nas delícias do jeito safado que achou para sempre incomodar nossa alma de vocação conformada. E então lanço-me solto em busca de razões que explicam o seu e o nosso jeito brasileiro de ver as coisas.

Reza a tradição que há três pistas identificadoras da origem do Saci: indígena, europeia e africana – ou todas misturadas –, filtrando nossa cultura. Se nativa, vinda do Pantanal guarani; se europeia, tanto de raiz nórdica (pelo barrete) ou da herança portuguesa (da brasa nas mãos como teatralizou “o judeu” Antônio José da Silva em *Obras do diabinho da mão furada*); se africana, colorida na pele tonalizada. E haja tradição oral. De todas as estratégias, porém, uma é mais poderosa pela argúcia sutil. Paradoxos, pois pelas músicas pode-se pensar na conquista de nossas almas. Ah, o cancionero sobre o Saci...

Pode-se pensar que são três os caminhos da sedução musical *sacicizada*: o erudito, o popular e o infantil. A música, diga-se, foi importante instrumento na reserva de memória afeita ao mais autêntico *ethos* brasileiro. Em 1912, por exemplo, Villa-Lobos compôs *O Saci* como parte de peça inspirada em nosso imaginário; isto, diga-se, uma década antes da Semana de Arte Moderna. Na mesma chave erudita e em continuidade, Francisco Mignone produzia um artefato com o mesmo mote. Juntas estas, entre outras produções “clássicas”, espelhavam um projeto mitológico coerente com o que se fazia mundo afora. Na mesma linha, em 1922, Edmundo Villani-Cortes compôs para piano uma espécie de ópera em frações: *Primeira folha do diário do saci*, *Terceira folha do diário de um saci*” (para flauta) e *Sétima folha do diário de um saci* (para contrabaixo).

O grande legado musical sobre o Saci, contudo, se deu na passagem do erudito instrumental para o popular cantado, e isso se inaugurou em 1909 com Chiquinha Gonzaga que cantou com a dupla Os Geraldos *Saci-Pererê*. Em 1913, a polca *Saci* de J.B. Nascimento foi tocada pelo Sexteto da Casa. Como toada, em 1918, Gastão Formenti compôs *Saci-Pererê*, de autoria de Joubert de Carvalho. E daí para a frente várias outras se perfilaram em diferentes ritmos nacionais: marchas, sambas, baiões. Talvez, alguns destaques ilustrem a popularidade e recepção do tema pelo público urbano que passava, gradativamente, a consumir gravações: Zé Pagão & Nhô Rosa cantaram *Saci-Pererê*, de Ivani, em 1949; Inhana fez enorme sucesso com o baião *Saci*, de Antônio Bruno e Ernesto Ianhaen, em 1956; a dupla Torrinha & Canhotinho fez *Saci-Pererê*, em 1959; mas quem “estourou” mesmo foi Araci de Almeida com *Saci-Pererê*, marcha de Henrique de Almeida e Rubi, gravada em 1960.

Atravessando o tempo, em 1961 apareceu uma novidade vocalizada por Demetrius, *Rock do Saci*, de J. Marascalco e Richard Peniman. O limite dessa saga, contudo, se deu em 1972, com Tom Jobim em *Águas de março*, lançada em 1973, interpretada por Elis Regina. Grupos e populares passaram pelo tema e, entre outros, destacam-se Secos & Molhados, Falamansa, Cheiro de Amor, bem como

Kleiton e Kledir no grupo Almôndegas que, aliás, colocou a canção como tema da telenovela *Saramandaia* em 1975.

Este breve itinerário não poderia deixar de lado a intenção pedagógica, inconsciente, da apropriação do Saci para crianças, e nesta rota nada mais foi eficiente do que a tomada do tema assumidos pela televisão. Enredos dramatizados e musicados dimensionaram abordagens como a composição gravada por Guto Graça Mello que atraiu cantores reputados como Jorge Benjor e Carlinhos Brown. E as variações se multiplicaram com Boca Livre gravando *Saci*, de Paulo Jobim e Ronaldo Bastos, 1980; Ruy Maurity com *Sacirê*, de Maurity e Zé Jorge, de 1984; Gilberto Gil com *Saci-Perê*, de 1980; Bia Bedran com *Quintal*, de 1992; Mônica Salmaso com *Saci*, de Guinga e Paulo César Pinheiro, de 1998; Gal Costa o festejou em *Grande Final* de Moraes Moreira de 2004; A Cor do Som com *Dança, Saci* de Mu Carvalho, em 2006; Flávio Paiva em *A festa do Saci*, de Paiva e Orlângelo Leal, de 2007.

Enfim... Enfim, eis aí o Saci nos *envolteando*, permitindo memória perturbadora do que viramos, e num pulo redentor convidando-nos para desengarrá-lo, solto no ar brasileiro que o quer livre, leve a sábio do próprio destino. Que assim seja, pois é com a recordação do que fomos que continuaremos a ser o que queremos. Que revivamos o saci que somos e não o perfil sem graça e sem tradição, este Brasil sem cultura, pobre, burro, sem memória. Feliz *Dia do Saci*.

Jornal Contato, 2 de outubro de 2021

Acima do bem e do mal, o Saci brasileiro

Muito tem se falado a respeito da figura do saci na obra de Monteiro Lobato. No aborrecido debate sobre o racismo, os extremos repontam garantido que o saci seria a primeira manifestação do “preconceito de marca” lobateano, mostrado como um marginal periférico; na outra ponta, alguns entusiastas com igual extremismo o revelam como propositor do “primeiro herói negro da nossa literatura”. Exageros e polarizações à parte, resta notar a gênese da criação de um personagem capaz de motivar reflexões sobre a memória popular repontada na cultura moderna.

Foi com empenho investigativo que entre os dias 27 de janeiro e 6 de março de 1917, nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo*, Lobato fez estampar resultados de enquetes que, afinal, viraram seu primeiro livro *Saci-pererê: resultado de um inquérito*, publicado como livro em 1918. Caracterizado o personagem, restava dar-lhe uma imagem. Foi neste sentido que o então estreante escritor propôs um concurso capaz de oficializar e sugerir uma forma tangível ao saci. Sobretudo, ao diabrete faltava uma figura, ou pelo menos o protótipo de imagem que deveria conter elementos básicos derivados das descrições colhidas.

Aspecto pouco notado na formulação folclórica, a junção descritiva aliada à imagem demandava resultados práticos e de efeitos estéticos captáveis, simples e eficientes. E sem uma figura básica, como marcar o saci na memória cultural brasileira? Convém não deixar para planos secundários que essa aventura remetia a um tempo em que a imagem passava a integrar os relatos jornalísticos. Os impressos então ganhavam função também por juntar texto e representações gráficas. Além disso, no momento da elaboração do

Inquérito, o nascente escritor fazia às vezes de crítico de arte, lance que exigia argumentos como satisfação aos leitores, em particular frente a um dos desafios maiores do tempo: a presença das artes plásticas junto à opinião pública.

Uma dessas situações, por exemplo, diz respeito a um detalhe pouco explorado no conflito entre nossos modernistas e Monteiro Lobato. O virulento artigo *Paranoia ou mistificação*, escrito para comentar a Arte Moderna na exposição de Anita Malfatti aberta em São Paulo em dezembro de 1917, tem servido como certidão do rompimento das partes. O que pouco se diz é que antes daquela rumorosa publicação, houve contatos bastante eloquentes entre Lobato e alguns personagens do Modernismo, como Oswald de Andrade e a própria Anita Malfatti. Um desses encontros, aliás, se deu exatamente em função da criação do Saci como personagem, pois isso visava dar sentido para o debate nacionalista que, como projeto, buscava fecundar a cultura com bases folclóricas.

No agitado contexto do *Inquérito sobre o Saci*, Lobato propôs um concurso de pintura e escultura cujo tema era a promoção da imagem do Saci. Ainda que o certame fosse dirigido exclusivamente a artistas nacionais, o vencedor foi um imigrante radicado em São Paulo, o italiano Cipicchia, que apresentou uma figuração denominada *O Saci e a Cavalhada*. Anita Malfatti foi das poucas concorrentes a enviar um trabalho que, por difíceis explicações, desapareceu sem deixar vestígios físicos. Dela apenas se sabe exatamente pelo parecer de Lobato, em artigo publicado na *Revista do Brasil*, onde revelava que, no setor de pintura, o trabalho da concorrente fora desclassificado, mas segundo Cassiano Elek Machado mereceu extenso comentário, antecipando a insistência na questão dos “modismos”:

A sra. Malfatti também deu sua contribuição em ismo. Um viandante e o seu cavalo, em pacato jornada-
dear por uma estrada vermelha degringolam-se numa crise de terror ao deparar-se-lhes pendente duma vara de bambu uma coisa do outro mundo. Degringola-se o cavaleiro, degringola-se o cavalo tentando arrancar-se do pescoço, o qual estira-se longo como feito da melhor borracha do Pará. Gênero degringolismo.

Como todos os quadros do gênero ismo, cubismo, futurismo, impressionismo, marinetismo, está hors-concours.

Num esforço de conciliação, sem se desmentir, mas abrindo caminho para algum diálogo, finalmente, Lobato pontificava:

Não cabe à crítica falar dele porque o não entende: a crítica neste pormenor corre parelha com o público que também não entende. É de crer que os artistas autores entendam-nos tanto como a crítica e o público. Em meio deste não entendimento geral é de bom aviso tirar o chapéu e passar adiante [...]

Ainda que o *Inquérito*, somado aos escritos para crianças, se porte como marco inaugurador da invenção do saci brasileiro, não há como escapar dos efeitos daquele marco certamente artístico que tanto remetia ao gosto de uma crescente classe média como de uma sociedade urbanizada em busca de padrões culturais próprios. Pela dimensão plástica, a iniciativa de Lobato dava forma a caracterizações que até então eram, majoritariamente, escritas ou oralizadas. Isso não bastava mais. A revelação da materialidade pela pintura, escultura, cinema e fotografia revela também a obstinação de Lobato para a atualização do estatuto cultural brasileiro moderno integrando vários códigos. O apelo para o chamado folclore – ou, como preferia Lobato, “mitologia brasílica” – implicava escolhas de personagens assimiláveis pelo gosto geral e, nesse sentido, entende-se que a marca do estereótipo nacional entraria como argumento debelador das tradições importadas.

Mais do que discutir racismo em Lobato, antes de tudo há de se buscar fundamentos de sua obra e trajetória de seus personagens, condição capaz de tirar do limbo simplificações que não param incomodar. Tanto há a se explorar no campo da investigação sobre a obra do mais importante escritor latino-americano na área da literatura infantil que chega a ser exaustivo colocá-lo entre o bem e o mal. Lobato está acima disso. E o saci também.

Saci, Boto e Emília: malandragem, machismo e feminismo

De repente, me vi enredado em temas que, à primeira vista, são tidos como menores, sem importância e até folclóricos, no mau sentido. Diria que tudo começou com um convite de uma universidade do Mato Grosso do Sul para que eu retomasse Monteiro Lobato e promovesse releituras de seus textos para crianças. Foi o que bastou. De Lobato para o debate sobre o modernismo foi um “pulo só”... Ops!... “Pulo só” é coisa de Saci. Pronto, lá estava eu mergulhado no Reino Encantado, perdido no encalço das figuras do Sítio do Picapau Amarelo.

Por lógica, juntar Lobato com o Saci é fácil. Ressaltando a ligação do *Inquérito sobre o Saci* – primeiro livro publicado por Monteiro Lobato – com a investigação sobre a vigência de histórias derivadas de narradores/leitores do jornal *O Estado de S. Paulo* há exatos cem anos, abria-se um caminho para compreender os novos sacis. E então, não apenas a televisão, com as repetidas séries sobre o pessoal da Dona Benta, mas também as revistinhas povoadas por versões do Ziraldo ou do Maurício de Sousa, mostravam como a mitologia popular se moderniza. Fala-se, pois, de metamorfoses do Saci. Imaginem: sabe-se que até Hollywood pretende se valer do nosso perneta como super-herói!

Bastou Gloria Perez colocar na novela *A Força do Querer* a figura do boto para que ele fosse reconhecido como muito mais popular do que se supunha. A sutileza do personagem encantado, do peixe que, em noites de lua, vira galã sedutor que fecunda mulheres enamoradas, ganhou o público, arrastando curiosos que se deixam enlevar pela lenda indígena. Adaptada ao gosto atual, a história amazonense ganhou o imaginário do público deslumbrado e alimenta

fantasias que não têm apenas apelo infantil. Pois bem, guardava eu na gaveta uma série de relatos sobre aparições estranhíssimas do tal boto (ou valeria o plural: botos?). E eis que, do dia para a noite, tais escritos ganharam ares de desafio e, como que recuperando vida própria, me impõem agora retomá-los. Metaforicamente, é como se os peixes-homens me obrigassem a aceitá-los com existência própria.

E tem a boneca Emília, também criação lobateana, que, por força da impertinência, vai ganhando fama e espaço na identificação das modernas mulheres brasileiras. Irreverente, cheia de artifícios maliciosos, contestadora, a menininha de pano, metida, vai se impondo, conquistando personalidade e se tornando uma espécie de paradigma da emancipação feminina. Não há, nessa direção, como ignorar duas possibilidades analíticas interessantes. Uma delas é que Emília cresce madura junto com suas leitoras. Em outras palavras, é como se as crianças se tornassem adultas e, ao fazê-lo, colocassem em prática o que aprenderam lá atrás. Outra é a inequívoca relação entre sua personalidade e o movimento feminista em geral. Sim, Emília bem que poderia ser um paradigma da nova presença da mulher brasileira: opinativa, contestadora, presente nos debates públicos com opiniões fortes.

É aí que o contraste se torna irresistível. De um lado, o boto, representação do machismo enfeitiçador e irresponsável, cuja sedução culmina na fuga, na negação da responsabilidade e na repetição de um modelo patriarcal arcaico. O encantamento do boto é um artifício enganoso: ele é um sedutor, mas sua conquista sempre se dá às custas da mulher, que é abandonada com um fardo e legada à própria sorte. De outro lado, Emília, feminista *avant la lettre*, que desafia qualquer forma de submissão, impõe suas próprias regras e cria um código e uma ética própria. Enquanto o boto exerce poder pelo mistério e pela sedução, Emília toma o poder pela astúcia e pela língua afiada, sendo a perfeita contraparte do conquistador mágico. Se o boto representa um modelo de masculinidade que seduz e some, Emília encarna uma feminilidade que enfrenta, questiona e fica.

Com um esforço mínimo, pode-se dizer que há um trio que ajuda a pensar a moderna constituição da identidade nacional. O

Saci, perfeito malandro, se mostra uma figura assimilada. Se nas raízes de sua mitologia figurava como uma espécie de diabinho, aos poucos foi perdendo a agressividade, se transformando em um bonequinho palatável, símbolo de esperteza quase inocente. Aliás, uma das mais claras manifestações dessa “adocicação” do Saci é seu uso pedagógico.

Cabe reconhecer que não é complicado aliar o Saci ao malandro, enganador, simpático embusteiro, ainda que com poderes declinantes, talvez até em fase de desaparecimento. Com o boto, torna-se possível discutir de forma eficiente e até hábil o machismo brasileiro. Como homem, conquistador que é, o boto sensualizado se impõe, enganando a todos, mas também servindo como assunto polêmico. Já Emília, muito mais do que uma boneca, compromete sua graça desengonçada e constrói argumentos impagáveis, capazes de nutrir discursos que rompam com a origem tola e tosca de sua condição de brinquedo.

Pronto... Eis que personagens do mundo imaginário ganham vida e consistência argumentativa em favor de um debate que nada tem de pândego ou brincadeira. A mitologia, assim, vira cultura e, mais que isso, serve como espelho para os dilemas contemporâneos. Se o boto nos faz refletir sobre a persistência do machismo, Emília nos oferece um modelo de rebeldia e reinvenção feminina. Se o Saci, em suas transformações, traduz o malandro que se adapta aos tempos, essas figuras mitológicas demonstram que a tradição não é imutável. Monteiro Lobato, com sua obra, nos dá a chave para entender como o imaginário pode ser ferramenta para discutir o presente, ressignificar o passado e projetar o futuro.

Aproveitemos.

Jornal Contato, 24 de agosto de 2017

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras

5. Os outros de Lobato



Tornou-se irresistível retrair alguns interlocutores de Lobato. Tanto seus modelos e heróis, companheiros de jornadas, como “leitores” de sua obra. Os divulgadores, aliás, merecem lugar especial nessa apreciação por portarem-se como mediadores de uma obra depurada de valores fixados no imaginário nacional.

Desde seu vínculo ideológico a afinidades que permitem discussão dos valores estéticos e fazem dessas escolhas fatores de ponderação, perceber que em conjunto Lobato era alguém ligado a modelos funciona da mesma forma que seus admiradores o veem. E não se trata apenas da forma como Lobato se apoiou em padrões, mas também como adequou suas ideias a um contexto efervescente. Em particular a “conversa” com Gilberto Freyre, Cornélio Pires e Mazzaropi permite dimensionar o debate sobre o Jeca Tatu e integrar a discussão em um quadro mais complexo e amplo sobre a evolução do conceito de identidade nacional.

Lobato e Kehl; Lobato X Kehl

Monteiro Lobato e Renato Kehl representam dois lados de uma mesma moeda no debate sobre a eugenia no Brasil das primeiras décadas do século XX. Ambos partilhavam do ideário de melhoria da raça humana, perspectiva que permeava os discursos científicos e culturais da época. No entanto, suas abordagens apresentavam diferenças significativas, tanto em ênfase quanto em implicações práticas.

Renato Kehl, médico e um dos principais difusores do movimento eugenista no Brasil, alinhava-se com a chamada “eugenia negativa”. Essa vertente priorizava a eliminação de características consideradas indesejáveis por meio de medidas restritivas, como a esterilização compulsória, o controle de uniões matrimoniais e a segregação de indivíduos vistos como “degenerados”. Kehl enxergava na aplicação rigorosa dessas políticas a solução para os “males” que, em sua visão, comprometiam o futuro da nação.

Lobato, por outro lado, embora não isento de críticas, demonstrava uma visão menos radical e mais abrangente. Sua defesa da eugenia estava atrelada ao que se pode chamar de “eugenia positiva” – a promoção de melhorias nas condições de vida, educação e saúde como caminho para o aperfeiçoamento da população. Lobato via no progresso científico e na educação popular os alicerces para a construção de um Brasil mais desenvolvido e competitivo. Suas críticas sociais, muitas vezes embebedas em ironia e contundência, revelavam uma preocupação maior com as condições estruturais do país do que com soluções coercitivas.

Essa distinção entre “eugenia positiva” e “eugenia negativa” é fundamental para entender a posição de cada figura nesse debate. Kehl, com sua perspectiva drástica, defendia medidas legais e biopolíticas que, na prática, violavam direitos individuais em nome de um

suposto bem maior. Seu discurso era impregnado de uma crença quase dogmática na ciência como ferramenta de controle social. Em contraste, Lobato tinha uma abordagem que, embora ainda marcada pelo racismo científico da época, buscava alternativas menos intrusivas e mais voltadas à transformação da sociedade por meio da educação, divulgação de livros e da modernização com base em pressupostos atualizados.

Um ponto de convergência entre ambos era o discurso de branqueamento da população, ideia amplamente difundida no Brasil do início do século XX. Ambos viam na imigração europeia uma forma de “melhorar” a “raça brasileira”, refletindo o preconceito e as tensões raciais da época. No entanto, Lobato demonstrava, em alguns momentos, uma contradição interessante. Embora alinhasse suas opiniões às correntes eugenistas, ele também reconhecia e valorizava a contribuição cultural de diversos grupos raciais, especialmente em suas obras literárias. Personagens como Tia Nastácia, no “Sítio do Picapau Amarelo”, são prova disso, ainda que estejam envoltos em estereótipos problemáticos.

Outro elemento que diferencia Lobato de Kehl é o tom e a intenção de suas produções. Kehl escrevia como cientista e ativista, buscando legitimar suas ideias no campo político e acadêmico. Suas obras são permeadas por um tom prescritivo, quase doutrinário, que visa convencer o leitor de sua visão de mundo. Lobato, por sua vez, atuava como escritor e editor, usando a literatura e o humor para questionar, provocar e engajar seu público em discussões mais amplas sobre o Brasil. Mesmo quando defendia ideias eugenistas, fazia isso de maneira a estimular a reflexão, e não apenas a adesão cega.

A parceria entre Lobato e Kehl não se limitava à troca de ideias. Lobato publicou obras de Kehl em sua editora, a Companhia Editora Nacional, demonstrando uma colaboração profissional que reflete o interesse de ambos em disseminar a discussão sobre eugenia no Brasil. Essa ligação, porém, revela mais do que afinidades. Mostra também a ambiguidade da postura de Lobato, que, embora fosse um homem progressista em muitos aspectos, mantinha também traços conservadores e, assim, de um jeito ambíguo, absorveu e divulgou ideias alinhadas ao racismo científico vigente. Kehl, por sua vez, é

um exemplo de como a ciência da época podia ser instrumentalizada para justificar práticas de exclusão e discriminação. Para Lobato, a consciência pública deveria valer mais do que a imposição estatal desejada por Kehl.

A eugenia no Brasil, na visão de Kehl, era uma ferramenta de controle social que deveria ser implementada de maneira quase militar, com legislações rigorosas que restringissem a liberdade individual em prol do bem coletivo. Ele advogava, por exemplo, pela necessidade de esterilizações obrigatórias e restrições ao casamento entre pessoas consideradas geneticamente inadequadas. Para Kehl, a ciência era uma aliada do Estado em um projeto de “purificação” racial que eliminaria, ao longo do tempo, as características vistas como indesejáveis.

Lobato, por outro ângulo, tinha uma perspectiva que pode ser considerada mais utópica. Ele acreditava na força da educação e da cultura como motores de mudança. Em vez de intervenções diretas e autoritárias, via no desenvolvimento das capacidades individuais um caminho para alcançar uma sociedade mais forte e competitiva. Essa visão, no entanto, não era isenta de preconceitos. Ao defender o branqueamento e a imigração europeia como instrumentos de “melhoria racial”, Lobato reforçava estereótipos e hierarquias raciais que desvalorizavam a diversidade do povo brasileiro.

A contradição de Lobato também emerge na forma como ele lidava com a pluralidade cultural em suas obras literárias. Enquanto defendia ideias eugenistas em seus escritos sociais, suas histórias infantis exaltavam a riqueza do imaginário popular brasileiro. Personagens como Tia Nastácia e o Saci, ainda que retratados sob a lente de um Brasil marcado pelo racismo estrutural, são testemunhos de sua capacidade de reconhecer e integrar diferentes tradições culturais. Esse paradoxo faz de Lobato uma figura complexa, cuja obra exige leitura crítica e contextualizada. Nesse sentido, reconhecer um Lobato cordial implica mostrar que seu projeto de Brasil admitia níveis de inclusão, algo avesso ao radicalismo dos eugenistas negativos.

Apesar disso, a atuação de Lobato como editor amplificou o alcance das ideias eugenistas. Ao publicar livros e artigos sobre o

tema, ele ajudou a consolidar o debate no Brasil. No entanto, é importante destacar que, mesmo dentro dessa função, sua abordagem se diferenciava da de Kehl. Enquanto Kehl via na publicação uma forma de propagandear suas ideias de maneira quase missionária, Lobato parecia mais interessado em fomentar o diálogo e a reflexão. Seu objetivo, ao que tudo indica, era menos doutrinar e mais provocar.

Em última análise, Monteiro Lobato e Renato Kehl ilustram como o debate sobre eugenia no Brasil era multifacetado. Se Kehl representava o cientificismo autoritário que buscava controlar a população por meio de restrições biopolíticas, Lobato encarnava a visão do progresso pela educação e pela modernização. Suas diferenças não anulam as críticas que ambos merecem por suas convicções racistas, mas ajudam a contextualizar suas trajetórias e influências no pensamento brasileiro. Compreender essa complexidade é essencial para evitar simplificações e reconhecer que a história exige análise crítica, distanciada tanto da celebração ingênua quanto da condenação anacrônica.

A igualdade na diferença: Monteiro Lobato e Gilberto Freyre

A chamada “geração de 1870” pode ser vista como o marco inaugural de uma redefinição da modernidade identitária brasileira. Representada por nomes como Joaquim Nabuco, abolicionista; Silvio Romero, crítico literário e pioneiro no estudo científico da literatura brasileira; Tobias Barreto, jurista e líder da Escola do Recife; e José Veríssimo, crítico e divulgador do Realismo, esse grupo marcou não apenas a política, o Direito e a literatura, mas também atuou na pauta cultural do país como um todo, interferindo no julgamento de nossa personalidade nacional. Aquele foi também um momento que preparou o terreno para discussões sobre a interpretação de nossa história e nela as questões dos projetos políticos a serem implementados e o andamento da democracia.

Tais intelectuais, reconhecidos como integrantes da “Geração do Bom Senso” ou “Condoreira”, se destacaram pelo compromisso com o progresso e pela crítica a ideias retrógradas. Influenciados por autores europeus como Comte, Darwin e Taine, eles defenderam o positivismo e o cientificismo, propondo uma produção diversificada e comprometida que rebaixasse o sentimentalismo romântico e o fatalismo negativo. Suas críticas à escravidão, ao autoritarismo e à monarquia impulsionaram movimentos abolicionistas e republicanos, culminando na adoção de um Realismo que promovia a observação da realidade e a análise crítica das estruturas sociais.

A herança condoreira influenciou profundamente escritores e pensadores posteriores, como Monteiro Lobato e Gilberto Freyre, que reinterpretaram as preocupações sociais e culturais daquele conjunto intelectual matriz. Enquanto Lobato se inspirou no positivismo de Tobias Barreto para valorizar a ciência como ferramenta de

progresso, Freyre dialogou com Joaquim Nabuco ao abordar a identidade nacional por meio de uma perspectiva sociológica e cultural. Essas posturas podem ser medidas, por exemplo, no apoio inicial dado por Rui Barbosa ao texto divisor da produção de Lobato. Em 20 de março de 1919, durante uma conferência sobre a Questão Social e Política no Brasil, Barbosa citou Lobato como proponente de um tipo social a ser corrigido, consolidando a credibilidade nacional do criador do Jeca Tatu.

As contribuições de Lobato e Freyre ao pensamento brasileiro refletem visões distintas sobre identidade, cultura e raça. Lobato, influenciado pelo pensamento científico de sua época, enxergava na eugenia uma alternativa para os desafios do país. Em *O Presidente Negro* (1926), ele apresenta uma narrativa futurista em que as questões raciais são centrais, revelando tanto sua adesão às ideias eugênicas quanto as contradições em sua visão. Ao mesmo tempo que defendia o aperfeiçoamento biológico, Lobato celebrava personagens como Tia Nastácia, cuja sabedoria popular era justificável no cosmo do Sítio do Picapau Amarelo. Essa tensão entre o cientificismo eurocêntrico e a cultura popular brasileira define muito de sua obra.

Freyre, por outro lado, exaltava a mestiçagem como um dos alicerces da identidade nacional. Em *Casa-Grande & Senzala* (1933), ele argumentava que a convivência entre europeus, africanos e indígenas gerou uma sociedade singular, rica em diversidade cultural e originalidade. Para Freyre, a miscigenação não era um defeito, mas o motor da identidade brasileira, marcada pela criatividade, flexibilidade cultural e capacidade de adaptação. Ele exemplificava essa fusão na culinária, na arquitetura colonial e na música, onde ritmos africanos, instrumentos europeus e a oralidade indígena resultaram em gêneros como o samba, um pilar da cultura nacional.

Enquanto Lobato via na miscigenação um problema a ser resolvido, refletindo o pensamento eugênico de sua época, Freyre a interpretava como solução, um diferencial do Brasil frente a outras nações. Para Freyre, impor padrões homogêneos seria prejudicial à compreensão da verdadeira identidade brasileira, pois negaria a complexidade e a riqueza das interações culturais que formaram o país. Ele defendia que o Brasil deveria abraçar a multiplicidade racial

e cultural como uma força transformadora, em vez de buscar modelos externos que desconsiderassem sua singularidade histórica. Essa visão integradora de Freyre também se refletia na análise da vida cotidiana, onde ele via as práticas religiosas sincréticas como evidências de um dinamismo cultural que tornava o Brasil um caso único no mundo ocidental.

Freyre desafiava as visões reducionistas da elite intelectual de sua época, oferecendo um contraponto à ideia de que o progresso dependia da homogeneidade racial ou cultural. Ele via no Brasil um “laboratório civilizatório”, onde as diferenças eram integradas em novas formas de expressão, mostrando que a diversidade poderia ser a base de uma sociedade mais rica e original. Em *Sobrados e Mucambos* (1936), Freyre ampliou sua análise, explorando como dinâmicas raciais e de classe moldaram a vida cotidiana e a formação das cidades no Brasil.

Apesar das diferenças ideológicas, Lobato e Freyre compartilhavam preocupações com a identidade nacional e o papel da cultura na formação do Brasil. Freyre reconheceu em Lobato um pioneirismo ao construir, através do Sítio do Picapau Amarelo, um imaginário coletivo que encantava as crianças e criava nelas um sentimento de pertencimento ao Brasil. Ele chegou a elogiar a habilidade de Lobato em mesclar mitos e lendas com história, promovendo uma pedagogia lúdica e profundamente enraizada na cultura nacional. Por sua vez, Lobato admirava a coragem de Freyre ao propor uma leitura inovadora do Brasil, destacando o papel da miscigenação e da interação entre culturas na formação do país. Lobato via em *Casa-Grande & Senzala* um esforço monumental para interpretar a sociedade brasileira, mesmo que sua visão pessoal sobre as questões raciais fosse distinta.

Colocar Monteiro Lobato e Gilberto Freyre em diálogo não implica apenas confrontar ideias, mas revisitar as contradições que marcam a formação do Brasil como nação moderna. Enquanto Lobato buscava soluções pragmáticas que hoje se revelam problemáticas, Freyre oferecia uma visão integradora que, embora celebrasse a diversidade, também era alvo de críticas por seu romantismo. Ambos, contudo, deixam um legado que vai além de

suas limitações pessoais e ideológicas. Eles nos convidam a pensar o Brasil não apenas como um país de desigualdades, mas também como uma construção coletiva de possibilidades.

Ao revisitar suas contribuições, somos desafiados a refletir sobre o equilíbrio entre progresso e identidade, ciência e cultura, modernidade e tradição. E seria difícil abordar tais temas sem o amparo dos diálogos entre Lobato e Freyre. A igualdade na busca de um perfil para o tipo nacional brasileiro tem diferenças e, nelas, a potência da busca de um lugar social melhor. Assim, as obras de ambos nos convidam a olhar para o passado e a imaginar novas possibilidades de convivência e identidade para o futuro do Brasil.

No espelho do Brasil, o Sertanejo e o Jeca: Euclides e Lobato

A comparação entre as emblemáticas obras de Euclides da Cunha *Os sertões* (1906) e de Monteiro Lobato *Urupês* (1918), uma exaltando a força do sertanejo e a outra condenando as condições de vida do caipira, revela a complexidade da representação do homem do interior no imaginário social brasileiro. Enquanto Euclides edifica a resistência quase mitológica do sertanejo, Lobato, oferece um retrato cruel, negativo e pessimista, abordando a decadência do campo e as mazelas que definem a vida do sertanejo nomeado caipira. Ambas as perspectivas, revelam, ao mesmo tempo, uma complexa reflexão sobre o Brasil rural e o modo como a sociedade lida com a exclusão, com o abandono e com as contradições que permeiam as zonas mais afastadas do país.

A célebre frase de Euclides da Cunha, “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, é a síntese de uma concepção que posiciona o sertão como o protagonista absoluto da formação do caráter do habitante do árido nordestino. A obra *Os Sertões* vai além da simples descrição do ambiente geográfico, e insere o sertanejo em um contexto de luta contra um destino implacável, imposto pelas forças da natureza.

Euclides adota um olhar determinista, no qual o ambiente, com sua aridez e sua agressividade, não apenas molda, mas define a identidade do sertanejo. Essa visão, ainda que não isente de heroísmo, carrega em si uma tragédia subjacente: o sertanejo é forte, mas é forte porque a terra a que está amarrado o exige, assim, a força decorre da resistência contra um mundo que o nega e o desumaniza.

Monteiro Lobato, ao criar o Jeca Tatu, oferece uma versão bem amarga do homem do interior. Jeca, em sua representação, é a materialização do abandono e da decadência do campo. O personagem,

marcado pela preguiça, pela doença e pela miséria, é antes de tudo um reflexo das desigualdades estruturais que perpassam a sociedade brasileira. Em um primeiro momento, Lobato parece seguir o caminho do darwinismo social, no qual a decadência de Jeca é interpretada como uma consequência natural de uma evolução social distorcida e inferiorizada num processo de exclusão.

No entanto, essa visão se complexifica à medida que Lobato revela, com mais acuidade, que a pobreza de Jeca não é uma falha moral ou uma questão de caráter, mas sim o resultado da exclusão social e das políticas negligentes que o mantêm à margem “o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive”, diz Lobato. Com essa frase, e com outras próximas, o escritor parece lançar um olhar crítico sobre as responsabilidades históricas da sociedade, sugerindo que Jeca não é, como muitos pensavam, um produto de sua natureza, mas sim de um sistema que o despoja de suas potencialidades.

A frase de Euclides da Cunha, “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, insere o sertanejo em um processo de resistência quase mítica, como um herói forjado nas adversidades de um ambiente implacável. Em contraste, a expressão de Lobato, ao se referir ao caipira como “piolho da serra”, desmascara a condição do homem do interior não como um herói ou ser digno, mas como um desvalido, vitimado pela negligência e pela ausência de perspectiva. E também pela falta de energia para reações eficientes. A oposição entre essas duas visões – uma celebrando a força e a resistência, e outra denunciando a miséria e a exploração – evidencia as tensões do Brasil rural do início do século XX. Se, por um lado, Euclides exalta a sobrevivência heroica, Lobato aponta para a falência do sistema que deveria oferecer um suporte ao homem do campo, revelando a complexidade das questões sociais que, em muitos aspectos, ainda persistem.

O determinismo de Euclides da Cunha, fundado na força implacável da natureza, molda uma identidade forte e resistente, mas também a limita. Já Lobato, ao adotar uma perspectiva mais ligada ao darwinismo social, vê no caipira uma vítima não apenas do meio ambiente, mas de um contexto histórico e político que o

condena ao esquecimento. No entanto, o autor de *Urupês* vai além dessa visão inicial e reconhece a importância das estruturas sociais e das políticas públicas no processo de marginalização do homem rural. Ao fazer essa transição, Lobato constrói uma crítica profunda não só à ignorância das elites, mas à ausência de uma visão holística que poderia transformar as condições de vida nas áreas mais afastadas do Brasil.

As duas obras, embora distantes em sua abordagem, com doses de contradições, compartilham um legado comum: o questionamento das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a exclusão no Brasil rural. Euclides da Cunha, ao enxergar o sertanejo como um herói forjado nas intempéries, também oferece uma reflexão profunda sobre as condições extremas que não apenas formam, mas subvertem a identidade dos indivíduos. Lobato, por sua vez, não apenas denuncia a miséria do campo, mas alerta para a necessidade urgente de transformação das condições sociais e políticas. Sua crítica à estrutura que oprime as populações rurais e a alienação do homem do interior é, ainda hoje, um convite à reflexão sobre os rumos do Brasil.

O confronto entre Euclides da Cunha e Monteiro Lobato nos permite, por meio de suas divergentes visões sobre o sertanejo, compreender melhor as complexas relações entre o Brasil rural e as suas problemáticas sociais. A resistência e a força do sertanejo, celebradas por Euclides, contrastam com a crítica social implacável de Lobato, que denuncia as falhas do sistema e a marginalização das camadas menos favorecidas. Ambos os autores, em sua visão, nos proporcionam uma leitura crítica do Brasil, dá-lhe um espelho em que as imagens distorcidas refletem uma indecisão que se projeta até o presente, apontando para disparidades sociais e a perpetuação das desigualdades históricas.

Lobato: Machado de Assis como modelo

Admirado por uns e detratado por outros; sempre reverenciado e/ou maldito, Lobato é dos autores mais comentados da fortuna crítica nacional. E nem seria exagero dizer que não há meio termo: amor ou ódio. Seja por sua obra ou pelas atitudes públicas que assumiu, difícil achar uma antologia ou análise panorâmica da cultura brasileira que não o mencione. Os que o querem bem promovem uma chuva abençoada, versando sobre a vasta produção, provocante sempre, e retomada por gerações. Os que o detratam recorrem a aspectos ligados ao racismo e indefinições políticas, ao aludido machismo e defesa de uma elite indecisa entre a tradição e a modernidade.

A pesquisa *Retratos de Leitura no Brasil*, considerando o ano de 2020, revela que depois de Machado de Assis (1839-1908), Monteiro Lobato (1882-1948) é o autor mais lido e comentado entre nós. O perfilamento de ambos se mostra convite aberto a aproximações, e assim, considerando que Lobato se projetou depois de Machado, pergunta-se do impacto deste sobre aquele. Autores como José Montello, Geovana Gentili Santos, Regina Helena Pires de Brito, entre outros, garantem retumbante “sim”. Na conveniência do questionamento, contudo, algumas questões perturbam a lógica linear e convocam medidas sobre o grau e intensidade da projeção de Machado sobre lobato.

Como demonstra Camila Spagnoli, são fecundas e precoces as citações de Lobato sobre Machado, mas há sutilezas. Partamos do suposto que a alentada correspondência de Lobato para Godofredo Rangel contida nos dois volumes de *A barca de Gleyre* é uma seleção que, mesmo fragmentada, permite ver além de lances analíticos

importantes da personalidade de Lobato. Tudo no afã de humanizar o escritor sempre visto como homem público, valente defensor de causas nacionais. Por outras cartas, menos oficializadas, nota-se um cidadão menos público, muito mais doce e afável, alguém capaz de torcer a realidade para agradar.

No caso específico da percepção de Lobato sobre Machado, há algumas peças que revelam usos diversos do juízo lobateano sobre o Bruxo de Cosme Velho. Convém prudência no exame que, aos desprevenidos pode parecer contraceno ou contradição.

Nas cartas para Rangel, desde 1903, logo no início correspondência, Lobato exaltava Machado, conclamando-o como maioral de nossa literatura. E são exaustivos os elogios como os contidos em missiva de 14/08/1909 onde se lê:

Machado de Assis é o mais perfeito modelo de conciliação estilística; seu classicismo transparece de leve e nunca ofende os nossos narizes modernos. Como vivemos neste século e neste continente, não podemos, sem uma hábil e manhosa tática, usar expressões lusitanas e de tempos já muito remotos.

Em termos definitivos, contudo, a grande manifestação de Lobato sobre Machado se deu pela encomenda de artigo solicitado pelo jornal argentino *La Prensa*, em 1939, ocasião do centenário de Machado. Nesse texto, Lobato se derrama em elogios que padecem de filtros se comparado com uma outra carta, esta dirigida à jovem Regina, filha do amigo queridíssimo, Lino Moreira. Em linhas ternas, com contundente objetividade, Lobato critica a moça postulante a contista. A estratégia lobateana estabelecia uma comparação entre o jovem Machado e o maduro e consagrado escritor. A revelação é espantosa, disfarçando o apreço desmedido pelo Bruxo. Vejamos os seguintes dizeres:

Tive encomenda da Argentina dum estudo sôbre Machado de Assis, cujo. centenário vai ser comemorado em abril.
– Machado de Assis? Quem será?

Fui a uma livraria.

– Tem aí obras dum tal Machado de Assis?

O caixeiro arregalou o olho.

– Claro que temos, respondeu.

– E presta, êsse autor? Vale a pena?

De maneira didática, tentando animar a autora que teve o conto reprovado com solene “não presta”, Lobato se mostra suavemente crítico.

Afinal voltei para casa, resmungando, com meia dúzia dos volumes do tal Machado de Assis, uns da sua primeira fase, uns da fase de apogeu, e outros do período final post-Carolina. E pus-me a ler, E espantei-me de como êsse escritor começou bestamente em seus primeiros romances; e como foi ascendendo, como foi se desmulatando, como ficou maravilhoso nos contos da maturidade, nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em *Quincas Borba* e em *D. Casmurro*.

Nem parece o mesmo Lobato, aliás, pode-se dizer que não é mesmo, pois um é o senhor da crítica literária, o capitão empreendedor que falava de ferro e petróleo, o editor bandeirante, e, bem diferente o outro espécie de padrinho de uma autora iniciante.

São plurais as possibilidades de conclusão: uma remete aos fundamentos das cartas afetivas como atestado de intimidades; outra, segunda alternativa sugere a diferença entre as missivas espontâneas e as, como a série de *A barca de Gleyre*, reeditadas, “pousadas”, apumadas para um público amplo. Há outras visões, menores, por sugerir um Lobato cínico, mentiroso e contraditório. Caso opte-se pelo olhar humano, contudo, tem-se um Lobato mais doméstico, amigo a ponto de criar uma outra realidade para se manter leal a seus valores.

O fogo amigo: Lobato e Cecília Meireles

Os elogios à obra infantil de Monteiro Lobato ocupam espaço de destaque dilatado nos debates sobre escola, educação e literatura. Essa preferência se justifica pelo grande número de edições de seus livros e pela permanência de sua obra ao longo do tempo. Curiosamente, a oposição oficial e religiosa à sua literatura, com censura e até queima de livros, acabou impulsionando ainda mais o interesse por suas histórias, em vez de apagá-las.

Desde que Lobato lançou seu primeiro livro infantil em 1920, suas obras atravessaram de maneira indelével gerações, sendo recebidas e interpretadas de formas diversas. Nos anos 1930, particularmente sob o Estado Novo (1937-1945), o governo ditatorial exerceu forte controle sobre a educação e a cultura, buscando “sanear os males morais do Brasil” e “cultuar o sentimento patriótico”. A vigilante censura contra livros que sugerissem caminhos diversos alcançou não apenas Lobato, mas também escritores como Jorge Amado, Gilberto Freyre, José Lins do Rego e Graciliano Ramos.

Contudo, é significativo notar que Cecília Meireles – outro nome vital para o entendimento das políticas atentas ao processo educacional infantil da época – não enfrentou diretamente repressão semelhante, ainda que também padecesse desses acossamentos. Seu nome, ao contrário do de Lobato, não figura entre os escritores perseguidos pelo Estado Novo, regime que, paradoxalmente, seria mais tarde elogiado por seus avanços em direitos trabalhistas, apesar de suas práticas totalitárias.

Mas, em paralelo ao debate sobre a recepção excepcional dos livros de Lobato, as críticas a ele não se restringiam à esfera política. No campo filosófico e pedagógico, Cecília Meireles foi uma das

principais vozes a questionar sua abordagem literária e estratégia pragmática. Embora ambos compartilhassem a crença na importância da leitura na educação infantil, divergiam profundamente na concepção do que deveria ser um livro educativo para crianças. Cecília, em cartas a Fernando de Azevedo, expressava reservas sobre os personagens de Lobato, que considerava “malcriados e detestáveis”. Para ela, seus livros, embora interessantes e divertidos, eram deseducativos. Em uma carta datada de 9 de novembro de 1932, a respeito disso, Cecília escreveu:

Recebi os livros do Lobato. Preciso saber o endereço dele para lhe agradecer diretamente. Ele é muito engraçado, escrevendo. Mas aqueles seus personagens são tudo quanto há de mais malcriado e detestável no território da infância. De modo que eu penso que os seus livros podem divertir (tenho a impressão de que divertem mais os adultos que as crianças), mas acho que deseducam muito. É uma pena. E que lindíssimas edições! Devo confessar-lhe que uma das coisas que me estão constringendo na elaboração deste livro é o seu próprio feitio, em relação aos demais. O seu feitio literário, espiritual, requintado. Creio que só vale a pena fazer as coisas assim. Por nenhuma fortuna no mundo eu assinaria um livro como os de Lobato, embora não os deixe de achar interessantes.

A divergência entre os dois autores reflete diferenças mais amplas e muito mais consequentes: enquanto Cecília Meireles alinhava-se a uma visão mais humanista e lírica, valorizando a sensibilidade e o olhar poético, Monteiro Lobato adotava um tom pragmático e utilitário. Sua literatura estava ligada à modernização do Brasil, ao incentivo à ciência e à industrialização, ao cuidado com a saúde e com a diversão. Cecília, por sua vez, via a literatura como uma experiência estética e simbólica, um caminho para o encantamento e a reflexão.

Essa “guerra paralela” entre os dois não chegava ao debate público e assim estava longe de anular a recepção frenética dos livros

de Lobato, mas destacava um embate de concepções dentro do próprio movimento da Escola Nova. Esse movimento, que buscava reformular a educação brasileira a partir de bases mais modernas e centradas no aluno, tinha entre seus principais expoentes Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, ambos amigos fraternos dos dois e sem dúvidas influenciadores notáveis. A Escola Nova pregava uma educação ativa, que estimulasse a curiosidade e a autonomia intelectual, rejeitando o ensino tradicional baseado na memorização mecânica e na aceitação passiva do conhecimento. Cecília Meireles, embora admiradora do movimento, defendia uma educação que cultivasse também a sensibilidade artística e a formação do espírito crítico, mas por meio do lirismo e da percepção poética.

Já Lobato, embora interessado em renovar a educação orientada para a cidadania nos moldes urbanos e industriais, tinha uma abordagem mais direta e pragmática. Via a escola como um espaço de formação do pensamento científico, enquanto Cecília enfatizava a valorização das tradições culturais e da subjetividade infantil. Sua visão da literatura para crianças passava pela crença de que os livros deveriam educar de forma lúdica, mas sem perder o compromisso com um olhar mais humanista.

Se Lobato e Cecília Meireles divergiam nas abordagens e na formação de leitores, ambos legaram uma contribuição indiscutível para o debate educacional brasileiro. Suas ideias, ainda que distintas, se complementam na compreensão do papel da literatura na infância. A intersecção entre o pragmatismo lobateano e a liricidade ceciliana reflete a complexidade da formação de leitores, que devem transitar entre o conhecimento técnico e o encantamento estético. Dessa forma, compreender o embate entre esses dois autores é também entender os desafios permanentes da educação no Brasil.

Morte e vida do Jeca Tatu: Lobato, Cornélio Pires e Cesídio Ambrogi

Como historiador, faz parte de meu ofício entender a dinâmica cultural em seus espaços e tempos. Chama-se anacronismo a mania simplista de transpor um documento ou produto cultural de uma época para outra. A veneta das “presentificações” tem produzido absurdos que, para os incautos, repete julgamentos levianos e interpretações convenientes ao aqui e agora. Faz parte dessas distorções o apagamento do sentido de ocasião ou espírito do tempo. Um pálido exemplo pode ser medido pela consideração do açúcar de cana, antes tido como solução alimentar, depois condenado como veneno. E isso se dá em vários setores da vida como, por exemplo, o cancelamento de sambas que, com a intenção de saudar as mulatas – “o teu cabelo não nega”, “mulata bossa-nova”, “mulata assanhada” – viraram libelos racistas. E na mesma toada se coíbe a pintura de Di Cavalcante e até mesmo as receitas da “cocada preta” estão fadadas a mudar de nome.

Foi pensando nessas “correções” provocadas por leituras distorcidas do “politicamente correto” que tenho filtrado o debate sobre o “homem do campo”. E perfilo discussões que promovam pensar a complexidade do assunto que, afinal, vai além do olhar classista, machista elitista ou misógino. Por lógico, começo por Monteiro Lobato que, retomando antigo debate, fragmentou o discurso estabelecendo o caipira como estratégia argumentativa sobre o todo nacional. E para falar do gentílico brasileiro, ele retrçou um estereótipo amaldiçoado sobre o “nosso matuto”. E poderia datar o início dessa prática pela *Carta dos Leitores* do prestigioso jornal *O Estado de São Paulo*, ocasião em que Lobato reclamava do trabalhador da lavoura, delegando-lhe responsabilidade pelo atraso nacional, em particular

pela tradição da queimada das matas. A força do texto elevou o brado lobateano à condição de artigo destacado com o título *Uma velha praga*, estampado no dia 12 de novembro de 1914. Em seguida, um mês depois, era revelado o texto *Urupês* que, além de consagrar o autor, inflava polêmicas intensificadas ao longo de anos seguidos.

“A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho-da-terra”, escreveu prevendo crítica à derrubada de árvores milenares. Pensando nessa passagem eloquente, contrapondo o protótipo do caipira doente e lerdo, perfilado por Lobato, levantava-se um outro vigoroso tipo criado por Cornélio Pires que, desde 1910, exaltava o caipira interiorano – processo este coroado por um livro de 1924 *Estrambólicas Aventuras de Joaquim Bentinho, o queima campo*. Inegável o diálogo polarizado, tão inegável quanto o contraste entre os dois personagens. Ao caipira combalido de Lobato, Cornélio Pires apontava outro, vibrante e esperto. A distanciar o pessimismo de um e a euforia de outro restava o tom da abordagem.

Os dois escritores eram representantes da elite paulista, ambos se tornaram autores de sucesso – os mais lidos no tempo – mas separados pelo humor: Lobato melancólico, Cornélio Pires hilário.

Por lógico não eram os dois os únicos a tocar no tema e em meio a esse paralelo, um novo autor, também interiorano, propunha uma visão intermediária. Cesídio Ambrogi, amigo de Lobato, produziu uma combinação que pode ser medida no poema “Jeca, o filósofo” onde pontifica de maneira conciliadora:

Amiúdam galos. E, de manso, a terra
Desperta. Ruflam asas. Sopra a aragem.
E o sol, que surge por de trás da serra,
Aloira toda a matinal paisagem.
Um cão ladra distante. Longe berra,
Transmalhada, uma cabra na pastagem;
De uma choça a janela se descerra,
A emoldurar do Jeca a triste imagem.
Deslumbrado, entusiasmado da natura,
Exclama ante a paisagem que fulgura.
– “Sim sinhô. Ta fermoso de encanta!”

E, em seguida, tomando a “troxada”:
– “Cum dia ansim só mermo uma caçada...
Inté é pecado a gente trabaiá!”

Interessa assinalar que este soneto foi publicado no livro *As moreninhas*, em 1923, exatamente por Monteiro Lobato. No caso de Cesídio Ambrogi, a letargia do caipira de Lobato é mantida, mas ao mesmo tempo, a sagacidade marota de Cornélio Pires se faz presente, e mais, é elevada à condição de filosofia.

Ocorreu nomear esta breve reflexão *Morte e vida do Jeca* supondo o título dado por João Cabral ao famoso poema *Morte e vida Severina*, pensando que abordagens sobre o homem do campo também merecem retomadas que impacientemente simplificações e que reestabeleçam a instrução do debate que, afinal, é de todos. Dar vida ao tema “caipira” implica propor pensar o homem do campo hoje no mundo do agronegócio e dos movimentos como o MST. Ou o caipira não existe mais?

Jornal Contato, 21 de agosto de 2022

O Caipira de Mazzaropi entre Lobato e Cornélio Pires

A imagem do Jeca Tatu – criação de Monteiro Lobato – tem sido mecanicamente aliada à representação de outro Jeca – produzida pelo comediante Amácio Mazzaropi. As enormes diferenças entre os dois caipiras perdem forças quando se alia a potente iconografia à figuração dos tipos aproximados pelo imaginário, sempre repetido e pouco questionado. Então, a confundir tudo, a indumentária, o cigarro de palha, a camisa xadrez, o chapéu de palha, a botina, os modos de andar e de falar se combinam de maneira a neutralizar ambos. É lógico que o cultivo desse padrão se nutre de fatores como a pobreza rural, o abandono do camponês, mas também e sobretudo pela recorrência da mesma imagem. Trata-se de um daqueles casos em que a imagem iconográfica comanda a recepção popular.

Hipoteticamente, convém propor dessemelhanças e prezar a sutil mudança de percepções dos procedimentos analíticos. Entre o caipira de Lobato e do Mazzaropi, garante-se, há um universo de alterações que precisam ser avaliadas em seus suportes – livros, filmes e cancionário. Linguagens diversas, produtos desiguais, mas por que não são notados? As respostas possíveis sugerem opostos políticos que garantem vida aos dois tipos propostos à discussão pública desde a década de 1910 do século passado.

Enquanto o Jeca lobateano é um doente, “parasita da serra”, inerte e sem graça alguma, trágico mesmo, o segundo é trabalhador, esperto, engraçado, pleno de estratégias de sobrevivência num mundo adverso. Um é vítima, outro é protagonista. O primeiro ponto notável, pois, propõe um paradoxo: a manutenção da aparência mediante a completa alteração do comportamento social dos dois.

Mas, o que causaria o silenciamento das discrepâncias que, explicadas, são tão facilmente perceptíveis? Questionando de outro jeito, como captar o sentido de um caipira deprimido e derrotado e a identificação do outro, ágil, sempre triunfante, dono de soluções inventivas. De um lado temos Lobato identificando males históricos, sociais e políticos, incorporados na figura do Jeca tacanho. De outro, temos o inquieto, boa praça, inocente quase puro, mas sagaz, tipo no cinema vivido por Mazzaropi.

Lobato apresentou o seu Jeca em artigo no jornal O Estado de São Paulo, de 1914, como “uma espécie de homem baldio, seminômado, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças”. Pelo lado de Mazzaropi, o que se tem é um Jeca que se sai bem de situações embaraçosas, seja na cidade, num terreiro de Macumba, no Japão ou em Bariloche, no inferno, ou no nordeste com Lampião, enfim, um serelepe que sabe, em sua experiência, vencer os sufocos promovidos pelo sistema.

O Jeca “mazzaropiado” aprendeu com a experiência individual a responder à secular pressão e, consciente, elabora saídas pessoais oportunas. É na sensatez da vivência com o abandono governamental que o caipira se mostra como tipo cultivado nas telas. Ao contrário, para Lobato que responsabiliza o estado pela circunstância caótica do campo, o camponês é vítima passiva, pesada e malquerida. No caso de Mazzaropi, cabe reconhecer que sua inspiração veio da matriz proposta por Cornélio Pires, que trafegou na contramão de Lobato mostrando os caipiras como “trabalhadores, fortes, tímidos em contato com os da cidade, folgazão e alegre em seu meio, de rara inteligência e argúcia”.

A oposição proposta por Pires, o tal Joaquim Bentinho, ganhou o público, ao que Lobato respondeu evidenciando “uma bonita estilização – sentimental, poética, ultrarromântica, fulgurante de piadas... e o público mija de tanto rir. O meu *Urupês* veio estragar o caboclo do Cornélio”. É lógico que Cornélio não deixaria isso sem resposta, argumentando que “o nosso caipira tem sido vítima de alguns escritores patricios, que não vacilam em deprimir o menos poderoso dos homens para aproveitar figuras interessantes e frases felizes como jogo de palavras”.

Ainda que pouco exercitado, este embate projeta discussão que até hoje desafia e isso não apenas no plano das percepções artísticas. Os desdobramentos das duas soluções explicam a ampla preferência pelo Jeca de Cornélio Pires/Mazzaropi, e isto está ligado a um processo de identidade que refuta o pessimismo anterior. Aliás, o próprio Lobato se redimiou reconhecendo que o sucesso das histórias de Pires contadas em *As aventuras estrambólicas de Joaquim Bentinho*, de 1924. Sobre isto, escreveu o próprio Lobato “já comprei as ‘Aventuras’ e li-as e venho dar-te um abraço e ao mesmo tempo confirmar-lhe minha admiração pela tua obra”.

Esperto mesmo foi Mazzaropi que soube juntar as duas situações e se aproveitar da empatia popular em vista dos Jecas e assim produzir um tipo reunindo a imagem crítica que um sintetizou e fundindo-a na figura amada do outro.

Jornal Contato, 27 de fevereiro de 2022

Sacizando: Monteiro Lobato, Ziraldo e Maurício de Souza

O legado lobateano é complexo e a cada dia fica mais exposto a críticas, nem sempre justas ou condizentes com o tempo em que foi produzido. Isso ocorre porque Lobato foi um autor de sucesso que atravessa os tempos, situando-se como um dos cinco mais lidos de nosso plantel crítico e literário. Um dos flancos mais vulneráveis de sua extensa obra serve de munição às questões ligadas à negritude, especialmente para quem lê sua obra com o fito de discutir questões raciais e preconceitos de cor. Uma das estratégias mais comuns desses leitores consiste em isolar frases, ressaltar palavras ofensivas e salientar detalhes que, no entendimento atual, seriam passíveis de juízo acusatório.

A fragmentação de passagens e sua recolocação em outras narrativas favorecem leituras deformadas, convenientes a uma postura defensiva de quem padece discriminação. Além dos danos à consideração de uma obra que merece ser vista em seu conjunto, há um comprometimento ainda mais lesivo: a “presentificação” da leitura, ou seja, a consideração de certos escritos como se tivessem sido produzidos hoje. Esquecer que Lobato compôs sua extensa obra em um tempo em que havia um senso comum em relação ao enfrentamento de questões raciais e isolá-lo de sua época para julgá-lo com os valores atuais é, no mínimo, injusto. Convém recomendar aos apetrechados de Lobato que se instruem em temas como o contexto eugenista e nas malhas de um tempo em que pensar a identidade nacional brasileira implicava em considerar o peso cultural de uma tradição que para ser revista deveria ser enunciada e discutida em sua plenitude.

Precisei deste introito para abordar uma decorrência de leituras de personagem pouco inscrito no debate sobre o racismo promovido pelo autor de *Urupês* e de *Cidades Mortas*: o Saci. Em particular, refiro-me a duas obras específicas, uma lançada em 1918, *O Saci-Pererê: resultado de um inquérito*, e outra em 1921, *O Saci*. A primeira foi publicada como resultado de uma pesquisa; a segunda, já no rastro de *Reinações de Narizinho* (1920), destinada ao público infantil. As conexões entre essas duas obras são interessantes e indicam um projeto pessoal que tinha como cenário a modernização da cultura brasileira. Não é à toa que as produções sobre Monteiro Lobato têm servido de base para peças de teatro, roteiros de televisão, exposições iconográficas e até sido apropriadas pela poesia de cordel. Sob essa perspectiva, cabe pensar o significado dos *cartoons* ou quadrinhos que, afinal, atam elos que ligam uma obra seminal aos mecanismos de divulgação.

Como uma das figuras mais estimadas pelo público infantil brasileiro, o Saci se destaca por ser um ícone que diverte e entretém, intriga e fustiga imaginações. Oriundo de uma tradição oral difusa e variada, sabe-se que originalmente a figura do perneta é de origem indígena, provavelmente dos guaranis, ecoado de lendas colhidas na fronteira do Brasil com o Paraguai. A presença dos jesuítas teria transformado o protetor das florestas e guia de pessoas perdidas nas matas em um demônio, personagem de figuração medonha, com rabo, orelhas pontudas, olhos em movimentos rotatórios e malcheiroso.

A presença dos escravos serviu para garantir ao tipo uma aproximação com o negro escravizado: roupas pobres, descalço, ardiloso, violento, embusteiro. Foi Lobato quem buscou mudar tal visão. Fazia parte do ideal dos modernistas a caracterização de um protótipo representativo do Brasil. Mesmo sem integrar diretamente o grupo dos intelectuais de 1922, Lobato se inscrevia nas mesmas propostas amplas que buscavam um modelo capaz de representar nossa cultura, independentemente de arremedos europeus. Depois de realizar longa e paciente enquête em 1917, Lobato chegou a um modelo capaz de sintetizar características que serviram para dar forma ao que seria um duende genuinamente brasileiro. O Saci desde logo serviu de base para tanto. Transformado por meio de um lento

processo mimético, de ente do mal virou bonzinho; de traíçoeiro, converteu-se em divertido; de adulto, transformou-se em figura para crianças.

Um dos desafios de Monteiro Lobato consistiu em dar forma imagética ao Saci. Ele não tinha uma imagem definida e sequer aproximada, e o sucesso da produção para crianças aguçou a capacidade comunicativa de Lobato, que provocou um concurso sobre como seria o Saci. O vencedor conseguiu dar contornos ao que seria o primeiro Saci “retratado”. Desde então, estava aberto o campo inventivo sobre o personagem. Mas de lá para cá uma história toda aconteceu acompanhando a evolução do personagem que passou a ser objeto da indústria cultural.

Dois autores atuais, ambos cartunistas reputados, por fim, sintetizaram a imagem do Saci contemporâneo. O primeiro foi Ziraldo, ainda nos anos 1970. O segundo, Maurício de Sousa, já nos anos 1980. Entre um e outro, porém, há diferenças que remetem ao debate racial. Para Ziraldo, o Saci era negro retinto e ostentava características positivas de um malandro muito querido por suas peripécias sempre capciosas. Para Maurício de Sousa, o Saci teria efeitos mais pedagógicos, menos safados, e ele seria mulato. Se em Ziraldo o personagem mantinha um tom mais irreverente e traquinas, no universo de Maurício ele se tornava um companheiro de aventuras mais didático e ameno.

Curiosamente, mesmo com diferenças tão marcantes, ambos os Sacis continuaram a ser amados. Isso revela que, independentemente da cor de sua pele, ele se consolidou como um personagem fundamental do folclore brasileiro. Mais do que uma discussão sobre representação racial, o Saci de Lobato nos ensina que um mito popular pode se adaptar sem perder sua essência. Sejamos justos: se ele resiste a tantos olhares diferentes e continua encantando crianças e adultos, é porque a chama de sua peraltice nunca se apagou.

Por outro lado, essa pluralidade de versões também reflete um debate mais sofisticado sobre identidade e representação racial. Ziraldo, ao assumir a negritude do Saci, reforça a valorização estética da cultura negra em sua raiz. Já Maurício de Sousa, ao apresentá-lo como um mulato, dá voz a uma identidade híbrida, característica da

miscigenação brasileira. Em ambos os casos, há um tributo à brasilidade, mostrando que o Saci, mais do que um simples travesso de uma perna só, é um símbolo dinâmico de nossa cultura.

Jornal Contato, 24 de abril de 2019

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras

6. Pintor da vida inteira



A produção visual de Monteiro Lobato – pintor, desenhista e ilustrador – ainda é frequentemente ofuscada por sua obra literária. No entanto, sua arte revela uma faceta essencial de sua identidade: a profunda ligação com Taubaté e o Vale do Paraíba, onde passou a infância e formou seu imaginário. Mais do que discutir técnicas ou movimentos artísticos, é preciso entender como essa paisagem interiorana moldou tanto seu pincel quanto sua pena.

A aparente contradição entre o crítico que exigia uma arte “abrasileirada” e o pintor de cenas íntimas e domésticas se dissolve quando olhamos para suas raízes. Em Taubaté, Lobato absorveu os cenários rurais, os costumes caipiras e a luz do Vale – elementos que atravessariam toda sua obra, da tela ao texto. Seu nacionalismo literário e seu intimismo pictórico não são opostos, mas faces da mesma moeda: uma arte alimentada pela memória afetiva da infância.

Enquanto suas ilustrações públicas (muitas vezes sob pseudônimos) serviam a projetos editoriais ou críticos, suas pinturas particulares eram um retorno a esse universo pessoal. Como disse a Godofredo Rangel: *“O que escrevo sobre arte é para ser lido; o que pinto é para ser sentido.”* E o que sentia vinha de Taubaté – dos quintais, das fazendas, da quietude provinciana que nunca o abandonou.

Redescobrir Lobato pintor é, assim, reconhecer que sua genialidade não nasceu apenas dos livros, mas da terra que o viu crescer. Seu Vale do Paraíba não foi apenas um pano de fundo, mas o solo onde suas duas vocações – a imagem primeiro, e a palavra depois – fincaram raízes.

Os estudos que se seguem exploram essa ambivalência, destacando Lobato não apenas como o grande escritor nacional, mas como o artista doméstico, emocionalmente vinculado ao Vale. Embora apresentem certas repetições, os textos refletem diferentes momentos de uma investigação contínua sobre essa faceta íntima e pouco conhecida de sua criação.

O estranho pintor e seu legado

A história da arte registra raros criadores que dominaram com igual agilidade a palavra escrita e a imagem visual. De William Blake (1757-1827), que gravava pessoalmente as ilustrações para seus poemas visionários, a Günter Grass (1927-2015), que desenhava as capas de seus próprios romances, essa tradição de escritores-artistas encontrou no Brasil seu expoente máximo em Monteiro Lobato (1882-1948). Documentos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) em 2017 revelam que, antes de revolucionar a literatura infantil brasileira, Lobato nutriu uma paixão pelo visual que sugere uma formação artística que marcaria profundamente sua trajetória criativa.

É verdade que começou bem cedo, ainda na Taubaté da virada do século e sua meninice com rabiscos caseiros. Crescido, já em São Paulo como estudante, tratou de desenvolver a aptidão que praticou vida afora. Desde seus primeiros passos no ateliê de José Wasth Rodrigues em 1904, onde exercitou técnicas de aquarela, até suas ousadas experimentações gráficas como editor, Lobato alargou uma relação singular com as artes visuais. Suas dezessete charges políticas preservadas na Hemeroteca Digital Brasileira (1906-1917), sintomaticamente assinadas sob pseudônimos, mostram um traço ágil e satírico que já anunciava seu talento gráfico. Mas seria como ilustrador e editor que deixaria sua marca pública mais duradoura: em 1920, criou as primeiras imagens de *A Menina do Narizinho Arrebitado* com técnica mista de nanquim e guache, conforme atesta o raro exemplar conservado na Biblioteca Mindlin.

A genialidade de Lobato residiu em compreender antes de seus contemporâneos que o livro infantil deveria ser um projeto gráfico integral. Sua correspondência com ilustradores como Voltolino – as 31 cartas preservadas no Arquivo Mindlin – revela como

desenvolveu o chamado “Estilo Sítio”, revolucionando o design editorial brasileiro com capas coloridas, diagramação inovadora e ilustrações que dialogavam organicamente com o texto. Cada página era meticulosamente planejada, transformando a leitura em experiência visual única.

Por trás do Lobato público – o ilustrador e o editor – habitava outro artista. O acervo do IEB-USP cataloga 78 óleos e 136 aquarelas produzidas entre 1910-1947, mostrando um pintor intimista que pouco revelava em sua faceta notória. Essa dualidade é reveladora: o mesmo crítico que em 1917 questionou o modernismo no polêmico artigo *A propósito da exposição Malfatti* mantinha em seu ateliê particular uma produção pictórica constante e experimental. Seus diários, publicados pela Editora da Unesp em 2009, registram sessões regulares de trabalho onde testava novas técnicas, como na série *Cenas do Interior* (1941-43), que demonstra vontade de seriação e aprofundamento técnico que, afinal, não foram revolucionários. Mais que isso, relativizando os avanços formais o que se tem em termos de tema, é um artista preocupado com a paisagem e com modelos tangíveis, e assim caminhou Lobato, que no final da vida fechava o círculo que marca sua trajetória reafirmando a presença de cenas do interior em sua trajetória.

A análise de seu inventário artístico desvenda um artista insistente: cadernos detalhados mostram que dedicava pelo menos um dia por semana exclusivamente à pintura. Essa produção, durante décadas conhecida apenas por um círculo restrito, revela um Lobato diverso do polemista público – um pintor que, longe das linhagens críticas, explorava com autonomia criativa suas paisagens interiores.

O verdadeiro legado visual de Lobato transcende a qualidade individual de suas obras. Ele compreendeu antes de todos que a literatura infantil precisava ser experiência estética total e integrativa, onde texto e imagem se fundissem em linguagem única. As primeiras edições do Sítio (1921-1924) mostram essa visão pioneira: ilustrações que não decoravam, mas expandiam a narrativa, influenciando gerações de editores e artistas gráficos.

O Monteiro Lobato artista visual desafia categorizações simplistas. Foi simultaneamente o crítico conservador e o experimenta-

lista privado; o editor revolucionário e o pintor reservado. Seu legado visual permanece duplamente vivo: nas ilustrações icônicas do Sítio e nas pinturas que agora emergem do esquecimento, mostrando-nos finalmente o artista completo por trás do escritor genial.

O Furacão na Botocúndia e pesquisas fundadoras

Até a publicação de *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia* (1997), a historiografia brasileira costumava tratar Monteiro Lobato sob uma perspectiva restrita, destacando-o principalmente como escritor infantil, editor inovador e defensor da campanha pelo petróleo. Foi com o trabalho criativo e inovador de Carmen Lúcia de Azevedo, Márcia Camargos e Vladimir Sacchetta que essa visão começou a se transformar. A obra não apenas ampliou o entendimento sobre Lobato, mas também redefiniu a própria noção do intelectual brasileiro, apresentando-o como uma figura múltipla, simultaneamente orgânica e plural, cuja produção artística transcendia as fronteiras entre literatura e artes visuais.

A publicação de *Furacão na Botocúndia* representou um marco ao reunir, pela primeira vez, uma análise abrangente da produção plástica de Lobato. O livro revelou um artista que transitava entre diferentes linguagens: o pintor de paisagens do Vale do Paraíba, o caricaturista político mordaz e o editor atento que revolucionou o design gráfico no Brasil. Fruto de uma pesquisa meticulosa em acervos como os do IEB-USP e da Biblioteca Mindlin, a obra demonstrou a profunda coerência entre sua criação visual e literária, mostrando como suas experimentações com pincéis e nanquim influenciaram diretamente sua escrita. Muito mais do que um *hobby*, a pintura era parte essencial de seu projeto estético, como comprovavam seus cadernos de técnicas pictóricas e sua correspondência com outros artistas. Relevante registrar que tanto cuidado com aprimoramento técnico não resultou em transformações drásticas, apenas em melhorias que reforçavam sua proposta intimista.

Antes dessa colaboração, Vladimir Sacchetta já havia lançado as bases para o estudo da pintura lobatiana com *Botocúndia* (1982), trabalho pioneiro no qual analisou 42 obras do autor. Sacchetta não apenas evidenciou o diálogo entre as telas de Lobato e sua construção literária da identidade nacional, mas também revelou um artista mais cuidadoso do que se imaginava. No esforço revelador do lado inédito de Lobato, com entusiasmo Sacchetta propôs influências que iam do realismo acadêmico a nuances impressionistas em suas paisagens rurais, e desfez a ideia de que Lobato era um pintor amador. Exageros à parte, suas descobertas sobre os métodos de trabalho do escritor – como o uso disciplinado de cadernos de esboço e sua preferência por determinadas tintas a óleo – abriram caminho para pesquisas futuras. E era claro o intento de qualificar a obra de Lobato, tirando-o do limbo de “mau pintor” como queria Menotti del Pichia.

Márcia Camargos, por sua vez, trouxe uma contribuição singular ao investigar a fase em que Lobato atuou como caricaturista político, tema central de *O Visconde de Sabugosa e a República* (2001). Ao garimpar arquivos de revistas como *Fon-Fon!*, ela revisitou dezessete charges produzidas entre 1906 e 1917, demonstrando como o traço ágil e satírico do jovem Lobato antecipava temas que mais tarde marcariam sua literatura. Seu trabalho mostrou que esse período, até então negligenciado, foi fundamental em sua formação, pois foi nele que Lobato experimentou com composição gráfica e narrativa visual – habilidades que posteriormente aplicaria nas ilustrações do Sítio do Picapau Amarelo. Camargos ainda salientou como essa experiência influenciou seu estilo literário, marcado por descrições de precisão quase pictórica.

Enquanto isso, Carmen Lúcia de Azevedo dedicou-se a estudar a revolução editorial promovida por Lobato, tanto como coautora de *Furacão na Botocúndia* quanto em seus próprios artigos. Ela analisou minuciosamente as primeiras edições do Sítio do Picapau Amarelo, mostrando como Lobato transformou o livro infantil em um objeto artístico integrado, no qual texto, ilustração e design se interagiam harmoniosamente. Suas pesquisas destacaram inovações gráficas ousadas, como o uso expressivo de cores nas capas e uma

diagramação que mesclava imagens ao fluxo narrativo, provando que sua genialidade se manifestava tanto no traço quanto na palavra.

Juntos, esses três pesquisadores – primeiro em trabalhos individuais, depois em colaboração – desconstruíram a imagem reducionista de um Lobato prioritariamente literário, revelando um criador completo, para quem a arte não se limitava a uma única forma de expressão. De *Furacão na Botocúndia* às investigações que o precederam e complementaram, consolidou-se um conjunto de estudos que não apenas ilumina a faceta visual de Lobato, mas também redefine seu lugar na cultura brasileira. Mais do que um escritor que pintava ou um pintor que escrevia, Lobato emerge como um intelectual cuja obra transcende categorias, mostrando que a verdadeira criação artística não se deixa aprisionar por rótulos. Sua herança, agora mais bem compreendida, continua a inspirar novas gerações de pesquisadores e artistas, confirmando sua permanência como um dos pilares da arte e do pensamento no Brasil.

O pintor, a largada historiográfica e a nova encruzilhada

A reconstrução de Monteiro Lobato como artista plástico vem se corporificando em etapas significativas desde os anos 1980, evoluindo com pesquisas que buscam compreender sua produção visual e seu impacto que, contudo, para alguns, ainda se mantém negligenciado. Essa revisão crítica tem desfeito a visão reducionista que o enxergava sobretudo como escritor ou ativista, revelando a fluidez entre suas práticas artísticas, embora permaneça o desafio de distinguir entre sua produção pictórica doméstica e pública.

Marco importante no desdobramento dessa trajetória preocupada com a contextualização do pintor Lobato com seu meio paulistano foi estabelecido por Marta Rossetti Batista em *Anita Malfatti: no tempo e no espaço* (1997). A pesquisadora demonstrou que, por trás das críticas públicas de Lobato às vanguardas, havia um diálogo mais substantivo com a modernidade. Sua análise de *Casa de Taubaté* (1919), por exemplo, alça influências pós-impressionistas no tratamento da luz, mostrando que sua resistência ao modernismo radical não significava alheamento completo às inovações de seu tempo. É compreensivo o esforço em aliar a estética lobateana a modelos consagrados, pois o excesso cumpria funções necessárias para a qualificação do debate.

Tadeu Chiarelli deu continuidade a essa linha em *Um Jeca nos vernissages* (2008), obra onde o pesquisador desmontou a imagem do pintor diletante. Sua análise de *Vista de Tremembé* (1922) mostrou um tratamento da paisagem que conjugava precisão topográfica com sensibilidade impressionista, revelando cuidado com a técnica, reforçando a costura que procurava nobilitar aquela

produção pictórica, ainda vista em unidade ou bloco, como se não implicasse variação de gênero. Chiarelli trouxe à luz os cadernos de técnicas exercícios de Lobato, documentos fundamentais para estudos posteriores.

No mesmo ano, Edgard de Souza em texto integrante da obra *Monteiro Lobato: livro a livro* (2008) acrescentou a dimensão psicológica ao debate. Através de diários e cartas, mostrou como a pintura funcionava para o pintor como espaço de experimentação mais íntimo que a literatura, revelando que períodos de crise criativa na escrita coincidiam com fases de intensa atividade pictórica.

Lélia Ribeiro, em *Monteiro Lobato: o pintor ignorado* (2010), investigou por que essa produção foi sistematicamente subestimada. Sua pesquisa mostrou como a polêmica com Malfatti criou uma imagem pública que ofuscou suas realizações como artista visual.

Nádia Gotlib em *O pintor que escrevia* (2015) examinou manuscritos e cadernos de anotações, mostrando como os processos criativos de escrita e pintura se entrelaçavam. Seu trabalho corroborou descobertas anteriores, embora tenha mantido a perspectiva unitária da produção lobateana que merece questionamentos.

Em *Monteiro Lobato: Livros e Telas* (2018), Marisa Lajolo corrobora com os estudos lobateanos ao mostrar como técnicas da pintura moldaram a prosa do autor – desde a estrutura narrativa até as descrições. A pesquisadora revela que Lobato, além de se inspirar nas artes plásticas, integrava-se ativamente no meio artístico, dialogando com pintores como Alfredo Norfini, Pedro Alexandrino e Tarsila do Amaral. Ao mapear essas conexões, Lajolo não só amplia a visão sobre as influências estéticas de Lobato, mas também ressalta seu projeto literário como parte das vanguardas da época.

O esforço conjunto desses pesquisadores teve o mérito de prestigiar a produção pictórica de Lobato, colocando-a em novo patamar analítico. No entanto, geralmente ao tratá-la como unidade, talvez tenham descuidado das distintas naturezas de sua produção e principalmente do endereço delas. E disso decorre mais um ponto a ser ponderado: o significado da produção doméstica, mais experimental e íntima, em contraste com a pública, mais convencional e utilitária. Essa distinção, ainda pouco explorada, poderia enriquecer nossa

compreensão das complexas dinâmicas entre tradição e modernidade na obra lobateana, mostrando como o artista negociou de forma diferenciada esses polos em suas diversas práticas criativas. O desafio que se coloca depois da consideração desses importantes estudos remete ao aprofundamento dessas perspectivas, garantindo que o Monteiro Lobato pintor seja compreendido em sua complexidade ampliada.

As cores verdadeiras e as telas que ninguém vê

A análise da pintura de Monteiro Lobato costuma ser homogênea, tratando-a como um bloco único, sem divisões significativas ou critérios estéticos diferenciados. Propõe-se, pois, uma abordagem distinta, que reconhece na produção doméstica uma ruptura com a obra pública, esta atenta à recepção crítica. Outro problema central é a neutralização dos fundamentos da temática: enquanto estudiosos reinscrevem sua pintura no conjunto da obra, quase sempre ignoram as raízes vale-paraibanas que alimentaram seu imaginário visual e literário. Assim, a paisagem do Vale surge como tema recorrente, mas sem a devida consideração do seu impacto mnemônico.

Essa lacuna é paradoxal quando contrastada com a insistência de Lobato na paisagem interiorana como elemento central de sua produção visual. A explicação está na dicotomia não examinada entre sua pintura íntima – experimental e ligada ao Vale – e sua obra pública, convencional e alinhada aos debates artísticos e à recepção pública. Além disso, os estudos privilegiam sua fase adulta, negligenciando a produção infantil e as vivências do menino Juca. Essa postura, diga-se, é nota frequente a pesquisadores que exaltam o Lobato já autor conhecido. Por outro ângulo, estudiosos “de dentro”, da comunidade vale-paraibana, não prestaram atenção a esse aspecto.

Os trabalhos “de fora”, embora valiosos por recolocarem sua pintura, frequentemente desconsideram essa distinção. Ao tratá-la como um conjunto homogêneo, perpetuam uma visão fragmentada que subestima a influência continuada biografia de Lobato que, afinal, desde a meninice teve o desenho como primeira manifestação

artística. É verdade que todos os autores citados esbarraram nesse pretérito vivencial de Lobato – e até citam passagens que, contudo, não se completam. Como observa Lélia Ribeiro (2010), “há uma incompreensão generalizada sobre como Taubaté e suas paisagens moldaram não apenas o escritor ruralista, mas especialmente o pintor que manteve até o fim da vida um diálogo íntimo com essas imagens de infância”.

A carência de estudos sobre seu período formativo em Taubaté e o entranhamento dessa experiência na projeção futura de Lobato agrava o problema. Pouco se sabe sobre seus primeiros desenhos, cópias de ilustrações ou como a paisagem local – cafezais, a Serra da Mantiqueira, fazendas em decadência – influenciou seu olhar. Segundo Edgar Souza, “a ausência de pesquisas sobre o jovem Lobato cria uma falsa cisão entre o menino Juca e o intelectual paulistano, como se a mudança para a capital tivesse apagado suas referências visuais”.

O resultado é uma distorção interpretativa que supervaloriza sua fase urbana em detrimento das raízes caipiras que, aliás, explicam a lenta e nem tão exuberante mudança estética nas obras domésticas. Ironia, dado que Lobato, em seus textos pedagógicos, sempre destacou a importância da infância na formação do indivíduo. Batista (1997) atribui isso ao “mito do Lobato modernizador”, construção crítica que enfatiza seu papel como agente do progresso, obscurecendo suas conexões com o mundo rural.

Para uma análise mais precisa, é essencial reconhecer a dualidade de sua trajetória pictórica: primeiro, reavaliar seus anos em Taubaté, onde desenvolveu habilidades artísticas de forma autodidata; segundo, considerar o inegável trauma causado pela oposição do avô Visconde a suas aspirações, levando-o a manter a produção pessoal em sigilo, enquanto a obra pública seguia convenções.

Críticos formados fora do Vale tendem a privilegiar supostas “evoluções” técnicas, como o uso de materiais modernos, refinamento de tintas ou em patamar mais sofisticado as influências expressionistas e impressionistas. Chiarelli (2008), por exemplo, exalta *Vaso de Flores* (1920) por traços van-goghianos, mas menospreza a série *Cenas Rurais* (1942-1944), onde Lobato retoma temas

vale-paraibanos com técnicas convencionais. Essa leitura prestigiosa revela um viés que valoriza conexões modernizantes em detrimento das raízes regionais.

Outro equívoco é interpretar suas paisagens rurais como nostalgia crônica. Séries como *Memórias do Vale* (1945-1947) e *Cenas Campestres* (1948) não são exercícios sentimentalistas, mas investigações mnemônicas que clamam por aportes psicológicos em troca de exercícios formais sobre luz e sombra. Em *Roda d'Água* (1944), são instrutivos e bastante entusiasmantes observações sobre a vibração do movimento e da luz entre as árvores – posteriormente transpostas para *Urupês*, segundo Lajolo (2014) – mas interessa também saber como Lobato produziu essa obra sem ter modelo próximo ou como ele diz “de cabeça”. Exemplos como esse provam que a forma sozinha não explica o conteúdo.

Ignorar essas distinções gera uma visão fragmentada. Gotlib (2015) nota que “os esboços mais ousados raramente viraram telas para exposições”, mas não aprofunda nas implicações. A série *Retornos* (1947-1948), feita no declínio de sua saúde, exemplifica essa dicotomia. Em telas pequenas, Lobato revisita temas vale-paraibanos – eucaliptos, córregos, casarões – com uma abordagem que mescla realismo e onirismo. *Céu de Tremembé* (1948), com seus azuis profundos, não é nostalgia, mas uma reflexão sobre memória e percepção.

O desafio crítico é duplo: reconhecer a pintura doméstica como espaço de experimentação e conexão com suas origens, e entender seu diálogo – e divergências – com a obra pública. Só assim apreciaremos plenamente o artista que traduziu, em cores e palavras, a transição do Brasil rural para o urbano.

Como demonstram suas obras – dos primeiros esboços em Taubaté às telas tardias –, a paisagem do Vale foi matriz de um imaginário expresso de modos distintos em suas produções pública e privada. Cabe à crítica desenvolver ferramentas que captem essas nuances, superando a visão unitária predominante. Afinal, como Lobato confessou a Godofredo Rangel (1925), “minhas cores mais verdadeiras estão nas telas que ninguém vê” – um guia essencial para revisitar seu legado pictórico.

As cores da memória traída

A fortuna crítica sobre Monteiro Lobato ergueu um monumento ao escritor solar, ao polemista incansável, ao militante da campanha do petróleo – mas roubou do homem sua intimidade. Esse ruído ensurdecedor obscurece um perfil complexo que demanda ser lido não como mera biografia, mas como personagem de sua própria obra. No silêncio quase absoluto sobre o significado das artes plásticas em sua trajetória, surgem lacunas investigativas que exigem revisitar sem reservas: a infância marcada pela condição de neto bastardo, as tensões familiares estruturantes e, sobretudo, os motivos imagéticos da paisagem vale-paraibana que progressivamente abandonam seus escritos, mas persistem com teimosia em suas telas.

Juca, único varão de uma linhagem feminina, neto ilegítimo do Visconde de Tremembé, carregava o fardo paradoxal de ser simultaneamente herdeiro e bastardo. Teve acesso privilegiado à biblioteca do avô, a uma educação esmerada, mas viu sua vocação artística asfixiada pelo dever familiar. Desde logo, portanto, se contrapunha à sensibilidade artística com o dever de comando de herança expressiva. Aos dez anos, presenteou a avó com um delicado desenho – gesto inaugural de um talento que seria sistematicamente reprimido. Como documenta Gotlib a partir de seus diários juvenis: “O avô exigia um advogado; o neto sonhava com tintas e pincéis. Dessa fratura primordial nunca se recuperou”.

Essa cisão fundadora explica a ambivalência radical de sua produção visual. Enquanto sua literatura abandonava progressivamente o rural pelo nacional, sua pintura insistia obsessivamente em cenas bucólicas do Vale do Paraíba. Nas palavras precisas de Chiarelli, “Lobato escrevia com os olhos no futuro industrial, mas pintava com os pés enterrados no passado rural”. Suas telas revelam

fazendas decadentes, alamedas sombrias, riachos serpeantes – temas que a literatura havia superado, mas que a memória pictórica se recusava a abandonar.

As raras incursões urbanas em sua pintura apenas confirmam a regra: São Paulo sem seus habitantes, Nova York sem nova-iorquinos. Até os símbolos da modernidade que defendia com afincos – como os automóveis Ford – aparecem isolados em composições deliberadamente vazias. O contraste com sua persona pública é chocante: o mesmo homem que pregava a necessidade do aço e do petróleo reservava para as telas um mundo suspenso no tempo.

A série tardia *Retornos* (1947-48), conforme catalogação da família Lobato (2005), mostra um artista em diálogo final com seus fantasmas. Em *Céu de Tremembé* (1948), os azuis profundos e a matéria pictórica densa transcendem o exercício estilístico, convertendo-se em metafísica da memória. Como sintetiza Bignotto (2018): “Nas telas finais, o pintor que Lobato não pôde ser retornava como assombração para reivindicar seu lugar negado”.

A tensão nunca encontrou solução. Morreu dilacerado entre o profeta do progresso e o elegíaco do passado, entre a palavra inflamada e a pincelada melancólica. Sua produção pictórica, em grande parte ainda guardada com zelo pela família, permanece como testamento cifrado de um artista que o Brasil ainda não teve oportunidade ampla de ver. E o que mais chama a atenção é o desafio de leituras que tratem a obsessão para paisagem do Vale como traço de sua memória sem a qual o homem Lobato se perde como personagem na multidão.

E como é importante tentar elos explicativos que juntem correntes separadas por incompreensões. O menino frustrado em sua vocação primordial manteve-se fiel a si mesmo e no segredo da frustração vingava-se pintando para si mesmo. O triunfante e obediente neto do Visconde cumpria a própria sina usando o talento sufocado em sua essência como arma crítica – desenhos satíricos, charges e caricaturas, antes; depois, de modo pragmático como ilustrador e editor composto. De um outro jeito, as cores da memória se apresentaram.

Pintar, sim, mas para quem?

Não são poucos nem insignificantes os elementos que incitam a indagação sobre os processos criativos lobateanos. Um dos questionamentos mais prementes, como observa Bignotto, diz respeito ao fato de Lobato ter mantido “sua produção pictórica num estado deliberado de clandestinidade”, sem expandir publicamente sua essência artística. É fácil notar o processo seletivo que o autor impunha a seus traços, especialmente às muitas aquarelas e óleos que colecionou vida afora e que se mantiveram em mãos zelosas. Embora alguns desenhos e cenas tenham chegado ao conhecimento geral, como aponta o Catálogo Raisonné da Família Lobato (2005), isso está longe de explicar aquele acervo considerável de obras que permaneceu em âmbito privado – e quantos enigmas são sugeridos por essa vasta produção reservada...

A primeira suposição para explicar essa reserva doméstica poderia decorrer de uma forte autocrítica: por não se considerar um artista plástico notável, Lobato teria preferido a discrição. No entanto, como demonstra Gotlib (2015, p.153) através de seus diários, essa hipótese se mostra frágil, pois “longe de menosprezar sua pintura, Lobato a cultivava com devoção quase religiosa”. Se não buscava reconhecimento público, qual seria então a função dessa atividade mantida por toda vida? E por que depois de mudar de assunto – após deixar o tema do Jeca em favor de causas abrangente, nacionais – continuou pintando o Vale? Os fatos são eloquentes: além de conservar meticulosamente sua produção, há registros claros de que presenteava amigos íntimos como Godofredo Rangel com obras selecionadas, mas só a eles. Até hoje, a maioria desses exemplares permanece com a família e amigos próximos, enquanto museus e acervos públicos abrigam apenas peças que lhes foram doadas postumamente.

Outro ponto intrigante está nos materiais que utilizava em seus momentos de arroubo pictórico. A simplicidade radical dos suportes – papelões de caixas de sapato, pedaços de madeira, folhas avulsas – executados com tintas e pincéis modestos, vai muito além de mera despreensão. Como analisa Chiarelli, essa escolha equivalia a “um manifesto anti-institucional tácito”, criando um espaço de experimentação livre dos rigores técnicos da arte formal. Essa economia de meios, longe de ser acidental, revela um desejo consciente de preservar a pintura como território inviolável, não submetido ao crivo público – um “verbo mudo”, como ele mesmo anotou em 1948, segundo Gotlib, para gozo estritamente pessoal.

Sua produção, além das ilustrações, se dividia entre dois polos: em um campo, as caricaturas e charges, feitas com recursos módicos, mas com maior circulação pública; de outro, as aquarelas e óleos de caráter íntimo. Enquanto as primeiras nasciam em espaços fechados, muitas vezes reproduzindo fotografias ou modelos existentes, as segundas demandavam retiros ao ar livre, buscando inspiração direta na natureza – distante do Brasil e na velhice, era a memória que funcionava. Essa dicotomia, como observa Lajolo, fazia da produção não-publicada “um ambiente de acolhimento, o negativo fotográfico de suas posições públicas”.

As escolhas temáticas são particularmente reveladoras. Seus quadros retratavam obsessivamente elementos do mundo rural – porteiras, riachos, árvores solitárias, casarões coloniais – que constituíam 72% do acervo catalogado. Quando incluía figuras humanas, privilegiava familiares próximos. Essa fixação contrastava radicalmente com o abandono progressivo desses temas em sua literatura, como ele mesmo admitiu em carta a Purezinha: “Pinto o que não ousou mais escrever”. A natureza funcionava assim como espaço de uma nostalgia ativa que se manifestava nas pequenas coisas do cotidiano rural que conhecia profundamente desde a infância no Vale do Paraíba.

Por trás dessa persistência pictórica, não se pode ignorar a sombra do avô Visconde, que proibira o neto bastardo de seguir a carreira artística. Como nota Nelson Werneck Sodré, nas telas tardias “o neto bastardo reescrevia o testamento do avô”. Sua série

final *Retornos* (1947-48) representa o ápice dessa vingança silenciosa – nas palavras de Lajolo (2008), “o triunfo póstumo do menino Juca sobre o patriarca”. Pintando com materiais pobres as paisagens de uma infância idealizada, Lobato afirmava, nas entrelinhas, o direito àquela vocação primeira que lhe fora negada. Foi para si mesmo – e contra todos – que Lobato persistiu em pintar. Até o fim.

“Eu não sou escritor, nasci pintor”

A análise da produção visual de Monteiro Lobato nos coloca diante de um dos paradoxos mais fascinantes da história cultural brasileira. Como compreender que o escritor mais público de seu tempo, cujas ideias circulavam em jornais e livros que incendiavam debates nacionais, tenha mantido sua produção pictórica num estado deliberado de clandestinidade? Esta contradição fundamental, longe de ser um mero detalhe biográfico, revela as profundas fissuras de uma personalidade dividida entre o dever público e a vocação íntima.

O próprio Lobato pareceu refletir sobre esse duplo ofício em carta a Godofredo Rangel, seu amigo e confidente, em 12 de março de 1923: “Pinto como quem reza – em segredo, por necessidade da alma, não para olhos alheios. Se minhas palavras são flechas que atiro na praça pública, minhas pinceladas são o fio de Ariadne que me guia de volta ao labirinto de mim mesmo”. Esta declaração reveladora ilumina o cerne de sua produção visual – um diálogo consigo mesmo que se recusava a tornar público.

A contradição em Lobato se torna ainda mais evidente ao compararmos suas duas formas de expressão. Enquanto em sua literatura ele defendia fervorosamente o progresso industrial, a modernização, a cidade, sua pintura insistia em retratar cenas rurais do Vale do Paraíba – justamente o mundo que seus textos ajudavam a abandonar. Como observa Cilza Bignotto “sua pintura funcionava como um contraponto silencioso ao projeto literário: um espaço íntimo de resistência, onde preservava cuidadosamente aquilo que sua literatura publicamente superava. Se *Urupês* simbolicamente enterrava o caboclo, suas telas o traziam de volta à vida em tons terrosos.”

Os materiais que utilizava revelam uma poética da precariedade deliberada que merece análise atenta. Não se tratava de simples

amadorismo ou falta de recursos – Lobato escolhia conscientemente papelões reaproveitados de caixas de sapato, restos de madeira de demolição, tintas simples adquiridas em lojas de ferragem. Tadeu Chiarelli, em seu estudo fundamental *Arte Brasileira nos Anos 20* identifica nessa escolha “um manifesto anti-institucional tácito, recusa radical ao circuito artístico que seu avô Visconde certamente aprovaria. Ao optar por suportes pobres, Lobato não apenas economizava materiais, mas construía uma barricada contra o julgamento alheio”. O próprio Lobato brincava sobre isso em carta a Rangel em 1925: “Meu ateliê é a mesa da cozinha depois do jantar, meus modelos as sobras do cotidiano, minhas telas os descartes do consumo. Talvez por isso sejam tão verdadeiras – porque nascem do que não serve para nada”.

Nos últimos anos, como revela correspondência inédita estudada por Lajolo, Lobato planejava um livro sobre sua experiência pictórica, projeto interrompido pela doença. Em seu último caderno, encontramos uma anotação comovente de 12 de abril de 1948, semanas antes de morrer: “Quem um dia ler minha pintura como leem meus livros, entenderá o que nunca pude dizer em palavras. Nestes traços e manchas está minha verdadeira confissão”. Essa frase resume o destino trágico e belo de sua produção visual – testemunho silencioso de todas as contradições de um gênio dividido entre o dever público e a vocação íntima, entre o Brasil que ajudou a construir e aquele que se recusou a deixar morrer.

Monteiro Lobato: caminhos e porteiras

7. A porteira taubateana



Concluir esta jornada levou-me a refletir sobre o verdadeiro sentido da proposta inicial. Mais do que revisitar trajetos já percorridos, a tarefa de reorganizar tantos textos jornalísticos – muitos publicados de forma independente – e alinhá-los a incontáveis anotações pessoais guardadas sem plena consciência de seu destino forçou-me a avaliar as razões implícitas dessa empreitada. Desde o princípio, anunciei esta coletânea como um ato confessional, e, de fato, mergulhei em um oceano simultaneamente familiar e desconhecido, cujas correntes ocultavam sentidos que só agora consigo captar.

No presente, diante do balanço crítico que faço da obra de Monteiro Lobato – e considerando a extraordinária fortuna crítica que ela gerou – julguei essencial destacar alguns aspectos. Sem as aventuras do menino Juca, sem a consideração implacável de suas raízes, seria impossível conceber um Lobato projetado, maduro e pronto para se expor à cena pública. Com todo o respeito às muitas figuras que se debruçaram sobre a trajetória do “taubateano rebelde”, sempre me pareceu crucial reconhecer a definição do “caboclinho de Taubaté” como chave interpretativa de sua obra. Foi a partir dessa perspectiva que busquei estabelecer linhas de continuidade e, para isso, encontrei na própria iconografia lobateana a metáfora que guiaria esta coletânea. Sim, nos quadros – sobretudo nas aquarelas – há inúmeras porteiras, passagens que, em sua carga simbólica, ajudaram-me a esclarecer a distinção entre os “de dentro” e os “de fora”: entre aqueles que examinam as bases familiares, educacionais e artísticas do menino Juca e aqueles que se debruçam sobre a construção do escritor nacional, polêmico, contestador e mestre no embate público.

Foi nesse contexto que selecionei três autores cuja contribuição me pareceu essencial: Trajano Pereira da Silva, Oswaldo Barbosa Guisard e Osni Lourenço Cruz. Escritores de mérito discreto, mas de impacto duradouro, eles se firmaram como contrapontos aos grandes nomes que exaltaram a obra de Lobato sob perspectivas mais amplas. Seus olhares, enraizados

na terra natal do escritor, retraçam nuances que, por vezes, escapam às análises mais grandiosas. Acrescento ainda o trabalho diligente dos irmãos Rubim, Pedro e Ângelo, que, por meio do *Almanaque Urupês*, multiplicam informações sobre a relação entre Lobato e Taubaté. Na esfera acadêmica, ainda que os frutos tardem a amadurecer, pesquisadores como Vera Batalha, Raquel Abdala, Carlos Roberto Rodrigues. José Wellington Oliveira desponta como promissora voz no coral de lobateanos e certamente será um nome de grandeza na produção local.

Não menos importante é o papel do Museu Monteiro Lobato, que, apesar dos recursos escassos, mantém viva a memória do autor graças ao trabalho incansável de sua equipe e à dedicação de Maria Cristina Lopes, atual diretora da Associação de Amigos do Museu. Felizmente, o compromisso de Osni Lourenço Cruz tem sido um farol nessa paisagem desafiadora. Graças aos seus esforços, três livros iluminam a noite taubateana, espalhando novas estrelas no lobateanismo.

Assim, esta coletânea, que começou como uma jornada pessoal, revela-se agora como uma homenagem àqueles que, contra o esquecimento, mantêm abertas as porteiras do mundo lobateano. Afinal, a memória de um escritor não se faz apenas nos grandes salões da crítica, mas também na obstinação silenciosa daqueles que se recusam a deixar que suas histórias se percam. E se Lobato nos ensinou algo, é que toda boa história precisa de guardiões dispostos a contar, recontar e reinventar seus caminhos.

Um clandestino em *A barca de Gleyre*

Por anos a fio, sem medir consequências, Trajano Pereira da Silva, conhecido localmente como Professor Trajano, dedicou-se com exaustão ao estudo da obra de Monteiro Lobato. Desde o início, é preciso reconhecer que, mais do que se ater a análises racionais sobre seu autor de estimação, o Professor Trajano mesclou paixão desmedida com um rigoroso trabalho de revisão, retomando situações que ou passaram despercebidas ou foram mal interpretadas. E haja detalhes. E haja escrita e reescrita...

Sob o incentivo – e a obsessiva insistência – de Osni Lourenço Cruz, o livro, intitulado *Um clandestino em A barca de Gleyre*, concluído em 2012, foi publicado em 2015. Apesar da relevância da obra, sua circulação ficou aquém do merecido. Com prefácio assinado por Enéas Athanázio e apresentação redigida por Osni, a publicação se inicia com uma introdução instigante, capaz de iluminar pontos obscuros ou pouco explorados da fortuna crítica lobateana, em particular com minúcias sobre o Vale do Paraíba e nele de Taubaté.

O livro parte de uma máxima essencial para a compreensão de Lobato: a magia das releituras, que, a cada nova abordagem, revelam facetas inesperadas do autor. O primeiro grande eixo do estudo se concentra no Cenáculo, o célebre grupo de amigos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde Lobato se formou. Essa confraria intelectual pavimentou o caminho para as trocas epistolares entre o escritor e Godofredo Rangel, publicadas em *A barca de Gleyre*. Professor Trajano, por sua vez, mergulha nessas correspondências depois de três momentos distintos da vida – juventude, maturidade e velhice “já octogenária” –, oferecendo leituras que vão além da exegese tradicional.

Ao longo de 31 capítulos, não se trata apenas de filtrar detalhes ou apontar aspectos curiosos das cartas. O livro propõe correções

interpretativas que contestam pesquisadores e analistas estabelecidos, ampliando nossa percepção sobre a trajetória de Lobato. A obra é complementada por quatro apêndices: um dedicado ao município de Areias, onde Lobato exerceu o cargo de promotor entre 1904 e 1911; outro às chamadas “cartas anacrônicas”; um terceiro reunindo observações do próprio Professor Trajano, comentadas por Enéas Athanázio; e, por fim, uma carta de Lobato tratando da publicação de sua correspondência.

O que torna este estudo ainda mais singular é sua forma inusitada. Longe de seguir uma narrativa linear e convencional, a estrutura se assemelha a uma bricolagem de textos que, à primeira vista, podem parecer desconexos, mas que, no conjunto, se revelam uma engrenagem coesa e reveladora. O Professor Trajano contextualiza cuidadosamente a formação do Cenáculo, ressaltando o percurso intelectual de Lobato e seus pares. Passando pelos mestres franceses, depois pelos autores portugueses e, por fim, pelos brasileiros, o livro traça um mapa das influências literárias que moldaram o escritor. Um dos destaques desse percurso é o papel do jornal *Minarete*, publicado em Pindamonhangaba, que Trajano reconhece como campo essencial para a formação crítica de Lobato e de outros signatários do grupo.

O zelo obsessivo do professor se traduz em detalhes preciosos. Um exemplo é a descrição feita por Lino Moreira, um dos membros do Cenáculo, sobre Lobato: “baixinho, miudinho, moreno e de expressão incolor”, pequenino e moreninho sim, mas elevado ao posto de *magister dixit*. Essas percepções raras, muitas vezes esquecidas, ajudam a humanizar a figura do escritor. Igualmente reveladora é a análise da cidade de Taubaté que recebeu Lobato de volta – um ambiente provinciano, de cerca de 35 mil almas, que contrastava brutalmente com a efervescência intelectual da São Paulo que o formou. Naturalmente, Trajano também se debruça sobre a influência avassaladora do avô rico e poderoso, cujo desejo fez o neto abandonar o sonho de ser pintor para se tornar bacharel em Direito.

Entre os personagens que orbitam o universo ditado pelo professor Trajano, um se destaca: o ilustre Dr. Quirino, ex-professor de Lobato e, mais tarde, seu parceiro de xadrez. Trajano traça um perfil

memorável desse mentor, sempre ostentando sua inconfundível cartola, como um dos raros modelos de erudição em meio a uma cidade ainda presa a uma mentalidade arcaica. Outro aspecto fascinante abordado na obra é o itinerário educacional de Lobato, que transitou por instituições protestantes, refletindo uma formação eclética e de influência anglo-saxônica.

O livro também se aventura em temas insólitos e pitorescos, como a paixão de Lobato pelas caçadas, sua dependência do cigarro e suas reflexões irônicas sobre narizes – desde Narizinho até o rinoceronte Quindim. O fascínio pelo cinema, uma de suas obsessões mais marcantes, perpassa a obra, ganhando especial destaque nas reflexões sobre sua temporada em Nova York.

Mas talvez o maior trunfo da pesquisa de Trajano esteja nos diálogos imaginários com Lobato. Em passagens ousadas e deliciosamente instigantes, o autor recria conversas fictícias em que entrevista o escritor sobre temas como religião, virtudes, modelos culturais e influências literárias. Aqui, um Lobato pouco visto emerge, expondo suas ideias sem os filtros habituais da crítica tradicional. E como não destacar as siglas enigmáticas que servem de chave para compreender suas preferências literárias? MER, KAM, CEF – Machado, Euclides e Rui; Kipling, Anatole e Maupassant; Camilo, Eça e Fialho – que, ao fim, se fundem em MERKAMCEF, uma síntese de seus ídolos intelectuais.

Por tudo isso, esta obra é um tesouro inestimável, um presente de Taubaté para o mundo. Se existe um caminho sólido para revisitar Monteiro Lobato, ele começa na releitura do Lobato local – e, a partir dessa raiz, expande-se para iluminar um escritor múltiplo, polêmico, genial. Como um clandestino a bordo de *A barca de Gleyre*, o Professor Trajano atravessa mares de leituras e redescobertas, abandonando um legado que não apenas relê Lobato, mas o reinventa, pavimentando novas trilhas para quem se aventurar a segui-lo segundo cartilhas taubateanas.

Monteiro Lobato, o grande inquieto

Oswaldo Barbosa Guisard é prova maior do empenho de Taubaté em relação à memória de Lobato. Tenho destacado que em face da faina em humanizar a figura heroicizada de Lobato, a dedicação dele a seus amigos é fator distintivo, único. É simplesmente incrível como o autor de *Cidades Mortas* jamais deixou seus amigos, pares de vida inteira, de lado. Esse vínculo, aliás, é fator pouco notado por analistas sempre preocupados em exhibir o lado grandioso – para o bem ou para o mal – do escritor taubateano. E nesse trajeto, um amigo e devoto em especial merece cuidado. Duplo cuidado, aliás, pois a ele se deve o mais sensível esforço para reconhecimento de Lobato nas páginas da cultura nacional e também o exemplo de reconhecimento entre o vínculo do escritor e sua base. Oswaldo Barbosa Guisard foi o criador da Semana Monteiro Lobato na cidade natal do criador do Sítio do Picapau Amarelo e a par disso foi autor de um livro essencial para o entendimento da ligação entranhada entre Lobato e seu ambiente vale-paraibano. Nesse quesito, aliás, Seu Oswaldo, como era conhecido, é referência obrigatória.

Novamente, deve-se a Osni Lourenço Cruz a publicação de outro texto que marca a presença local de Lobato. Um livro – *Monteiro Lobato, o grande inquieto* – que se situa dentro de uma série intitulada *Na trilha de Lobato*, também sob a responsabilidade de Osni Lourenço Cruz. E a história de um livro dentro do outro é esse daqueles casos que desafiam a lógica racional.

Sabedor que Seu Oswaldo se colocava entre os mais queridos amigos de Lobato, tendo acompanhado a saga da implantação da Semana Monteiro Lobato – iniciada em 1952 –, Osni Lourenço Cruz buscou compreender a história do empreendimento e nesse sentido fez se parceiro da zelosa filha de Seu Oswaldo e iniciou tratativas

para fazer pública a campanha. E nesse processo adivinhou que haveria escritos guardados, posto ser Seu Oswaldo jornalista. E acertou. O que, porém, não ficava claro é onde estariam essas possíveis páginas. De fato, foram por anos – cerca de quarenta – que o livro ficou guardado. Por coincidência, em encontro inesperado, numa visita a um arquivo, Osni encontrou o depositário dessa preciosidade e assim nasceu a publicação.

Distribuída por 24 capítulos, a trajetória de Lobato dos primeiros anos é visitada com requintes informativos essenciais para a compreensão das bases que antecederam o Lobato nacional. E há preciosidades distribuídas ao longo de tantas páginas. A maioria das notícias é de desconhecimento dos biógrafos antigos e atuais. Por exemplo, a revelação da intimidade entre o neto menino único na linhagem de mulheres na vida do Visconde é um dado crucial. O papel de Lobato como herdeiro vale como explicação para aceitar a imposição do Visconde que não o queria artista, e sim um advogado. E nesse processo então características deliciosas são arroladas, como as primeiras namoradas – entre as quais Georgina Andrade, depois Albuquerque – o perfilamento das escolas – as inspirações para os contos infantis. Mas talvez o mais provocativo lance dessa retomada dos feitos do jovem Lobato, seja a recepção de sua obra feita não por grandes nomes da crítica nacional, e sim pelo Grêmio Recreativo e Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira, que levou para o Carnaval o enredo sobre a obra de Lobato.

Além dos capítulos escritos por Seu Oswaldo, o organizador intercalou comentários de especialistas e testemunhos da saga lobateana. Anexos importantes são somados a obra em particular, destacando a cuidadosa genealogia da família de Lobato.

Vital para o entendimento da vida e obra de lobato, esse livro se constitui em pedra de toque para as desejáveis retomadas da vida e obra do escritor, em particular por recolocar Taubaté e o Vale do Paraíba no lugar que merecem como contexto de um autor que levou consigo suas origens como garantia das mudanças nacionais.

Osni Lourenço Cruz, um personagem lobateano

É como se escapasse de um livro. Osni Lourenço Cruz pode parecer um cidadão comum, mas, ao contrário disso, trata-se de um tipo cativante por exótico. Quem o vê andando sempre muito apressado – dono de passos largos – e em vestes claras – como se abominasse o calor – pelas ruas de Taubaté – cidade que adotou como sua –, ou pilotando moto – que nada combina com o perfil de pesquisador –, ou mesmo dirigindo seu carro vermelho – que também destoa do religioso fiel que frequenta diariamente missas –, pode supor alguém diferenciado; sim, distinto, mas enquadrado nos parâmetros de certa normalidade. Contudo, seria difícil adivinhar quem ele é e quais mistérios esconde atrás dessas aparências.

Qualquer breve mergulho na atuação investigativa deste que é o mais profícuo colecionador de itens relativos a Monteiro Lobato logo revela sua complexa personalidade enigmática. Nada há de regular nele. Nada. Nascido em Presidente Prudente aos 21 de janeiro de 1948, depois de temporada em São Paulo, para onde sua família mudou-se em busca de melhores condições para a saúde do então frágil menino, transferiu-se para Guaratinguetá, onde se fez Sargento da Aeronáutica, para depois mudar-se para Taubaté, onde cursou Engenharia. Formado em 1975, trabalhou por 10 anos na Embraer como instrutor de aviónica. Finalmente em Taubaté, onde reside há 22 anos, está aposentado como professor de Ciências no Ensino Fundamental. O simples enunciado desses predicados abre um vasto vão de perplexidades que se inicia pela paixão literária e nesta, por seus estudos sobre Lobato.

Detalhista e insatisfeito, talvez o princípio básico que o move seja a eterna curiosidade que, aliás, funciona como ativadora de

verificações. Ele duvida de tudo e corre atrás de meticolosas provas. Tomando a biografia escrita por Edgard Cavalheiro como base, tem palmilhado caminhos em busca de verificações que corrijam a finalização apressada desta obra, que tem funcionado como referencial para estudos lobateanos. E assim, vai somando dados novos e segue provocando pesquisas, sempre com base em fundamentos empíricos sólidos.

Seria pouco dizer que Osni é um colecionador. Obsessivo ao limite do exagero, busca, persegue, chateia, atormenta mesmo quem tenha qualquer prova de algo relativo a Lobato. E, num quase vale tudo, compra, troca, vende, faz quase qualquer tipo de negócio para engrossar sua coleção. No afã de reunir o máximo possível, Osni atira em várias direções e, assim, junta papéis oficiais, cartas, bilhetes, objetos pessoais, desenhos e aquarelas. Ele se vale de critérios próprios para classificações que conhece como a palma da mão. Não seria erro dizer que sua casa trança ares de arquivo com museu. E se o lar reflete o dono, o dele é um desafio ao entendimento de lógicas objetivas. Tudo interessa ao atarefado investigador que, com enorme generosidade, abre suas conquistas aos interessados.

Osni, que tem “Cruz” no nome, carrega uma responsabilidade que lhe tira o sono e o soldo. Trabalhador incessante, gasta o que ganha no empenho por novidades. Resultado de tanta investigação, foi naturalmente levado a um tema que nos tem atado em conversas e escritos: o tal “Lobato doméstico”. Em verdade, nem ele nem eu gostamos desse título, pois remete a dúvidas sobre o alcance da matéria essencial que compõe a coleção. Explico-me melhor: diria que a maior parte do material angariado por Osni remete a pesquisadores locais como Oswaldo Guisard e Trajano Pereira. Com apuro, os livros de ambos, fundamentais para o entendimento de Lobato, foram republicados por ele. O zelo indizível e o apuro na projeção de seu olhar sobre ambos estão expressos em dois volumes da coleção intitulada *Nas trilhas de Lobato: Monteiro Lobato, o grande inquieto* (2022) e *Um clandestino em A barca de Gleyre* (2024). Esses volumes se completam com *A inquieta juventude* (2018), *Entre serras* (2019), e *A última alegria* (2021). No momento, ele

prepara um alentado catálogo com reproduções de desenhos, aquarelas e telas de Lobato, prometendo novidades.

Recentemente, em 2024, Osni se aventurou em completar *A história do peixinho que morreu afogado*. Lembrando que Lobato revelou que a fração conhecida desse conto para criança foi a semente da árvore enorme resultada na sua obra para crianças, Osni resolveu concluí-la numa edição primorosa, ilustrada, para o público infantil.

Ainda que muitos documentos da coleção se prestem a explicações gerais, há certa naturalidade em ressaltar o caráter vale-parai-bano de Lobato. Diria, sem muito medo de errar, que a naturalidade do espaço conduziu a busca de registros como a certidão de nascimento do escritor, fato que dirimiu velha querela. Além disso, publicou cartas originais ainda desconhecidas de correspondentes como Adroaldo Ribeiro Costa (autor da opereta *Narizinho*), Idalina do Amaral Graça (poeta ubatubana) e Josette Silveira Mello Feres (pianista ilustre). Entre muitos outros detalhes, destacam-se o exemplar da primeira boneca Emília vendida comercialmente, o livro de latim usado por Lobato, bem como coleções completas em primeira edição.

Em um delírio suposto, seguramente Osni Lourenço Cruz seria um personagem lobateano. Sua presença prolonga a obra de Monteiro Lobato ao traduzir, com maestria, a busca por entender o homem por trás do mito. Assim, Osni revela o Lobato do dia a dia, o Lobato que se deixa conhecer além do pedestal de figura pública, mostrando que a essência do escritor está tanto em seus grandes feitos quanto em seus traços mais humanos.

Ciente da continuidade de minha aventura, com as três homenagens taubateanas nomeadas, fecho a porteira momentânea de meu caminho na estrada do lobateanismo.



Faça o download gratuito de todos os títulos
do catálogo da Editora Pontocom em
www.editorapontocom.com.br

Livros do mesmo autor publicados pela Editora Pontocom:

Vida e Ciência: entrevista com José Israel Vargas

Oitenta vezes Taubaté

História oral: a democracia das vozes (Org.)

*Aventuras oníricas: experiências pedagógicas em narrativas, textos
e imagens (Org.)*

Este livro primoroso, resultado de décadas de anotações e pesquisas sobre Lobato, é a obra que o mestre Sebe nos apresenta. Nele, explora a complexidade da vida e da produção de seu conterrâneo, revelando pontos polêmicos, contradições e momentos audaciosos, sempre com uma abordagem contextualizada. O autor nos conduz por um panorama que inclui pessoas que conviveram com Lobato ou escreveram sobre ele, tanto no âmbito local, em Taubaté, quanto em nível nacional. Entre essas figuras, destaca-se meu tio Oswaldo Barbosa Guisard, ímpar defensor da preservação da memória do escritor. Tenho certeza de que ele, se estivesse vivo, estaria aplaudindo emocionado este trabalho, que, no fim das contas, é continuidade do mesmo esforço.

JOSÉ EUGÊNIO GUISARD FERRAZ

Agora, mais do que nunca, Monteiro Lobato se mostra como desafio para a compreensão de nossa literatura e da cultura brasileira projetada em nossa história. Mais do que sua criatividade e seu jeito de contar histórias, mais do que o impacto das leituras de Lobato, agora é chegada a vez de avaliar o sentido desses escritos captados por uma geração local que assume o compromisso de repensar Lobato. É o que faz José Carlos Sebe, que aqui apresenta sua interpretação, ajudando-nos a entender e a produção do grande escritor taubateano, justamente num momento em que as contradições sobre ele são discutidas e, muitas vezes, mal interpretadas. Com certeza este livro será um marco.

JOSÉ PAULO PEREIRA

Indispensável. Este é um livro que se fazia urgente e necessário para a compreensão da trajetória, da atuação e do significado das obras de Monteiro Lobato. Intelectual de seu tempo, o escritor projetou-se no cenário nacional como um dos pensadores mais relevantes e permanentes da cultura brasileira. Para desvendar esse processo, o professor José Carlos Sebe, em fragmentos escritos ao longo de sua vida, mergulhou no mundo privado de Lobato, considerando o contexto sócio-histórico que ajuda a desconstruir certezas cristalizadas pela repetição de chavões.

RACHEL DUARTE ABDALA